**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DÉBORA ZUIM AGUILAR

**A inclusão de atividades contábeis nos processos de recuperação judicial: Discussão
sobre os potenciais benefícios e impactos na remuneração**

**SÃO PAULO
2016**

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Adalberto Américo Fischmann
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Andson Braga de Aguiar
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

DÉBORA ZUIM AGUILAR

A inclusão de atividades contábeis nos processos de recuperação judicial: Discussão sobre os potenciais benefícios e impactos na remuneração

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Andson Braga de Aguiar

Versão corrigida

(versão original disponível na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade)

SÃO PAULO
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Aguilar, Débora Zuim.

A inclusão de atividades contábeis nos processos de recuperação judicial: discussão sobre os potenciais benefícios e impactos na remuneração / Débora Zuim Aguillar. -- São Paulo, 2016.
112 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2016.
Orientador: Andson Braga de Aguiar.

1. Empresas - Recuperação. 2. Falência - Custos. 3. Direito empresarial. 4. Contabilidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 338.7

Aos meus pais, Virgínia e Reginaldo.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos meus familiares que já se juntaram a Ele, por me guiarem e abençoarem durante a caminhada da vida.

Aos meus pais, Virgínia e Reginaldo, pelo apoio e amor incondicionais. Aos meus irmãos e a toda a minha família pelo incentivo e por me proporcionarem tantas alegrias. Ao Matheus, por me mostrar que o amor nos impulsiona a superar qualquer obstáculo: juntos somos mais fortes. A todos os meus amigos, em especial à Renata e à Paula, pela paciência de escutar os desabafos e estarem sempre dispostas a me aconselhar e ajudar. À Raquel, por me receber sempre de braços abertos, e à Stefanie, por todos os almoços e conversas, e por tonar a minha vida de mestrandia mais leve. À Fernanda K. N. Jupetipe, pela parceria e contribuições. À Ludmila por me mostrar que a vida acadêmica também são risos e amizade.

Ao Prof. Dr. Poueri C. Mário, pelos ensinamentos desde a graduação e por me mostrar que as conquistas são consequência de esforço e dedicação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Andson Braga de Aguiar, pela paciência, contribuições e apoio para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, pelos ensinamentos e crescimento acadêmico proporcionados e aos demais funcionários, pela prestatividade.

À Capes, pela bolsa concedida, e aos profissionais do Direito participantes desse estudo pela presteza e por me proporcionarem condições para realizá-lo, em especial ao juiz Luiz Roberto Ayoub e à juíza Patrícia Santos Firmo.

A todos que fazem parte da minha vida e que de alguma forma me apoiaram e acreditaram em mim, o meu “muito obrigada”!

RESUMO

Aguilar, D. Z. (2016). *A inclusão de atividades contábeis nos processos de recuperação judicial: Discussão sobre os potenciais benefícios e impactos na remuneração*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esse trabalho analisa atividades contábeis não previstas na legislação falimentar brasileira e propõe que elas sejam atribuídas ao administrador judicial. A primeira atividade é a verificação da capacidade de continuidade da recuperanda; a segunda, a avaliação da capacidade de cumprimento do plano de recuperação; e, a terceira, a emissão de recomendação para que o processo de recuperação prossiga, seja extinto ou convolado em falência. A partir disso, os objetivos são discorrer sobre os potenciais benefícios das atividades propostas para o processo de recuperação e examinar se há impacto na remuneração do administrador judicial ou perito, caso essas atividades sejam adicionadas à legislação. Para atingir tais finalidades, inicialmente é realizada uma pesquisa bibliográfica, destacando-se os trabalhos de Santos (2009) e Moro Junior (2011), os quais abordam atividades similares às propostas no presente estudo, atribuindo-as ao perito contador. Esses estudos motivam a ampliação dos objetivos dessa pesquisa, a fim de contemplar os impactos também na remuneração do perito. Em seguida, efetua-se a análise documental do processo de recuperação judicial da empresa Beta e são coletadas informações que evidenciam a importância das atividades sugeridas para os envolvidos no processo. Consideram-se tais dados na elaboração do roteiro de entrevista da última etapa da pesquisa, na qual são feitas entrevistas com os diferentes agentes envolvidos nos processos de recuperação judicial. Constata-se a existência de um conflito de interesse entre as atividades realizadas pelo administrador judicial e pelo perito, após o deferimento do processo, e as atividades propostas, sendo assim, não devem ser atribuídas a esses agentes. Verifica-se a necessidade da análise da documentação inicial da empresa, principalmente para auxiliar o juiz quanto à decisão do deferimento ou não do processamento da recuperação. O aumento na remuneração do responsável por essa atividade pode ser factível, dependendo de sua previsão na legislação e de quem a executará. Não há um consenso sobre os benefícios ou impactos gerados pela análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação, apesar de sua necessidade ser identificada na pesquisa documental, é entendida, pela maioria dos entrevistados, como uma tarefa exclusiva dos credores. Grande parte das opiniões dos entrevistados permanece a mesma ao se estudar a emissão de recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência. Essa atividade é apontada como necessária, de forma complementar, à primeira, de análise da documentação inicial, contudo, não foi possível identificar a sua necessidade pela pesquisa documental.

Palavras-chave: Empresas - Recuperação, custos de falência, direito empresarial, contabilidade.

ABSTRACT

Aguilar, D. Z. (2016). *The inclusion of accounting activities in the reorganization processes: Discussion of the potential benefits and impacts on remuneration.*

Master thesis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

This research studies financial activities that are not foreseen in Brazilian legislation, and it proposes to allocate them to the trustee. The first activity is the analysis of the company's capability to recovery; the second is the analysis of the company's ability to fulfill the recovery plan; and the third is a recommendation for the process proceed, be extinguished or transformed into liquidation. The purposes are to discuss the potential benefits of the proposed activities for the reorganization process, and to check if there would be an impact on the remuneration of the trustee or the accountant, if these activities were added to the legislation. To achieve these intentions, was conducted a literature search in which we identified the Santos (2009) and Moro Junior (2011) researchers addressing similar activities to the proposed ones. Both treat the activities as being a responsibility of the accountant and not the trustees. These events led to the expansion of this research objectives to also study the impacts in the accountant's remuneration. In sequence, was made the documentary analysis of the reorganization proceedings of Beta company. The information collected showed the importance of the proposed activities for creditors and others involved in the process. These data were considered to draft the interview guide, used in the last stage of this research. The interviews were conducted with agents involved in reorganization processes. It has been found a conflict of interest between the activities performed by the trustee or the accountant after the approval of the process and the activities proposed. Therefore, they should not be attributed to these agents. It is verified a demand for the initial documentation analysis mostly to assist the judge when it has to approval or not the reorganization process. There is an increase in the remuneration of the agent responsible for this activity. This increase depends on its legal provision in the legislation and on who will perform it. There is no consensus about the benefits and impacts generated by the the analysis of the company's ability to fulfill the recovery plan. The necessity of this activity was acknowledged in the documentary research, but most of the interviewees understand it as a particular task of creditors. Most of the interviewees' opinions remain the same in the study of the recommendation for the process proceed, be extinguished or transformed into liquidation. This activity is seen as necessary as a complement to the first one, the analyze the initial documentation. However, it was not possible to identify their need in the documentary research.

Key words: Companies - Reorganization, bankruptcy costs, business law, accounting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Falências decretadas, recuperações e concordatas deferidas (jan./91 – jul./15)	23
Figura 2 - Porte das empresas falidas (jan./05 – jul./15)	23
Figura 3 - Esquema do processo de recuperação judicial	26
Figura 4 - Evolução da receita líquida em 2012 e 2013	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Obrigações do administrador judicial previstas no art. 22 da Lei 11.101/05	29
Quadro 2 - Obrigações do comitê de credores previstas no art. 27 da Lei 11.101/05	30
Quadro 3 - Comparativo entre pesquisas sobre custos diretos na recuperação judicial	37
Quadro 4 - Roteiro de entrevistas	47
Quadro 5 - Proposta inicial de pagamento aos credores	63
Quadro 6 - Condições de recebimento do crédito.....	68
Quadro 7 - Início do pagamento dos créditos	69
Quadro 8 - Ajustes e correções dos créditos.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Recuperações e falências deferidas por porte de empresa (jun./05 – jul./15).....	24
Tabela 2 - Formação profissional dos administradores judiciais da Comarca de São Paulo....	32
Tabela 3 - Formação profissional dos administradores judiciais da Comarca do Rio de Janeiro	33
Tabela 4 - Custos processuais com relação ao ativo inicial.....	38
Tabela 5 - Recálculo dos custos processuais com relação ao ativo inicial	39
Tabela 6 - Dados processuais sobre a demonstração de resultado do exercício da Beta.....	61
Tabela 7 - Evolução da dívida	62
Tabela 8 – Quadro geral de credores em 2010	62
Tabela 9 - Saldo de créditos remanescentes decorridos 2 (dois) anos de recuperação judicial	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROPOSTAS DO ESTUDO	13
1.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	16
1.3 CONTRIBUIÇÕES	19
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
2.1 O INSTITUTO JURÍDICO DA RECUPERAÇÃO NO BRASIL	21
2.2 O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	24
2.2.1 As atividades do administrador judicial nos processos de recuperação judicial	28
2.2.2 A qualificação profissional do administrador judicial.....	31
2.3 A REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL E DO PERITO CONTADOR.....	34
2.3.1 A remuneração do administrador judicial e do perito como componentes do custo falimentar.....	35
2.4 A CONTABILIDADE E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	40
2.4.1 Estudo de Santos, 2009.....	40
2.4.2 Estudo de Moro Junior, 2011	42
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 UNIDADE DE ANÁLISE.....	44
3.2 COLETA DE DADOS: TÉCNICAS E FONTES DE PESQUISA	45
3.2.1 Roteiro de entrevistas	46
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	51
4.1 PEDIDO DE RECUPERAÇÃO	51
4.2 DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO.....	53
4.2.1 Nomeação do administrador judicial.....	54
4.2.1.1 Remuneração do administrador judicial	55
4.2.1.2 Análise do agravo de instrumento nº 1.0024.07.463651-5/001	56
4.2.2 Nomeação do perito contador.....	57
4.2.2.1 Remuneração do perito contador	58
4.2.2.2 Análise do agravo de instrumento nº 1.0024.06.033244-2/001	59
4.3 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	61
4.3.1 Assembleia geral de credores	64
4.4 CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO	74
4.5 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	74
4.6 ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO	75
5 ENTREVISTAS	77
5.1 ENTREVISTA 1 – ADMINISTRADOR JUDICIAL 1.....	77
5.2 ENTREVISTA 2 – ADMINISTRADORES JUDICIAIS 2 E 3.....	79
5.3 ENTREVISTA 3 – JUIZ 1	81
5.4 ENTREVISTA 4 – JUIZ 2	83
5.5 ENTREVISTA 5 – REPRESENTANTES DOS CREDORES 1 E 2	84
5.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	86

6 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS.....	90
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE.....	103
ANEXOS.....	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e propostas do estudo

Os institutos da recuperação e da falência, no Brasil, são regulados pela Lei 11.101, de 2005, a qual estabeleceu a recuperação empresarial em substituição à concordata, contida no Decreto-Lei 7.661, de 1945. O objetivo da recuperação é a reestruturação da empresa, viabilizando a superação da sua situação de crise econômico-financeira e a sua continuidade. Apesar de, aparentemente, a nova lei ter, como objetivo, o favorecimento à recuperação empresarial, uma leitura cuidadosa revela que, na verdade, suas finalidades são fortalecer os direitos dos credores e melhorar a alocação dos ativos da firma (Araujo & Funchal, 2009).

Para a sociedade e o governo, é interessante propiciar condições para a empresa continuar em operação, por proporcionar a manutenção de empregos, arrecadação fiscal e desenvolvimento econômico de regiões (Alves, 2001).

Em alguns países, como Alemanha, França e Inglaterra, o controle do processo judicial de recuperação é passado para um oficial do estado, responsável por decidir se a empresa deve ser liquidada ou se pode continuar suas operações (Araujo & Funchal, 2009). No Brasil, não há um responsável para decidir qual procedimento cada empresa deve seguir e, assim, a recuperação pode ser requerida pela própria empresa ou pelos credores.

No ato do requerimento da recuperação, a empresa deve apresentar a documentação relacionada no art. 51 da Lei 11.101/05, incluindo relatórios contábeis e financeiros. Ao verificar a relação de documentos apresentada, o juiz defere o processamento da recuperação (art. 52). Desse modo, não se prevê, nessa legislação, a análise da documentação apresentada para constatar a capacidade da empresa de reorganização, ou seja, de continuar operando.

Ainda no contexto processual, existe a figura do administrador judicial, o responsável por intermediar o contato entre o devedor e os credores, fornecer as informações requeridas pelos credores e fiscalizar as atividades do devedor (art. 22 da Lei 11.101/05). Ele pode assumir a administração da empresa somente nos casos de fraude, má conduta ou incompetência da gerência.

Uma das propostas desse estudo é que o administrador judicial também seja responsável pela garantia da análise da documentação inicial e por atestar a capacidade da empresa em se

recuperar, devendo esta compor a documentação exigida no momento anterior ao deferimento do processamento da recuperação judicial pelo juiz. Dessa forma, a análise auxiliaria na identificação de empresas que deveriam ser liquidadas por não serem economicamente eficientes e acabam sendo reestruturadas, tornando possível a diminuição deste erro, o tipo II¹.

Moro Junior (2011) identifica a necessidade dessa verificação e constata que a recuperação judicial é deferida sem uma apreciação mais profunda da documentação apresentada, recomendando a inclusão, na Lei 11.101/05, da nomeação de um perito contador para executar essa atividade, o que corrobora com as conclusões do presente estudo. Neste, contudo, opta-se por examinar a atribuição da atividade ao administrador judicial, por haver a possibilidade de ele ser um profissional contábil, apto a fazer essa análise, ou de ele solicitar a contratação de um perito contábil para efetuar-la, uma vez comprovadas as suas condições para garantir essa realização. Assim, um dos pressupostos iniciais assumidos para a proposta dessa pesquisa é de não haver, de um modo geral, a necessidade de distinção entre as tarefas do perito contábil e do administrador judicial.

A devedora, durante o processo de recuperação, é responsável por apresentar um plano no qual discorra sobre o planejamento e desenvolvimento da reorganização e o pagamento dos créditos. De acordo com o §4º do art. 46 da Lei 11.101/05, caso os credores rejeitem o plano de recuperação da devedora na assembleia geral de credores, a empresa vai à falência. Sendo assim, o credor precisa de informação para decidir se aceita ou rejeita o plano, considerando a capacidade da empresa de cumpri-lo e continuar suas atividades. Dessa forma, os credores podem tomar suas decisões sabendo das condições da empresa de se reorganizar, informação fornecida pela segunda atividade proposta, a análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação.

Diante da falta de informação, o credor pode vir a aceitar planos de recuperação inviáveis, pois há uma insegurança maior em relação ao recebimento dos créditos nos processos falimentares do que aquela presente na aprovação do plano de recuperação. Jupetipe (2014) averiguou uma taxa média de recuperação dos créditos, por parte dos credores, na falência, de 12% e na recuperação, de 25%, sendo a duração média, dos processos falimentares, de nove anos e os de recuperação, de quatro anos. Desse modo, confirma-se a ideia de que os credores podem vir a aceitar planos que proponham pagamentos não satisfatórios, baseados na probabilidade de recuperação dos créditos ser maior na recuperação do que na falência.

---

¹ O erro tipo II ocorre quando as entidades economicamente ineficientes são reestruturadas enquanto, na verdade, deveriam ser liquidadas.

Sendo assim, a noção comum na literatura de *law and economics* de que a lei de falências deve prover uma forte proteção ao credor, citada por Araujo e Funchal (2006), não é eficaz quanto ao fornecimento de condições/informações sobre a real situação econômico-financeira da empresa. As informações não se mostram suficientes para que os credores possam aceitar ou rejeitar o plano de forma a minimizar o erro do tipo II, por exemplo.

Conforme já mencionado, o administrador judicial é um agente com várias tarefas no processo de recuperação judicial, corroborando, assim, o pressuposto de que, no primeiro momento, não é necessária a distinção entre as tarefas dele e as do perito contador. Dessa forma, este estudo propõe que ele também seja responsável pela segunda atividade proposta, a de garantir a elaboração da análise da capacidade da devedora de cumprir o plano de recuperação.

Nos Estados Unidos, nos processos que envolvem a nomeação de um administrador judicial, este é responsável por recomendar o prosseguimento ou a extinção do processo, ao passo que, ao emitir uma recomendação, estaria advertindo, ou aconselhando, os envolvidos no processo judicial, a fim de auxiliá-los nas suas decisões. Por isso, essa atividade é observada como complementar às duas propostas previamente mencionadas, sendo importante para esclarecer as constatações das análises, considerando-se que nem todos os envolvidos no processo possuem formação interdisciplinar que possibilite a interpretação de relatórios econômico-financeiros. Assim, essa atividade também deve ser atribuída ao administrador judicial o qual faria essa recomendação após a análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa e após a averiguação do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo.

Quanto a incluir atividades além daquelas já previstas em legislação, é necessario considerar a possibilidade de haver impacto na remuneração do administrador judicial ou na do seu auxiliar para tarefas dessa natureza, o perito contábil. Ambas remunerações são componentes do custo processual, pago pela empresa em recuperação, e um impacto muito grande no custo do processo poderia agravar a situação de dificuldade econômico-financeira já enfrentada pela empresa.

Diante desse contexto, surge como questão de pesquisa: A adição das atividades propostas à Lei 11.101/05 seria benéfica para o processo de recuperação judicial e impactaria a remuneração do administrador judicial e/ou do perito contador?

1.2 Objetivos e justificativa

O estudo tem como objetivo principal investigar os potenciais benefícios da adição das atividades propostas à Lei 11.101/05 para o processo de recuperação judicial e verificar se haveria impacto na remuneração do administrador judicial e/ou na de seu auxiliar, perito contador. Essas novas atividades propostas visam principalmente à diminuição do erro tipo II e ao fornecimento de informações mais confiáveis e neutras para os envolvidos e interessados no processo relativas à real situação econômico-financeira da recuperanda.

Apresentam-se ainda os seguintes objetivos específicos:

- Discorrer sobre os benefícios que poderiam ser gerados com a inclusão de três tarefas na Lei 11.101/05:
  - A análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa;
  - A verificação do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo;
  - A elaboração de uma recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência, após cada uma das averiguações.
- Verificar a ocorrência de impacto no incentivo financeiro do administrador judicial ou do perito contador caso essas tarefas fossem incluídas na Lei 11.101/05.

A partir desses objetivos, sugere-se a atribuição das tarefas ao administrador judicial que, quando não possuir formação contábil, pode garantir que elas sejam realizadas por um profissional com formação adequada, o perito contador, através de requerimento do auxílio do mesmo (Art.22, inc. I, alínea h). Apesar de algumas das tarefas recomendadas já terem sido estudadas como atividades do perito contador no processo de recuperação judicial (Santos, 2009; Moro Junior, 2011), não são designadas outras especificamente para esse agente na Lei 11.101/05. Desse modo, não são consideradas no estudo as distinções entre as tarefas atribuídas ao administrador judicial e ao perito contador.

Espera-se que a remuneração do administrador judicial funcione como um incentivo no cumprimento de suas tarefas previstas no art. 22 da Lei 11.101/05, durante o processo de recuperação judicial. Caso haja a contratação do perito para execução de alguma tarefa, este também terá a remuneração como um incentivo para realizar o trabalho. Sendo assim, ambas

as remunerações são componentes do custo direto do processo de recuperação judicial e o acréscimo de atividades na legislação pode impactar a remuneração do administrador judicial nos casos em que este executa as tarefas e/ou a remuneração do perito contador, quando este participa do processo. Em ambos os casos, o custo processual é impactado.

A primeira tarefa proposta tem como fundamento o objetivo de diminuição do erro do tipo II nos processos de recuperação judicial e, conforme Santos (2009) e Moro Junior (2011), pode ser requerida pelo juiz, quando este julgar cabível, implicando discussões no meio jurídico, quando colocada em prática.

Em uma recuperação judicial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2012), é expressa uma situação em que o juiz Daniel Carnio Costa determinou que fosse efetuada a perícia das informações expostas por uma empresa que realizou o seu pedido de recuperação em uma vara falimentar do estado de São Paulo. A empresa tentou evitar que a perícia fosse feita, alegando que a análise da documentação atrasaria o pagamento dos credores e a sua recuperação, e que ela caberia aos credores e ao administrador judicial. A decisão do desembargador responsável pelo julgamento foi favorável ao juiz e atesta que “a lei atribui ao juiz o exame sumário da regularidade dos documentos que instruem o pedido de recuperação. E só pode fazê-lo, de forma ótima, por intermédio da assistência de profissional da área”².

Em outro processo da comarca do Rio de Janeiro (2015), a perícia das informações do pedido inicial também foi requerida pelo juiz Luiz Roberto Ayoub, que discorreu sobre a necessidade da existência dessa atividade como fonte de informação para o juízo, referente à viabilidade da empresa que requer a recuperação³. Desse modo, mesmo sem previsão legal, uma atividade contábil, semelhante à proposta nesse estudo, de análise da capacidade de continuidade da empresa, já foi demandada em processos de recuperação judicial. Além disso, essa questão foi tema de debate da 8ª Reunião de 2015 do Centro de Estudos e Debates do TJRJ (2015), na qual o juiz Luiz Roberto Ayoub declarou que:

... admitiu estar isolado, no entendimento segundo o qual, nas ações de recuperação judicial, pode o juiz determinar uma perícia prévia ao recebimento da inicial, a fim de investigar em que medida a recuperação é viável; sustentou que age dessa forma porque, se não há previsão legal para o uso de perícia, também não há qualquer vedação à hipótese, no ordenamento jurídico, acrescentou que a medida significa

---

² Conforme Agravo de instrumento Nº 0194436-42.2012.8.26.0000.

Texto complementar disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-out-03/juiz-determinar-pericia-antes-aprovar-recuperacao-empresa>, sobre o voto nº 16599, citado no Diário de Justiça do Estado de São Paulo (2012).

³ Texto completo disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/deferim-process-recup-jud.pdf>

economia processual, em apoio à verificação da possibilidade de fraude ou do mau uso do instituto da recuperação judicial . . . (p. 2).

Sobre os custos incorridos em decorrência da atividade, durante essa reunião (2015), o juiz ainda ressaltou que “...os custos são sustentados pela empresa em recuperação e que a nomeação da perícia visa também impedir que os sócios, valendo-se dos benefícios da recuperação, dilapidem os bens da sociedade...” (p. 2).

As outras duas tarefas propostas foram escolhidas especificamente com base na legislação falimentar dos Estados Unidos, pois essa serviu de inspiração para a Lei 11.101/05 (Araujo & Funchal, 2009). Segundo a legislação estadunidense, o tribunal é o responsável por confirmar a viabilidade do plano e a capacidade da empresa de cumpri-lo, o que também é mencionado por Santos (2009) ao discorrer sobre tarefas do perito contador sem previsão legal, mas realizadas quando demandadas pelo juízo. Esse autor afirma que o juiz pode determinar a elaboração de um laudo de viabilidade para atestar as reais possibilidades de cumprimento do plano pela recuperanda.

Apesar de não prever a nomeação do administrador judicial para todos os casos, na lei dos Estados Unidos, o administrador tem a incumbência de elaborar uma recomendação para que o processo prossiga ou seja extinto. Essa mesma atividade é adaptada de forma a contemplar a recomendação de prosseguimento ou extinção do processo ou convolação em falência, sendo a terceira atividade proposta. Não foram encontrados estudos ou acórdãos que relatem a realização ou demanda dessa ação nos processos de recuperação judicial no Brasil, sendo essa atividade estudada como complementar às outras. Assim, é estudado se a emissão da recomendação, após cada uma das análises, impactaria a remuneração do administrador judicial e/ou do perito contador.

Essa pesquisa justifica-se pela importância da informação para a tomada de decisão dos envolvidos no processo de recuperação judicial, a qual não pode ser obtida pelos ritos processuais estipulados na legislação vigente (Lei 11.101/05). Araujo e Funchal (2006), utilizando o método de mínimos quadrados para a identificação dos componentes do índice do direito dos credores⁴ responsáveis por efeitos no mercado de crédito, mostram que a

---

⁴ O índice de direito dos credores, segundo La Porta et al. (1997, citado por Araujo & Funchal, 2006), é composto pela soma dos seguintes subíndices:

- 1, se credores com garantia são pagos primeiro e 0, caso contrário;
- 1, se o gerente não continua na firma, em caso de reorganização e 0, caso contrário;
- 1, se os credores com garantia não podem exercê-la por imposição da corte, ou seja, não podem tomar os ativos dados em garantia por um certo período e 0, caso contrário;

aprovação dos credores para reorganização e a prioridade dos credores segurados no recebimento dos créditos têm efeito positivo no mercado de crédito. Assim, o subsídio informacional para que os credores tenham melhores condições de aprovar a reorganização pode ter, também, impacto no mercado de crédito.

Esse estudo é importante para o entendimento da legislação, do processo judicial e das peculiaridades interdisciplinares envolvidas quando do foco contábil de um tema característico do direito, pouco abordado no Brasil, pela área de contabilidade. Por outro lado, diferentemente do presente trabalho, algumas das pesquisas no Brasil contemplam a questão contábil com enfoque nos modelos de previsão de falência. Alguns desses trabalhos são analisados por Mário & Aquino (2004), como os de Altman (1968), Altman, Haldeman e Narayanan (1977) e Ohlson (1980). Outros estudos buscam analisar o impacto do tema no mercado de crédito, como, por exemplo, Araujo e Funchal (2006, 2009) e outras pesquisas têm como foco a atuação do profissional contábil nos processos falimentares.

Destacam-se os estudos de Santos (2009) e Moro Junior (2011) por serem relacionados com o tema da presente pesquisa: Santos (2009) discorre sobre as diversas atividades realizadas pelo perito contador nos processos judiciais, dentre elas a análise da capacidade de continuidade da recuperanda e a apreciação da viabilidade do plano de recuperação, duas tarefas também examinadas nesse trabalho; Moro Junior (2011) identifica e avalia a atuação do contador nos processos de recuperação judicial, evidenciando a necessidade de se incluir no processo de recuperação uma das ações propostas por esse estudo, a de averiguação da capacidade de continuidade da recuperanda a partir das informações apresentadas no pedido inicial.

1.3 Contribuições

As principais contribuições desse trabalho são a incorporação da visão contábil como suporte à melhoria do fornecimento de informações para a tomada de decisão dos envolvidos no processo e o estudo da possibilidade da imputação de tarefas contábeis ao administrador judicial, que tem suas atribuições previstas na legislação e poderá ser auxiliado pelo perito contador na execução destas. Além disso, executa-se uma complementação ao trabalho de Moro Junior (2011), que indica para pesquisas futuras um estudo mais aprofundado da

-
- 1, se existem restrições ao devedor no caso de ele escolher sozinho a reorganização, com o consentimento dos credores, e 0, caso contrário.

primeira atividade proposta nessa pesquisa, de análise da documentação inicial e da capacidade da recuperanda de se reorganizar.

Esse estudo examina as determinações da legislação e alguns aspectos que poderiam ser modificados, possibilitando uma evolução posterior da melhoria da legislação falimentar ou de sua aplicabilidade e uma diminuição do erro tipo II. Isso proporciona uma maior confiabilidade no processo e nas empresas que estão em recuperação judicial, sendo de interesse de todos os envolvidos: governo, poder judiciário, credores, devedores, gestores e diretores, e para a sociedade como um todo.

1.4 Estrutura do trabalho

Esse capítulo introduz o tema abordado através da contextualização dos diversos aspectos da legislação falimentar brasileira, relevantes para o entendimento da pesquisa e do objeto da recuperação judicial.

No segundo capítulo, é feita a revisão bibliográfica necessária para o entendimento mais aprofundado do objeto da pesquisa, do processo de recuperação judicial e dos trabalhos existentes relacionados ao objetivo do estudo.

Expõe-se a metodologia utilizada para obtenção das informações necessárias para se atingir o objetivo da pesquisa no capítulo três, empregando-se: a pesquisa bibliográfica, que envolve a análise de trabalhos anteriores sobre o tema; a pesquisa documental, com a qual se realiza a descrição do processo de recuperação judicial da empresa Beta; e o levantamento de campo, através da realização de entrevistas com os principais agentes envolvidos nos processos de recuperação judicial.

O quarto capítulo é dedicado à execução da segunda etapa da metodologia previamente exposta, a pesquisa documental. Nele, é feita a descrição do processo de recuperação judicial da empresa Beta.

A terceira, e última fase de execução da metodologia, o levantamento de campo está no capítulo cinco, no qual se faz a apresentação das entrevistas com os diferentes agentes envolvidos nos processos de recuperação judicial.

No sexto capítulo, é realizada a triangulação dos dados a partir das informações coletadas na pesquisa bibliográfica, documental e no levantamento de campo, analisados conjuntamente.

O sétimo (e último) capítulo é dedicado às considerações finais e conclusões do estudo, abordando-se, também, as limitações deste e as sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esse capítulo aborda aspectos referentes à legislação falimentar brasileira, ao processo de recuperação judicial, à remuneração do administrador judicial e do perito contador, e aos trabalhos existentes relacionados ao objetivo do estudo. Cada um desses temas é apresentado nas sessões subsequentes.

2.1 O instituto jurídico da recuperação no Brasil

O instituto da recuperação e falência no Brasil é regido pela lei 11.101, de nove de fevereiro de 2005, em substituição ao decreto-lei 7.661, de 21 de junho de 1945. A principal mudança foi a instauração da recuperação em substituição à concordata; ambas têm o objetivo de auxiliar a empresa em crise financeira, contudo, segundo Araujo e Lundberg (2003), a recuperação é mais flexível que a concordata.

Na concordata, os administradores não eram afastados da gestão da empresa e permitia-se que a empresa parcelasse suas dívidas com credores quirografários por um período de até dois anos. Por sua vez, com a recuperação, existe a possibilidade de os gestores serem afastados caso haja indícios de crimes, fraudes, dentre outros motivos, explicitados no art. 64 da Lei 11.101/05. Essa legislação não estabelece um prazo fixo para o pagamento dos credores, somente delimita o período em que a empresa permanece em recuperação, de dois anos, a contar da data da concessão da recuperação (art. 61). Além disso, de acordo com a nova legislação, todos os créditos existentes até a data do pedido de recuperação judicial pela devedora, estão sujeitos a ela (art. 49).

Existem evidências de que a concordata não conseguia atingir o seu propósito e cerca de 70% a 80% das empresas que recorriam a esse mecanismo iam à falência (Pereira, 2005). Araujo e Funchal (2009) enumeraram algumas falhas do Decreto Lei nº 7.661 (1945), como: a baixa proteção do direito dos credores, devido principalmente à preferência aos direitos fiscais e trabalhistas; a distorção de incentivos e a falta de mecanismos para apoiar a reorganização ou

reestruturação da recuperanda; o elevado custo dos processos; e o tempo dispendido com o fechamento de firmas inviáveis.

Quanto às melhorias na legislação, conforme Araujo et al. (2010), em sua pesquisa com magistrados, advogados, administradores judiciais, promotores de justiça, professores e serventuários da justiça, a percepção desses agentes é de que as modificações da legislação tornaram o processo falimentar mais célere, o que também se observa ao serem comparados os procedimentos de concordata e recuperação judicial, sendo este mais célere. Os respondentes da pesquisa de Araujo et al. (2010) também opinaram que o percentual de satisfação dos credores, no procedimento de recuperação judicial, situou-se entre 60% e 80%. Esta pesquisa apontou que o instrumento da recuperação judicial estava sendo utilizado por empresas em dificuldades financeiras, mas com viabilidade econômica e, assim, esse mecanismo conseguia atingir o seu objetivo. No entanto, dados da *Corporate Consulting* divulgados na reportagem da revista Exame em dezembro de 2013, contradizem esse ponto e mostram que aproximadamente 1% das empresas que pede a recuperação judicial consegue êxito.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Serasa, pode-se perceber a redução do número de falências decretadas após a instituição da nova lei. A figura 1 mostra o cenário de antes e depois da Lei 11.101/05. Em média, 77% das empresas que protocolaram o pedido de concordata no período em análise tiveram o seu pedido deferido e 76% das empresas que protocolaram o pedido de recuperação tiveram o seu pedido deferido, uma diminuição de 1%. No período que antecede 2005, é possível verificar a predominância de um número muito grande de falências e um número relativamente pequeno de concordatas deferidas. Após esse ano, observa-se uma diminuição do número de falências e um aumento do número de recuperações concedidas.

Figura 1 - Falências decretadas, recuperações e concordatas deferidas (jan./91 – jul./15)

Fonte: Serasa (2015).

Com a nova lei, o número de falências reduziu, conforme destacado na figura anterior. Essa redução pode ser reflexo, dentre outros, do art. 94, inciso I, da Lei 11.101/05, que estabelece o montante mínimo de dívida de 40 salários mínimos para que o credor tenha o direito de pedir a falência da empresa. Dessa forma, as empresas que não possuem dívidas nesse montante não podem ter sua falência requerida por um credor. A figura a seguir é uma evidência do impacto desse acontecimento pois demonstra uma diminuição no número de falências decretadas de micro e pequenas empresas, fato não observado nas médias e grandes empresas.

Figura 2 - Porte das empresas falidas (jan./05 – jul./15)

Fonte: Serasa (2015).

Um fator preocupante com relação ao aumento do número de recuperações é a possibilidade de esse crescimento estar atrelado ao aumento do erro do tipo II. Além de se verificar o número de falências e recuperações, é importante observar qual é o tipo de empresa que utiliza o mecanismo da recuperação. A tabela 1 mostra que, predominantemente, as micros e pequenas empresas usufruem da legislação falimentar vigente e aproximadamente metade das empresas que tem sua recuperação decretada é micro e de pequeno porte, representando, além disso, aproximadamente 90% do total de empresas que tiveram sua falência decretada entre junho de 2005 e julho de 2015.

Tabela 1- Recuperações e falências deferidas por porte de empresa (jun./05 – jul./15)

	Micro e Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa
Recuperações decretadas	50,35%	32,03%	17,61%
Falências decretadas	89,60%	8,15%	2,25%

Fonte: Serasa (2015).

As micros e pequenas empresas, em função das suas características, demandam um tratamento diferenciado pela legislação, contemplado pela Lei Complementar nº 147, de 2014. Desse modo, a pesquisa sobre a recuperação e falência de empresas desse porte mostra ser relevante no Brasil.

No entanto, as empresas de médio e grande porte devem seguir as determinações da Lei 11.101/05, uma vez que o estudo sobre a recuperação desse tipo de corporação também é relevante, pois representam juntas uma parcela significativa dos processos de recuperação judicial, 49,65%. Essa é uma evidência de que, mesmo se as atividades propostas vierem a se restringir, na prática, às médias e grandes empresas, esse estudo pode atingir aproximadamente a metade dos casos de recuperação judicial.

2.2 O processo de recuperação judicial

Quando a empresa encontra-se em uma situação de crise financeira, mas possui condições de superá-la, pode recorrer à recuperação. Existem dois tipos de recuperação empresarial

previstos na Lei 11.101/05: a judicial, que envolve o processo judicial em si e é objeto de estudo; e a extrajudicial, na qual o devedor estabelece acordos com os credores podendo homologar o que foi acordado em juízo, mas sem a necessidade de interferência judicial. O benefício da recuperação judicial é o “congelamento” de todas as ações e execuções existentes contra o devedor (Lei 11.101/05, art. 6º).

Lazzarini (2009) afirma que, de acordo com a Lei 11.101/05, o sucesso do processo de recuperação depende da capacidade da empresa em crise de negociar com seus credores, mostrando suas condições de superar as adversidades. Para isso, o autor afirma que dois princípios devem ser considerados: o de preservação da empresa e o de transparência. O primeiro eleva a empresa do patamar de entidade limitada aos interesses dos sócios para uma entidade de interesse público, passando a atender outras exigências da sociedade, dos empregados, dos credores, dentre outros, sobrepostas ao interesse dos sócios (Lazzarini, 2009). Por sua vez, o princípio da transparência está presente no art. 51 da referida lei e afirma a necessidade da empresa, que visa a renegociar sua dívida, de apresentar aos seus credores sua real situação econômico-financeira.

A Lei 11.101/05 é aplicada a todas as empresas com exceção das “empresas públicas e de sociedade mista, instituições financeiras, cooperativas de crédito, consórcios, entidades de previdência complementar, sociedade operadora de plano de saúde, seguradoras, sociedades de capitalização e afins” (art. 2º). Somente pode requerer a recuperação judicial, conforme o art. 48 da Lei 11.101/05, o devedor: no exercício das suas atividades regularmente, há pelo menos dois anos; sem falências; sem usufruto do benefício da recuperação judicial há menos de cinco anos; e com sócios que não tenham cometido crime falimentar.

Todas as empresas que optam por requerer a recuperação judicial devem seguir os quesitos e exigências da Lei 11.101/05 e, para compreender cada passo desse processo, a figura 3 demonstra as etapas envolvidas no processo de recuperação judicial, de acordo com o estabelecido na legislação falimentar brasileira.

Figura 3 - Esquema do processo de recuperação judicial

Fonte: Führer (2008, p. 36).

Com a mudança de legislação, a apresentação de diversas demonstrações contábeis passou a ser exigida no pedido inicial, com a finalidade de possibilitar uma melhor constatação da situação econômica e financeira da empresa em crise (Moro Junior, 2011). Para o requerimento da recuperação, demanda-se que o devedor apresente em juízo, para fins de análise: as causas da crise econômico-financeira; a relação dos credores e empregados; os extratos das contas bancárias e aplicações financeiras; as demonstrações contábeis dos últimos três exercícios sociais, dentre outros contidos no art. 51 da Lei 11.101/05. A análise mais aprofundada dessas informações muitas vezes não é feita, como observam Moro Junior (2011) e Santos (2009) em seus estudos.

A presente pesquisa propõe que o administrador judicial seja o responsável por garantir que essa análise seja feita e, dessa maneira, ao protocolar, em juízo, o pedido de recuperação judicial, a empresa requerente da recuperação deve apresentar as informações que devem ser verificadas e servir de subsídio para a elaboração do relatório sobre a capacidade de continuidade da empresa. Na figura 3, é possível observar que a nomeação do administrador judicial acontece após o deferimento da recuperação, impossibilitando que esse agente atue no momento do pedido inicial. Assim, para a realização da atividade proposta nesse estudo, a nomeação do administrador judicial deve ser realizada em um momento antecedente ao deferimento do processamento da recuperação.

Após o deferimento, a empresa tem o prazo de sessenta dias para apresentar o seu plano de recuperação, no qual a devedora deve discriminar os meios utilizados para se recuperar, demonstrar sua viabilidade econômica e ainda apresentar um laudo econômico-financeiro, formulado por um profissional habilitado, contemplando, também, a avaliação dos bens e ativos do devedor (art. 53 da Lei 11.101/05). De acordo com esta mesma lei, “o plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial” (art. 54). Além disso, o plano também não poderá “prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de cinco salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial” (art. 54).

As informações do plano de recuperação, juntamente com as retratadas no pedido inicial, consistem em subsídio para o administrador judicial poder realizar a segunda tarefa proposta nesse estudo, de averiguar a capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação sugerido, no momento imediatamente posterior à sua apresentação.

Sendo o plano exposto pela empresa no processo de recuperação, ele é publicado para que o fato venha a ser de conhecimento dos credores. Nessa publicação, o juiz deve fixar um prazo para que estes manifestem suas eventuais objeções (Lei 11.101/05, art. 53, § único). Diante de quaisquer objeções, o juiz convoca a assembleia geral de credores, na qual estes e o devedor têm a oportunidade de conversar sobre o plano de recuperação e, ao final, os credores votam pela sua aprovação ou rejeição. Caso esta última seja a escolhida, o juiz decreta a falência da empresa devedora (Lei 11.101/05, art. 56, §4º).

Na situação de aprovação do plano inicialmente apresentado pela devedora ou de não objeção a ele, por parte dos credores, o juiz concede a recuperação judicial de acordo com o art. 58 da lei 11.101/05.

Desse momento em diante, o devedor permanece em recuperação judicial até cumprir todas as obrigações previstas no plano de recuperação com vencimento de até dois anos depois da concessão da recuperação, sendo o descumprimento de qualquer obrigação, nesse período, precedente para a decretação da falência da devedora (Lei 11.101/05, art. 61).

Decorrido esse período, a recuperação é encerrada, apuram-se as custas judiciais, é exposto um relatório sobre o cumprimento do plano de recuperação, elaborado pelo administrador judicial e paga-se o saldo remanescente de seus honorários, segundo o art. 63, da Lei 11.101/05. Após o encerramento, se o devedor descumprir suas obrigações, o credor pode requerer a execução específica ou a falência do devedor (Lei 11.101/05, art. 62).

Desse modo, destacam-se as principais etapas de elaboração desse estudo: o pedido de recuperação judicial; a apresentação e publicação do plano e a convocação da assembleia geral de credores para sua aprovação/rejeição.

2.2.1 As atividades do administrador judicial nos processos de recuperação judicial

Assim como no Brasil, cada país tem sua própria legislação falimentar e, em cada uma delas, o administrador judicial pode ter funções diferentes. O estudo de Levin (1979), realizado nos Estados Unidos, cuja legislação prevê a recuperação no *Chapter 11*, considera o administrador judicial como um hipotético credor, pois, na legislação estadunidense, ele tem o papel de atender o interesse dos credores e do governo. A partir desse ponto de vista, aumentar a disponibilidade de informação para o credor, fazendo a análise da capacidade da devedora de se recuperar, também pode beneficiar o próprio administrador judicial, possibilitando a verificação, por exemplo, da probabilidade de recebimento de sua remuneração.

No Brasil, o administrador judicial é um cargo de confiança de juiz e tem um papel intermediador no processo e na fiscalização da recuperanda. As obrigações desse cargo, previstas na Lei 11.101/05, englobam tarefas que devem ser realizadas no decorrer de todo o processo, como algumas relacionadas no quadro 1.

Quadro 1 - Obrigações do administrador judicial previstas no art. 22 da Lei 11.101/05

Na recuperação judicial e na falência	Fonte:
O administrador deve comunicar a data do pedido da recuperação ou da decretação da falência.	Art. 22, inc. I, alínea a
O administrador deve prestar as informações requeridas pelos credores.	Art. 22, inc. I, alínea b
O administrador deve apresentar os extratos dos livros do devedor.	Art. 22, inc. I, alínea c
O administrador deve elaborar a relação de credores.	Art. 22, inc. I, alínea e
O administrador deve consolidar e publicar o quadro geral de credores.	Art. 22, inc. I, alínea f
O administrador deve requerer a convocação de assembleia geral, quando necessário.	Art. 22, inc. I, alínea g
O administrador deve pedir autorização judicial e contratar empresa terceirizada para auxiliá-lo, caso seja necessário.	Art. 22, inc. I, alínea h
Na recuperação judicial	
O administrador deve fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação.	Art. 22, inc. II, alínea a
O administrador deve requerer a falência da empresa em caso de descumprimento do plano de recuperação.	Art. 22, inc. II, alínea b
O administrador deve apresentar relatórios mensais sobre as atividades do devedor.	Art. 22, inc. II, alínea c

Fonte: Resultado de pesquisa.

Além das obrigações listadas no quadro 1, de acordo com o art. 28 da Lei 11.101/05, na ausência do Comitê de Credores, exercer as atribuições do comitê é de responsabilidade do administrador judicial ou, caso a atividade não seja compatível, do juiz. Essa é uma similaridade com a legislação dos EUA, a qual também atribui as tarefas do comitê de credores ao administrador judicial em alguns casos específicos. No quadro 2 são relacionadas algumas das atividades do comitê de credores previstas na legislação falimentar brasileira.

Quadro 2 - Obrigações do comitê de credores previstas no art. 27 da Lei 11.101/05

Na recuperação judicial e na falência	Fonte:
O comitê deve fiscalizar as atividades e examinar as contas do administrador judicial.	Art. 27, inc. I, alínea a
O comitê deve zelar pelo bom andamento do processo e pelo cumprimento da Lei.	Art. 27, inc. I, alínea b
Caso detecte violação dos direitos ou prejuízo aos interesses dos credores, o comitê deve comunicar ao juiz.	Art. 27, inc. I, alínea c
O comitê deve apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados.	Art. 27, inc. I, alínea d
O comitê deve requerer ao juiz a convocação da assembleia geral de credores.	Art. 27, inc. I, alínea e
O comitê deve manifestar-se nas hipóteses previstas nesta legislação.	Art. 27, inc. I, alínea f
Na recuperação judicial	
O comitê deve fiscalizar a administração das atividades do devedor, apresentando, a cada 30 (trinta) dias, relatório de sua situação.	Art. 27, inc. II, alínea a
O comitê deve fiscalizar a execução do plano de recuperação judicial.	Art. 27, inc. II, alínea b
O comitê deve submeter à autorização do juiz, quando ocorrer o afastamento do devedor nas hipóteses previstas nesta legislação, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e outras garantias, bem como atos de endividamento necessários à continuação da atividade empresarial durante o período que antecede a aprovação do plano de recuperação judicial.	Art. 27, inc. II, alínea c

Fonte: Resultado de pesquisa.

Decorridos dois anos da concessão e tendo a devedora cumprido suas obrigações previstas no plano, a recuperação pode ser encerrada. De acordo com o art. 63 da Lei 11.101/05, o administrador deve apresentar o relatório circunstanciado no prazo máximo de quinze dias, contendo o apanhado sobre a execução do plano de recuperação por parte do devedor. Mediante prestação de contas apresentada no prazo de trinta dias a contar da data em que o juiz determinar o pagamento dos honorários ao administrador judicial e após a aprovação do relatório, a quitação das obrigações pode ser efetuada. O administrador que tem suas contas desaprovadas não tem direito à remuneração (Lei 11.101/05, art. 24, §4º).

Há atividades contábeis de responsabilidade do administrador judicial e elas evidenciam que esse tipo de incumbência pode ser atribuído a esse agente, corroborando com a presente pesquisa que atribui as tarefas propostas a ele.

2.2.2 A qualificação profissional do administrador judicial

Os administradores judiciais, na recuperação judicial, são preferencialmente advogados, administradores de empresa, economistas, contadores ou pessoas jurídicas autorizadas (Lei 11.101/05, art. 21) e por isso se estabelece, nessa pesquisa, o pressuposto de que não há a necessidade de distinção entre as tarefas do perito contábil e as do administrador.

Em todos os processos de recuperação judicial no Brasil, o administrador judicial é nomeado pelo juiz e, no caso de ser uma pessoa jurídica, designa-se um profissional responsável pela condução das atividades no processo. Sendo do critério do juiz a nomeação, existe uma relação de confiança entre as duas partes, o que converge para a exigência de que esse profissional (ou a equipe da empresa indicada) seja bem capacitado.

Destacam-se diferentes posicionamentos doutrinários quanto à qualificação do administrador judicial, segundo Mendes (2010):

Alguns doutrinadores comercialistas conservadores defendem a imprescindibilidade da formação jurídica do administrador judicial, sustentando a tese de que este profissional deva possuir, necessariamente, bacharelado em Direito e experiência advocatícia. Já os doutrinadores comercialistas progressistas defendem a necessidade de o administrador judicial possuir conhecimentos técnicos abrangentes não afetos apenas à matéria jurídica, devendo para tanto, possuir formação em áreas relacionadas à gestão de sociedades empresárias, tais como administração de empresas, economia e contabilidade (p. 4).

No entanto, pode-se assegurar, de acordo ainda com Mendes (2010), que quanto melhor a qualificação do administrador judicial, melhores as condições de exercer sua função nos processos de recuperação judicial.

Em conformidade com essa compreensão, o juiz Luiz Alberto Carvalho Alves (2015) afirma que:

Embora a lei faculte ao juiz nomear como administrador judicial pessoa jurídica ou pessoa física, deve-se, sempre que possível, optar pela pessoa jurídica especializada, que pode e deve fornecer e indicar toda uma equipe interdisciplinar de profissionais que atuarão em conjunto e em seu nome, proporcionando maior celeridade, técnica e profissionalismo, evitando que o administrador, como pessoa física, tenha que utilizar da prerrogativa do art. 22, I, “h” da L.R.F. contratando profissionais para auxiliá-lo, só retardando e tumultuando o andamento do feito.

Dentre os profissionais indicados é relevante que figure entre eles pelo menos um dos sócios-gerentes da pessoa jurídica para fins de responsabilidade na condução dos trabalhos (p. 4).

Mendes (2010) evidenciou que a maioria dos profissionais escolhidos pelo juiz para assumir o cargo de administrador judicial é de advogados. Em cinco, dos seis processos consultados pelo autor, os administradores judiciais eram profissionais do direito e somente em um, o profissional tinha formação em administração de empresas.

Para o estudo dessa questão, foram obtidas as relações de administradores judiciais das comarcas de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e a partir dessas informações, foi feita uma classificação quanto à sua formação profissional.

Em Belo Horizonte, a totalidade dos administradores judiciais eram advogados. Ainda nessa comarca, foram obtidos os dados dos peritos contadores e somente um dos cadastros era de pessoa jurídica; os demais eram profissionais contábeis.

Por sua vez, na Comarca de São Paulo, 57% dos administradores judiciais eram advogados. Somados aos demais profissionais do direito com formação complementar em contabilidade ou economia, esse percentual subiu para 62%. Os contadores representaram somente 1%, ou 5%, quando somados aos advogados com formação contábil. Um aspecto interessante é a existência de pessoas jurídicas como administradores judiciais, pois isso evidencia que se a empresa tem, em seu quadro de funcionários, profissionais com diferentes formações requeridas no decorrer do processo judicial, as demandas multidisciplinares deste processo podem ser atendidas. A formação profissional dos administradores da comarca de São Paulo está relacionada na tabela 2:

Tabela 2 - Formação profissional dos administradores judiciais da Comarca de São Paulo

Formação profissional	Quantidade	Porcentagem
Advogado	55	57%
Contador	1	1%
Advogado e contador	4	4%
Advogado e economista	1	1%
Pessoa Jurídica	36	37%
Total	97	100%

Fonte: Resultado de pesquisa.

Não foi verificada a presença de pessoas jurídicas na relação dos administradores judiciais do Rio de Janeiro. Constata-se, assim, que os profissionais do direito prevaleceram também nessa comarca, sendo 67% dos administradores judiciais advogados. Somados aos advogados

com formação em contabilidade, o percentual chegou a 71%. Há mais profissionais com formação contábil atuando como administradores judiciais no Rio de Janeiro do que nos outros dois estados estudados. Eles representaram 7% dos administradores ou 11% quando somados aos advogados com formação contábil. Há também engenheiros atuando na administração judicial, totalizando um percentual de 19%, maior do que dos profissionais contábeis. Esse dado é peculiar, pois o profissional de engenharia não é mencionado no art. 21 da Lei 11.101/05, como preferencialmente encarregado da atividade de administração judicial. Conforme a Lei 11.101/05, “o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada” (art. 21). Na tabela 3, há a relação da formação profissional dos administradores da comarca do Rio de Janeiro.

Tabela 3 - Formação profissional dos administradores judiciais da Comarca do Rio de Janeiro

Formação profissional	Quantidade	Porcentagem
Advogado	18	67%
Contador	2	7%
Advogado e contador	1	4%
Economista	1	4%
Engenheiro	5	19%
Total	27	100%

Fonte: Resultado de pesquisa.

A possibilidade de o administrador judicial não ter formação profissional que lhe permita realizar as atividades propostas, ou de ser uma pessoa jurídica, demanda que se considere, nesse estudo, ao atribuir atividades a ele, a possibilidade de haver impacto não só na remuneração desse agente, como também na de seu auxiliar, perito contador, que pode ser o responsável pela execução das tarefas sugeridas.

2.3 A remuneração do administrador judicial e do perito contador

A necessidade de formação interdisciplinar conduz à outra questão, à remuneração do administrador judicial e de seu auxiliar. De acordo com o art. 24 da Lei 11.101/05, o administrador judicial é remunerado de acordo com três quesitos, julgados pelo juiz, que é o responsável também por fixar o valor e forma de pagamento da remuneração: (1) a capacidade de pagamento da devedora, (2) o grau de complexidade do trabalho desenvolvido e (3) os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades similares. Os últimos dois critérios são utilizados para o arbitramento dos honorários dos auxiliares do administrador judicial, ou seja, do perito contador (Lei 11.101/05, art.22, §1º).

Existem restrições ao pagamento da remuneração do administrador judicial. O valor desses honorários não pode exceder 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores na recuperação judicial (Lei 11.101/05, art. 24, §1º), sendo que, no caso das micros e pequenas empresas, esse limite é reduzido a 2% (Lei 11.101/05, art. 24, §5º). Além disso, ao final, ou no encerramento do processo, 40% do valor da remuneração deve ser reservado para pagamento após o cumprimento dos artigos 154 e 155 da referida lei, relativos à entrega de relatórios e prestação de contas pelo administrador (Lei 11.101/05, art. 24, §2º).

De acordo com Araujo et al. (2010), ao realizar pesquisa com magistrados, advogados, administradores judiciais, promotores de justiça, professores e serventuários da justiça, sobre a adequabilidade da remuneração do administrador judicial nos processos de recuperação judicial, esses agentes entendem que a remuneração em questão é adequada.

Diante desse contexto, é pertinente averiguar, sob o ponto de vista econômico, o estímulo do administrador judicial (remuneração), o processamento de informações (realização de suas tarefas) e a contribuição gerada por ele para o processo como um todo.

Segundo Lawler (1994), os indivíduos exercem mais esforço para desempenhar tarefas quando são bem remunerados ou os resultados são atrativos. Sendo o ciclo retroalimentativo, um aumento de tarefas que ocasionem uma maior contribuição do administrador judicial nos processos demandaria um aumento de sua remuneração. No entanto, esta se vincula ao valor da dívida dos credores (passivo), e o administrador presta serviço para uma empresa que já se encontra em dificuldade financeira, o que limita os efeitos da remuneração como incentivo. A atratividade da remuneração nos diversos casos pode fazer com que haja um maior ou menor

esforço, por parte do profissional, para desempenho de suas tarefas e cumprimento rigoroso de prazos.

Cabe ressaltar que existem outros tipos de incentivos, como o reconhecimento do trabalho e até mesmo a autossatisfação de se atingir uma grande meta (Latham, 1991), o que poderia proceder nos casos de tarefas de alta responsabilidade, com demanda de maior esforço e de senso de ética profissional. Quanto aos demais incentivos, eles não são contemplados nessa pesquisa.

Ainda existe a possibilidade de o indivíduo não possuir habilidades que o capacitem para o cumprimento da nova tarefa proposta (Bonner & Sprinkle, 2002). Assim, uma tarefa pode deixar de ser desempenhada da melhor forma por falta de qualificação do profissional que a executa. Desse modo, ao agregar novas atividades àquelas já previstas na legislação, deve-se observar as limitações do próprio administrador judicial que, como estipulado nesse estudo, seria o responsável por garantir que as tarefas sejam realizadas e pode precisar de auxílio do perito contador para executá-las.

Ademais, deve-se considerar a possibilidade de os incentivos existentes não serem efetivos, ou seja, não serem capazes de gerar o estímulo necessário para que o indivíduo busque adquirir as habilidades exigidas pela tarefa (Bonner & Sprinkle, 2002) e, conseqüentemente, ele renuncia à sua realização, terceirizando o serviço. Surge, assim, a questão da terceirização dessa tarefa, que se constitui nessa pesquisa como a contratação de um perito contador, um profissional capacitado para execução das tarefas propostas. Essa atitude alinha-se com a legislação falimentar segundo a qual o administrador judicial pode requerer a contratação de profissionais para o auxiliarem (Lei 11.101/05, art. 22).

2.3.1 A remuneração do administrador judicial e do perito como componentes do custo falimentar

Conforme a pesquisa de Araujo et al. (2010), magistrados, advogados, administradores judiciais, promotores de justiça, professores e serventuários da justiça concordam plenamente com a afirmação de que: “A criação das novas figuras legais da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial foi uma sinalização importante para incentivar as negociações de dívidas entre credores e devedores, com conseqüente redução de custos” (p.18). O trabalho

destes autores não mensura essa redução, mas a aponta como um ponto positivo da legislação brasileira em vigência, a Lei 11.101/05.

Segundo Jupetipe (2014), os processos de falência e recuperação geram os chamados custos de falência, principalmente para os credores e a recuperanda. Existem dois tipos de custo que ocorrem durante a recuperação judicial ou falência de uma empresa, os custos diretos e indiretos. Os diretos são compostos pelas despesas incorridas na administração do processo, dentre elas os honorários do administrador judicial e dos peritos. Já os indiretos relacionam-se, de acordo com Jupetipe (2014), aos “benefícios perdidos em função de uma renúncia feita devido à escolha de uma opção alternativa” (p. 30), envolvendo, por exemplo, a dificuldade de obtenção de crédito da empresa devedora ao entrar em recuperação.

O fato de os honorários do administrador e dos seus auxiliares serem componentes do custo direto da recuperação judicial ocasiona uma necessidade maior de se ter ciência da importância desses custos nos processos.

Nos Estados Unidos, esses custos são estudados por autores como Campbel (1997) e Bris, Welch e Zhu (2006). Campbel (1997) pesquisou os processos de recuperação judicial de empresas de capital fechado e constatou que os custos diretos são significativos. Bris et al. (2006) estudaram os custos falimentares de processos de falência e recuperação e observaram sua heterogeneidade e volatilidade em cada processo, evidenciando uma tendência de maior declínio do valor dos ativos da devedora na falência do que na recuperação.

No trabalho de Branch (2002, citado por Jupetipe, 2014), os custos de falência referentes aos honorários dos profissionais que trabalharam nos processos de falência e recuperação analisados variaram entre 3,1% e 4,3% do valor de mercado da empresa, sendo relativos, principalmente, aos honorários de advogados e contadores.

Ao examinar os custos de falência nos processos de recuperação judicial no Brasil, Jupetipe (2014) verificou que, em média, os custos diretos foram de 26% do ativo inicial da devedora, uma porcentagem muito superior à variação entre 3,1% e 4,3% encontrada por Branch (2002). Além disso, a autora também constatou que a taxa de recuperação de créditos pelos credores é de, em média, 25% nos processos de recuperação judicial estudados. Para o cálculo dos custos diretos, a autora considerou, nos processos de recuperação judicial, os honorários do administrador judicial, os gastos com serviços de profissionais e custas e despesas processuais. Jupetipe (2014) afirma que “os mais significativos foram, em primeiro lugar, os relativos aos honorários de peritos, em segundo lugar, aos honorários dos administradores

judiciais e, em terceiro, custas e despesas processuais” (p. 50). Se a seleção de processos da autora contemplasse processos de recuperação encerrados, esses custos poderiam ser ainda maiores.

Para fins de comparação dos resultados das pesquisas, no quadro 3, baseado nas informações expostas na pesquisa de Jupetipe (2014), demonstram-se os seguintes valores.

Quadro 3 - Comparativo entre pesquisas sobre custos diretos na recuperação judicial

Autor (a)	Custos diretos/ Ativo Inicial	Variação do ativo	Taxa de recuperação dos credores
Campbel (1997)	8,50%	-30%	
Bris, Welch e Zhu (2006)	16,90%	de -31% a +195%	69%
Jupetipe (2014)	26%		25%

Fonte: Resultado de pesquisa.

Diante da elevada porcentagem encontrada por Jupetipe (2014), são explanados os dados da tabela 4, na qual estão relacionados todos os valores dos custos processuais e do ativo inicial dos processos de recuperação judicial analisados.

Tabela 4 - Custos processuais com relação ao ativo inicial

Código do processo	Custas e despesas (arbitradas) (R\$)	Ativo inicial da devedora*	% sobre o Ativo inicial
R1	15.090,29	46.236.184,33	0,03%
R2	23.858,92	77.852,26	30,65%
R3	26.105,95	15.252.550,59	0,17%
R4	49.201,60	108.816.776,83	0,05%
R7	323.046,97	10.593.154,06	3,05%
R8	45.527,79	5.598.194,13	0,81%
R9	360.547,11	75.778.387,78	0,48%
R11	599.013,40	7.994.610,36	7,49%
R12	6.036,10	596.447,48	1,01%
R13	16.091,47	11.335.912,48	0,14%
R15	2.797,37	138.595,34	2,02%
R16	14.410,87	1.295.829,31	1,11%
R19	339.124,82	30.143.232,53	1,13%
R20	2.149.417,13	456.291,75	471,06%
R21	30.579,18	1.432.190,63	2,14%
R22	32.337,82	38.156.130,74	0,08%
R23	156.260,88	153.009.021,87	0,10%
R24	37.271,64	2.783.275,81	1,34%
R25	334.857,49	38.177.407,46	0,88%
R26	749.974,97	111.545.337,92	0,67%
R27	25.056,05	245.326,55	10,21%
MÉDIA	254.124,18	31.412.510,01	25,46%

*Ativo total do último Balanço Patrimonial apresentado pela empresa antes do processo de recuperação.

Nota: valores monetários ajustados pela inflação, tendo como índice de correção o IPCA (IBGE) mensal e como data base de atualização o dia 30.09.2013.

Fonte: Jupetipe (2014).

Percebe-se um valor das custas judiciais discrepante dos demais no processo de recuperação judicial representado pela sigla R20, gerando a necessidade de entendimento dessa diferença de valores. Contudo, para fins dessa pesquisa, que visa ao estudo da deliberação de novas atividades ao administrador judicial, e diante da possibilidade de haver impacto nos custos judiciais, caso sua remuneração seja modificada, elimina-se esse processo e o valor das custas e despesas é recalculado, de acordo com a tabela 5.

Tabela 5 - Recálculo dos custos processuais com relação ao ativo inicial

Código do processo	Custas e despesas (arbitradas) (R\$)	Ativo inicial da devedora*	% sobre o Ativo inicial
R1	15.090,29	46.236.184,33	0,03%
R2	23.858,92	77.852,26	30,65%
R3	26.105,95	15.252.550,59	0,17%
R4	49.201,60	108.816.776,83	0,05%
R7	323.046,97	10.593.154,06	3,05%
R8	45.527,79	5.598.194,13	0,81%
R9	360.547,11	75.778.387,78	0,48%
R11	599.013,40	7.994.610,36	7,49%
R12	6.036,10	596.447,48	1,01%
R13	16.091,47	11.335.912,48	0,14%
R15	2.797,37	138.595,34	2,02%
R16	14.410,87	1.295.829,31	1,11%
R19	339.124,82	30.143.232,53	1,13%
R21	30.579,18	1.432.190,63	2,14%
R22	32.337,82	38.156.130,74	0,08%
R23	156.260,88	153.009.021,87	0,10%
R24	37.271,64	2.783.275,81	1,34%
R25	334.857,49	38.177.407,46	0,88%
R26	749.974,97	111.545.337,92	0,67%
R27	25.056,05	245.326,55	10,21%
MÉDIA	159.359,53	32.960.320,92	3,18%

*Ativo total do último Balanço Patrimonial apresentado pela empresa antes do processo de recuperação.

Nota: valores monetários ajustados pela inflação, tendo como índice de correção o IPCA (IBGE) mensal e como data base de atualização o dia 30.09.2013.

Fonte: Adaptado de Jupetipe (2014).

Após a eliminação do processo R20, a porcentagem das custas e despesas judiciais com relação ao ativo inicial é de 3,18%, um valor inferior ao encontrado nas pesquisas internacionais. Também é interessante observar que o processo de recuperação judicial representado pelo código R2 apresenta um valor três vezes maior do que o processo de código R27, que possui a segunda maior taxa na tabela 5. Ao se refazer o cálculo sem o processo R2, a média da porcentagem diminui para 1,73%.

Por não se tratarem de procedimentos encerrados, os custos dos processos de recuperação judicial podem ser maiores. Contudo, é plausível que o percentual encontrado a partir do recálculo seja um indicativo de que as custas dos processos de recuperação judicial no Brasil,

em média, podem não ser tão discrepantes, como se indicava inicialmente, em relação àquelas reconhecidas por Campbel (1997).

2.4 A contabilidade e a recuperação judicial

Mário e Aquino (2004) dividem as pesquisas sobre falência em três linhas: previsão de insolvência e estimativa de risco; relevância da informação contábil; e procedimentos na falência. Estudos sobre a importância da informação contábil são apresentados a seguir para respaldarem a análise de procedimentos na recuperação judicial considerando as atividades propostas nesse trabalho.

2.4.1 Estudo de Santos, 2009

O estudo de Santos (2009) tem como foco a atuação do perito contador nos processos de recuperação falimentar e fornece informações relevantes para o presente estudo, pois aborda algumas das atividades propostas.

A nomeação do perito contador nos processos de recuperação judicial acontece, em geral, por meio de indicação e requerimento feitos pelo administrador judicial, embora o juiz tenha autonomia para aceitar o perito indicado ou designar outro, de sua confiança. Ao intervir nos processos falimentares, o perito pode atuar na perícia ou auditoria, dois campos das Ciências Contábeis. Ele procede como perito no levantamento e elaboração de laudos e pareceres, e como auditor quando coleta evidências para apuração de crimes falimentares ou para verificação de créditos e elaboração do quadro geral de credores.

Sendo assim, Santos (2009) afirma ser esse agente:

...peça-chave em vários momentos processuais, como, por exemplo, na verificação de créditos, na elaboração de laudos de viabilidade de recuperações de empresas, laudos de viabilidade de planos de recuperação, laudos de verificação de fatos contábeis para apurar eventuais evidências que apontem a existência de irregularidades quando da falência da empresa, elaboração dos quadros de credores em conjunto com o Administrador Judicial, entre outros (grifo da autora) (p. 340).

O autor ainda explica que, quanto às informações apresentadas no pedido inicial, a atuação do perito contador pode se dar de forma independente do administrador judicial, pois este somente é nomeado quando o pedido é deferido.

Caso o juiz entenda que há necessidade, ele pode nomear o perito contador para verificar a regularidade da documentação apresentada pela devedora ou para examinar a viabilidade dessa empresa, e mesmo que tais atividades não estejam previstas na legislação, são aceitas pelos magistrados de todos os graus de jurisdição. Também conforme Santos (2009), com tais informações, “o magistrado poderá ter maiores garantias de que a empresa poderá apresentar um plano de recuperação viável...” (p.356). Considerando que a verificação da viabilidade da empresa é proposta nesse estudo juntamente com a tarefa de averiguação da capacidade da devedora de cumprir o plano de recuperação, o benefício mencionado pelo referido autor denota a possibilidade da primeira atividade auxiliar na execução da segunda.

Sobre a elaboração do laudo de viabilidade e o trabalho a ser realizado pelo perito contador, Santos (2009) ressalta que:

Seu trabalho deve seguir o formato de um Laudo Pericial, nos termos na norma NBC-T13 – Da Perícia Contábil, elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade, como dito acima, e, em sua conclusão, deve apontar a evolução da empresa nos últimos três anos, a relação despesa-receita, apontando eventuais fontes de receita e de cortes de despesa, capacidade de geração de receitas e a possibilidade de reestruturação da empresa, com base nesses dados, devendo ser juntado aos autos, para que subsidie a decisão a ser tomada pelo juiz (grifo da autora) (p. 358).

Quanto à elaboração do laudo de viabilidade do plano de recuperação, o autor ainda afirma que, apesar de não estar prevista na legislação, se o juiz entender que essa atividade é necessária, poderá determinar sua realização, para se atestarem as reais possibilidades de cumprimento do plano.

A diferença entre a atividade de análise da documentação inicial e a tarefa de elaborar o laudo de viabilidade é que, nesse momento, já existe um administrador judicial nomeado e um plano de recuperação para análise, o qual envolve diversos cenários, projeções e setores da empresa, operacional, *marketing*, administrativo, entre outros. Santos (2009) atesta que:

...deve o profissional contabilista verificar os dados constantes do plano em que se baseiam as projeções, inclusive estas, e as metas traçadas, são passíveis de serem atingidas, ou não passam de um exercício de futurologia, bem como se atendem às exigências legais... (p. 359).

O fato de esse autor expor duas das tarefas propostas neste estudo, juntamente com as outras tarefas já previstas em lei, é uma evidência da necessidade dessas atividades e de seu potencial para gerar melhorias no processo, pois, mesmo sem a previsão legal, podem ser requeridas pelo juízo.

Já foi exposto previamente que uma das razões desse estudo ao atribuir as tarefas ao administrador judicial é que ele pode ser um profissional contábil. A outra razão consiste no fato de elas já se encontrarem designadas ao administrador judicial, mas somente o perito contador tem condições de realizá-las. Algumas dessas atividades são identificadas no estudo de Santos (2009): dar extratos dos livros do devedor, que é “prerrogativa dos profissionais de contabilidade, nos termos da legislação contábil” (p.348) e examinar a escrituração do devedor, que, apesar de ser uma atividade prevista somente para processos de falência, é de responsabilidade do administrador judicial, mas realizada pelo perito contador.

2.4.2 Estudo de Moro Junior, 2011

Moro Junior (2011) realizou uma pesquisa exploratória descritiva e analisou a atuação do contador e o uso da contabilidade nos processos de recuperação judicial da Comarca de São Paulo. É relevante citar esse autor, pois a atividade proposta de análise da documentação inicial e das condições de continuidade da empresa é discutida por ele.

O autor constatou a presença da contabilidade nos processos de recuperação judicial. Segundo Moro Junior (2011):

Foram adotados na lei os princípios da preservação da empresa e da transparência, visando à recuperação das que possuem potencial no mercado para reverter uma situação de crise e à decretação da falência nos casos das empresas que não possuem condições de recuperação (p. 12).

Para esse autor, a Contabilidade exerce um papel importante na recuperação judicial, constatando-se a presença do perito contador em todos os processos estudados.

Ele ainda verifica, por meio de estudos processuais e entrevistas com juízes e administradores judiciais, que não existe uma análise profunda ou apresentação de qualquer juízo de valor quanto ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas no pedido inicial. Somente em um, dos seis processos de recuperação judicial estudados pelo autor, a atividade de análise das demonstrações contábeis apresentadas no pedido inicial é realizada pelo perito contador.

O autor recomenda também que seja incluída na legislação falimentar brasileira a previsão da nomeação de um perito contador para realizar tal tarefa. Desse modo, reconhece a importância da atividade proposta nesse estudo para a melhoria do processo de recuperação judicial.

Apesar de não estar prevista explicitamente na Lei 11.101/05, a pesquisa de Moro Junior (2011) explicita que, como a atividade de análise da documentação inicial já foi realizada em um processo, infere-se que ela pode ter sido ou estar sendo realizada em outros.

O fato de a tarefa de análise da capacidade da devedora em se recuperar não estar prevista em lei, mas, ainda assim, já ter sido realizada, juntamente com o reconhecimento da sua importância no estudo de Moro Junior (2011), são indícios de que essa é uma atividade com potencial de trazer melhorias para o processo de recuperação judicial.

O autor ainda ressalta a pouca participação dos credores no processo de recuperação, o que afasta a possibilidade do contador de auxiliar a fiscalização do cumprimento do plano de recuperação. A apresentação do plano de recuperação é feita pela empresa devedora e, caso haja objeção de algum dos credores, é convocada a assembleia geral de credores, na qual votam pela aceitação ou rejeição do plano.

Ao comitê de credores, segundo Guimarães (2007, citado por Moro Junior, 2011), atribui-se a atividade de elaboração de um plano de recuperação alternativo, nos casos em que se comprova a inviabilidade econômico-financeira do plano de recuperação apresentado pelo devedor (Lei 11.101/05, art. 30, §2º). Para que se comprove a inviabilidade do plano mencionada, o presente estudo propõe que a atividade de verificação da capacidade da empresa em recuperação de cumprir o plano proposto seja agregada às tarefas do administrador judicial no processo.

3 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como foco a descrição da forma de realização dessa pesquisa, demonstrando os métodos científicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos.

A pesquisa classifica-se como descritiva, pois busca a identificação de possíveis melhorias no processo de recuperação judicial por meio do estudo e da descrição dos fatos e dados empíricos. Para a sua realização, empregam-se a pesquisa bibliográfica e a documental, e o levantamento de campo.

A pesquisa bibliográfica envolve a análise de trabalhos desenvolvidos anteriormente e das suas contribuições para esse estudo.

Na pesquisa documental, é feita a descrição e análise de um processo de recuperação. De acordo com Martins e Theóphilo (2007), a pesquisa documental pode ser uma fonte de dados e de informações que auxiliam no melhor entendimento dos achados e das evidências coletadas por outros meios, possibilitando a confiabilidade nos resultados, através de triangulações dos dados e resultados.

No levantamento de campo, são efetuadas entrevistas com administradores judiciais, juízes e representantes de credores atuantes em processos de recuperação.

Assim, esse estudo apresenta como foco a análise, descrição e compreensão do processo de recuperação judicial, buscando evidências empíricas da demanda pelas informações das atividades propostas e estuda se a adição destas na legislação impactaria a remuneração do administrador judicial ou do perito contador.

3.1 Unidade de análise

O principal estabelecimento da empresa Beta, analisada neste estudo, localiza-se na cidade de Contagem, Minas Gerais. Foi fundada em 1970 e atua como distribuidora de papel, podendo ser classificada, de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) (2015), como uma empresa de médio porte, com uma média de 135 funcionários, entre 2005 e 2009, e um faturamento anual bruto médio de aproximadamente R\$64 milhões, no mesmo período.

O objeto de pesquisa abrange o estudo das etapas do processo de recuperação judicial da empresa Beta, as informações fornecidas aos credores durante o processo, as atividades do administrador judicial, dos seus auxiliares e suas respectivas remunerações.

3.2 Coleta de dados: técnicas e fontes de pesquisa

Com a finalidade de descrever as etapas de um processo de recuperação judicial, efetua-se a análise documental do processo de recuperação judicial da empresa Beta e das informações do processo coletadas primeiramente no fórum, onde o processo, com mais de 5.600 laudas, foi revisado e as informações relevantes para o estudo fotografadas. O conteúdo registrado foi analisado com mais profundidade em abril e maio de 2015 e a descrição, realizada em junho do mesmo ano. Para a descrição das etapas, utiliza-se o esquema do processo de recuperação judicial elaborado por Führer (2008), apresentado anteriormente na figura 3.

No Brasil, é possível o acesso aos autos dos processos de recuperação judicial nas varas empresariais de falências e recuperação, sendo a consulta, na maioria dos casos, feita por meio físico, o que representa uma limitação dessa pesquisa. Assim, para a consulta de um caso completo de recuperação judicial, é preciso permanecer na vara judicial durante toda a consulta processual, ou obter autorização para que se faça a cópia do processo. Após encerrados, os processos são arquivados, o que dificulta o acesso a processos judiciais em estágio avançado.

Devido a essas limitações, o processo estudado foi selecionado, dentre aqueles que se obteve autorização para acesso, nas varas das cidades de Belo Horizonte, Contagem e São Paulo.

São utilizados alguns critérios para a seleção do processo estudado com mais profundidade: primeiramente, são separados, em cada uma das cidades, os processos que se encontravam em estágio mais avançado e continham informações suficientes para serem analisados; dentre eles, é selecionado aquele que estava em estágio mais avançado. O processo escolhido é da vara do município de Contagem, mas, no momento da sua consulta, já se encontrava encerrado e o administrador judicial já havia apresentado o seu relatório final.

Para preservar as partes colaboradoras desse estudo, opta-se pelo anonimato tanto da identidade da empresa quanto dos envolvidos no processo judicial.

São relatados os pontos mais relevantes do processo, salientando-se as informações apresentadas pela empresa em recuperação, o procedimento de negociação do plano de recuperação judicial, as atividades desempenhadas pelo administrador judicial e seu auxiliar, o perito contador, e as suas respectivas remunerações.

Em seguida, com base nos dados coletados no processo de recuperação, são realizadas entrevistas semiestruturadas com o administrador judicial desse processo e com outros agentes envolvidos em processos de recuperação judicial, juízes e representantes de credores.

As perguntas têm como finalidade coletar informações complementares à análise documental, envolvendo a percepção dos agentes e visão empírica sobre as atividades propostas nesse estudo e o possível impacto que poderiam causar na remuneração do administrador judicial ou do perito contador.

3.2.1 Roteiro de entrevistas

No estudo de Moro Junior (2011), ele elabora o roteiro de entrevista considerando os objetivos específicos do seu estudo. De modo semelhante, nesse estudo são segregadas as questões de acordo com a atividade estudada e com a informação que se pretende obter.

A seleção dos entrevistados foi feita por acessibilidade: inicialmente, fez-se contato com os envolvidos no processo da empresa Beta por telefone e, posteriormente, por e-mail. No entanto, somente o administrador judicial mostrou-se disponível a participar, pois o juiz responsável pelo caso sairia de férias e não tinha disponibilidade de conceder a entrevista no período de interesse e não se obteve sucesso no contato com o perito do caso, nem por telefone, nem por e-mail.

Dessa forma, com o intuito de coletar mais informações, realizou-se contato com um administrador judicial e um juiz atuantes em Belo Horizonte. O administrador selecionado foi aquele cujo nome constava simultaneamente na relação de administradores judiciais, e na de peritos. O juiz contatado foi aquele que atuava na comarca que se dispôs a fornecer a relação de administradores judiciais e de peritos, para fins de realização da pesquisa. Ambos se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Diante das respostas obtidas nas entrevistas com os administradores judiciais, buscaram-se profissionais mais familiarizados com o tema e foi feito então contato com dois professores da

matéria de direito empresarial em universidades de Belo Horizonte, um juiz do Rio de Janeiro e três representantes de credores de São Paulo. Apenas o juiz e um dos representantes de credores disponibilizaram-se a participar. A entrevista com o representante de credores ocorreu pessoalmente e, com o juiz, através de telefone, conforme a disponibilidade deste.

O quadro 4 apresenta o roteiro de entrevista aplicado ao administrador judicial da empresa Beta e aos demais entrevistados. A sequência das questões foi adaptada para melhor entendimento do roteiro. O roteiro de entrevista com a sequência original, utilizado pela autora no momento das entrevistas é apresentado no Apêndice A.

Quadro 4 - Roteiro de entrevistas

Atividade em estudo	Informação fornecida	Questões		Fonte:
N/A*	Formação e experiência do profissional entrevistado	Questão nº 01	Qual é a sua formação acadêmica?	Moro Junior (2011, p.74): questão nº01 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 02	Como atua nos processos de Recuperação Judicial? Qual foi a sua experiência profissional antes dessa atuação?	Moro Junior (2011, p.74): questão nº02 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 03	Além de atuar nos processos de recuperação judicial, quais outras atividades você realiza?	Elaborado pela autora
		Questão nº 04	Há quanto tempo atua em processos de recuperação judicial? Em quantos processos de recuperação já atuou?	Elaborado pela autora

continua

continua

Atividade em estudo	Informação fornecida	Questõesz		Fonte:
Atividade 1: Análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa	Introdução da atividade 1 e as condições para sua realização	Questão nº 05	Como é feita a análise da documentação contábil apresentada pelo devedor no pedido inicial de recuperação?	Adaptada de Moro Junior (2011, p.74): questão nº6 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 06	Qual é a sua opinião sobre as informações apresentadas no pedido inicial de recuperação (São adequadas para que seja feita a análise da capacidade de continuidade da empresa?)?	Moro Junior (2011, p.74): questão nº7 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 07	Essa atividade demandaria a atuação de quais profissionais para ser realizada?	Adaptada do estudo de Moro Junior (2011, p.74): questão nº11 direcionada aos administradores judiciais
	Os benefícios que poderiam ser gerados com a atividade 1	Questão nº 08	Quais são os benefícios e/ou melhorias processuais com a análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa?	Elaborado pela autora
	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão da atividade 1 na legislação	Questão nº 09	Qual seria o impacto no grau de complexidade do trabalho do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade desse agente? E no grau de complexidade das tarefas realizadas pelo perito contador?	Elaborado pela autora baseado nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 10	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade desse agente? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora

continuação

continuação

Atividade em estudo	Informação fornecida	Questões		Fonte:
Atividade 2: Análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo	Introdução da atividade 2 e as condições para sua realização	Questão nº 11	Qual é a sua opinião sobre as informações apresentadas pelas empresas nos planos de recuperação (São suficientes para que seja feita a análise da capacidade da recuperanda de cumpri-los?)?	Elaborado pela autora
		Questão nº 12	Essa atividade demandaria a atuação de quais profissionais para ser realizada?	Elaborado pela autora
		Questão nº 13	No processo de recuperação estudado nessa pesquisa, os credores apresentaram uma proposta de plano não aceita pela recuperanda, a qual alegou que este não era adequado às suas condições econômico-financeiras. Quão recorrente é a ação de os credores apresentarem planos alternativos nos processos de recuperação?	Elaborado pela autora
	Os benefícios que poderiam ser gerados com a atividade 2	Questão nº 14	Quais são os benefícios e/ou melhorias processuais de haver a análise da capacidade da devedora de cumprir o plano de recuperação?	Elaborado pela autora
	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão da atividade 2 na legislação	Questão nº 15	Qual seria o impacto no grau de complexidade do trabalho do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade do administrador judicial? E no grau de complexidade das tarefas realizadas pelo perito contador?	Elaborado pela autora com base nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 16	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade desse agente? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora

continuação

conclusão

Atividade em estudo	Informação fornecida	Questões		Fonte:
Atividade 3: Emissão de uma recomendação para que o processo de recuperação prossiga, seja extinto ou convolado em falência	Os benefícios que poderiam ser gerados com a atividade 3 de forma complementar à atividade 1	Questão nº 17	Quais seriam os benefícios e/ou melhorias processuais se, na <u>análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa</u> , o administrador judicial/ perito também tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora
	Os benefícios que poderiam ser gerados com a atividade 3 de forma complementar à atividade 2	Questão nº 18	Quais seriam os benefícios e/ou melhorias processuais se, na <u>análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo</u> , o administrador judicial/ perito também tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora
	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão da atividade 3 na legislação de forma complementar à atividade 1	Questão nº 19	Qual seria o impacto no grau de complexidade se, além de fazer a <u>análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa</u> , o administrador judicial/perito, tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora com base nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 20	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial se, além de fazer a <u>análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa</u> , ele tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora
	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão da atividade 3 na legislação de forma complementar à atividade 2	Questão nº 21	Qual seria o impacto no grau de complexidade se, além de fazer a <u>análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo</u> , o administrador judicial/perito, tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora com base nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 22	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial se, além de fazer a <u>análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo</u> , ele tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora

*Não se aplica

Fonte: Resultado de pesquisa.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Na pesquisa documental, busca-se a exploração de dados primários, na forma do processo de recuperação judicial. O esquema do processo de recuperação judicial de Führer (2008), apresentado na figura 3, representa os acontecimentos do procedimento e, por isso, é utilizado como base para a descrição do processo judicial. Dessa forma, as sessões subsequentes abrangem as etapas evidenciadas no esquema, acrescentando-se, também, sessões que não correspondem às etapas contempladas, referentes à remuneração do administrador judicial, à remuneração do perito contador e à análise dos acórdãos. Essas sessões são necessárias devido às particularidades do processo estudado.

4.1 Pedido de recuperação

O pedido inicial de recuperação judicial foi protocolado, pela empresa Beta, no mês de abril de 2010, no município de Contagem, Minas Gerais, local de seu principal estabelecimento.

A empresa Beta é uma distribuidora de papel, fundada em 1970 e chegou a faturar setenta e cinco milhões de reais no ano de 2006, com 175 (cento e setenta e cinco) funcionários diretos. Em 2009, encerrou o ano com um faturamento de cinquenta e três milhões e um quadro de funcionários reduzido a 110 (cento e dez) funcionários.

De acordo com o relatório apresentado pela Beta, no pedido inicial, a dificuldade financeira da empresa foi originada por vários fatores. O primeiro teria sido a extinção da exigência da “linha d’água”, marca utilizada para identificar o papel usado na impressão. Essa extinção, ocorrida no início da década de noventa, prejudicou o controle da fiscalização sobre a imunidade tributária, aumentando a produção de papel que, teoricamente, seria destinado à impressão de livros, jornais e periódicos. O segundo foi a chamada abertura da economia brasileira, possibilitando a modernização do parque industrial, o que gerou um crescimento da produção de papel, superando assim, a demanda de mercado pelo produto. O terceiro e último fator exposto foi a guerra fiscal entre estados, vantajosa para os distribuidores de papel de São Paulo em relação àqueles localizados em Minas Gerais, por exemplo. Beta afirma que esses fatores, em conjunto, foram responsáveis pela queda de sua rentabilidade.

Para contornar a situação, a companhia agregou outras mercadorias à sua carteira de produtos e investiu em novas e maiores instalações em seu armazém. Contudo, em 2008, o preço da celulose sofreu queda, resultando em uma diminuição ainda maior de seu rendimento. Mesmo mantendo o volume de vendas constante, a receita da Beta caiu na mesma proporção da celulose. Sobre as medidas tomadas diante dessa situação, a companhia afirma não ter sido possível reduzir o seu custo operacional e, assim, não foi possível evitar o endividamento e o custo financeiro.

Com a crise de 2008, os investimentos em publicidade diminuíram e, consequentemente, a demanda pela mercadoria comercializada pela Beta também. Diante disso, em 2009, vendeu-se um imóvel adquirido em 1974 e foi investido todo o dinheiro no próprio negócio. No entanto, a empresa afirma que o nível de endividamento consumiu todo esse recurso, levando-a a requerer sua recuperação judicial.

Ao final do pedido de recuperação, a companhia afirmou já ter alinhavado o seu plano de recuperação, mas ainda assim requer a concessão do prazo do art. 53 (Lei 11.101/05), a fim de conseguir entrar em contato com seus credores e fazer os ajustes necessários para que o plano seja aprovado na assembleia de credores. Com essa afirmação, a empresa sugeriu a intenção de fazer um acordo prévio informal com os credores. Essa negociação prévia com credores é permitida e segue o modelo de barganha entre credores e devedor, de Chang e Bebchuk (1992), ao ser analisado o processo de divisão do “ganho de eficiência” entre as partes. Esse acordo prévio envolveria a partilha desse ganho entre as partes em negociação.

A empresa Beta acreditava que, com o apoio de seus credores, teria plenas condições de reverter o quadro de endividamento e recuperar a empresa. Também afirmou apresentar todos os documentos exigidos no art. 51 da Lei 11.101/05. Contudo, não foi possível identificar, na documentação apresentada, o “relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção” (art. 51, inc. II, alínea d).

De acordo com a documentação exposta, a média da receita operacional da Beta, em 2009, foi de R\$54.141.181,70⁵. A relação de credores inicial retratada pela recuperanda em abril de 2010 é composta por: credores trabalhistas (82 credores), no valor de R\$723.415,69; credores quirografários (102), no montante de R\$8.533.863,06; credores quirografários bancários (6), na quantia de R\$12.878.976,00; e créditos com sócios, no valor de R\$667.456,00, totalizando

---

⁵ Valor correspondente a R\$ 82.591.804,20, ao ser corrigido pelo IPCA (IBGE), de janeiro de 2010 a dezembro de 2015.

R\$22.136.254,75. Contudo, em junho do mesmo ano, a empresa apresentou nova relação de credores, utilizada como base para todas as etapas seguintes do processo de recuperação. Nela, não constam créditos trabalhistas, os créditos quirografários têm o valor de R\$8.592.170,97, os créditos quirografários bancários de R\$12.450.524,70 e o crédito com os sócios de R\$667.456,00, totalizando R\$21.710.151,67.

4.2 Deferimento do processamento

O deferimento do processamento representa o início efetivo do processo de recuperação judicial. Da empresa Beta, o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo juiz em 30 de abril de 2010, após a conferência da documentação do pedido inicial. Cabe ressaltar que a empresa não apresentou toda a documentação exigida no art. 51 (Lei 11.101/05), mas ainda assim teve seu pedido deferido pelo juiz. Essa falta de documentação poderia prejudicar a realização da análise das condições de continuidade da empresa, uma das atividades propostas nesse estudo. Além de deferir o pedido, o juiz dispensou a apresentação de certidões negativas e nomeou o administrador judicial para o caso.

Considerando o objetivo desse estudo e as atividades estudadas, cabe ressaltar que até essa etapa, não houve exposição, no processo, de qualquer análise da documentação apresentada pela empresa requerente. A empresa Beta obteve o deferimento do processamento da recuperação sem a necessidade de comprovar as condições para continuar operando.

A recuperação judicial visa à reestruturação econômica e financeira da empresa e, para isso, esta precisa estar preparada para todas as etapas envolvidas no processo, necessitando também de um planejamento que lhe permita atingir o objetivo desse instrumento. Não há nenhum mecanismo que verifique as condições e o preparo da empresa para sua reorganização.

A primeira tarefa proposta, a análise da capacidade de continuidade da requerente de recuperação, seria subsídio informacional principalmente para o juiz e os credores nessa etapa do processo judicial. Essa verificação poderia conscientizar os credores da situação econômico financeira da empresa e auxiliar o juiz a decidir sobre o deferimento do processamento, pois sendo este um profissional do direito, nem sempre tem a formação técnica necessária para realizar essa análise.

No caso da empresa Beta, o juiz deferiu o processamento com base na conferência da documentação obrigatória exigida pela lei falimentar brasileira. Moro Junior (2011) também constatou tal ação, pois, somente em um, dos seis processos analisados por ele, houve a apreciação da documentação apresentada pela requerente no pedido inicial de recuperação.

Além disso, como consequência da realização da atividade de análise da capacidade de continuidade da empresa, poderia haver a diminuição do erro tipo II, ou seja, a ocorrência da redução do número de companhias sem condições de se reorganizar que, mesmo assim, pedem a recuperação, têm seu pedido deferido, e vão à falência, em algum momento do processo.

4.2.1 Nomeação do administrador judicial

Na recuperação judicial da Beta, a nomeação do administrador judicial ocorreu no momento do deferimento, conforme previsto no art. 52, §1º, da Lei 11.101/05.

Considerando a primeira tarefa proposta nesse estudo, a análise da documentação inicial e da capacidade de continuidade da empresa, o administrador judicial deveria ser nomeado em um momento antecedente ao deferimento da recuperação. Nesse sentido, o intuito é fazer a análise dos demonstrativos financeiros da empresa ainda num período anterior ao início da recuperação. Essa averiguação poderia ser feita tanto por um administrador judicial, capacitado para tal tarefa, quanto por um auxiliar perito contador. O objetivo é a diminuição do erro tipo II e que essa análise possa ser utilizada pelo juiz como respaldo principalmente na decisão sobre a não concessão da recuperação àquelas empresas que já se encontram em descontinuidade.

Após ser nomeado, o administrador judicial da empresa Beta requisitou a designação de um perito contador e indicou um profissional para o cargo, esclarecendo que, para a verificação dos créditos, era imprescindível que fosse feita a análise das demonstrações contábeis da recuperanda e, para tal tarefa, era necessária a contratação de um profissional especializado. De acordo com o administrador judicial, o passivo em questão era composto por 92 credores, no valor de R\$20.000.000,00, evidenciando a demanda de uma assistência profissional. O juiz então alegou ser conveniente a nomeação de um perito em função do número de credores e do passivo da empresa.

Assim, percebe-se a delegação de uma atividade dos administradores judiciais, já presente na legislação vigente, a um profissional da área contábil. Essa demanda de atividades que envolvem outras áreas além do direito é mencionada por Mendes (2010), ao afirmar que, devido à amplitude de conhecimentos necessários para que o administrador judicial realize suas atividades, “surtem posicionamentos doutrinários divergentes quanto à qualificação técnica necessária e exigível do profissional apto a atuar no auxílio da justiça” (p. 04). Ainda segundo este autor, quanto melhor a qualificação desse profissional, melhor condição para exercer a função de administrador judicial. O caso da empresa Beta realça essa demanda por qualificação quando do exercício das tarefas do administrador judicial que podem ser interdisciplinares.

Além dessas, outras atividades designadas ao administrador judicial, mas realizadas por peritos contadores nos processos de recuperação judicial e falência, são relatadas por Santos (2009), tais como: dar extratos dos livros do devedor, examinar a escrituração do devedor, apurar o quórum da assembleia geral de credores, dentre outras.

O acontecimento com a empresa estudada mostra que a ajuda do auxiliar, perito contador, pode ser uma solução quando o administrador judicial não possui toda a qualificação técnica necessária para executar uma tarefa, e que as atribuições do administrador judicial não estão limitadas à área jurídica, sustentando a possibilidade de se atribuir a ele a responsabilidade de garantir o exercício das atividades propostas nesse estudo.

Assim, essa é uma evidência de que algumas tarefas podem impactar a remuneração do administrador judicial, caso tenha formação para exercê-las, ou na remuneração de seu auxiliar. Em ambos casos, o efeito seria o aumento dos custos diretos do processo judicial.

4.2.1.1 Remuneração do administrador judicial

No decorrer do processo judicial, o administrador judicial da empresa Beta expôs que nos Tribunais dos Estados de Minas Gerais e São Paulo houve certa consonância a respeito da remuneração dos administradores judiciais quanto ao valor e à forma de pagamento. Os tribunais fixaram, a título de remuneração, um valor a ser pago mensalmente, variando de acordo com o passivo admitido na recuperação.

O administrador judicial solicitou honorários de 2% do passivo e, por ser um trabalho a ser realizado por pelo menos 2 anos, reivindicou pagamentos mensais de R\$6.000,00, sendo utilizado o mesmo critério de correção adotado para os créditos sujeitos à recuperação, tendo embasado seus argumentos no Agravo de Nº 1.0024.07.463651-5/001, apresentado no Anexo A e analisado a seguir.

O juiz fixou os honorários do administrador judicial em 1,5% sobre o valor devido aos credores⁶ e instituiu sua remuneração mensal em R\$6.000,00, desde a data de sua nomeação (30/04/2010).

4.2.1.2 Análise do agravo de instrumento nº 1.0024.07.463651-5/001

O Agravo Nº 1.0024.07.463651- 5/001, cuja comarca de origem é a de Belo Horizonte, foi julgado e publicado no ano de 2008, tendo como tema principal o arbitramento dos honorários do administrador judicial. A ementa do agravo expõe que:

A remuneração do administrador no âmbito da recuperação judicial deverá ser feita de forma equilibrada e levando-se em conta a situação econômica da empresa, o número de credores e o grau de dificuldade no desempenho de suas atribuições, especialmente quando não tem a função de gerir a empresa (§1º).

Apesar de o art. 24 da Lei 11.101/05 estabelecer os critérios a serem considerados para a fixação dos honorários do administrador judicial, a interpretação da legislação pode diferir de um juízo para outro. No agravo, é utilizado o argumento de Fábio Ulhoa Coelho (2006, p. 3 citado por Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2008) de que a remuneração na falência deve refletir a ponderação de alguns fatores: o primeiro refere-se à diligência apresentada pelo administrador judicial e à qualidade do trabalho devotado no processo (o mais diligente merece proporcionalmente mais); o segundo faz menção à importância da massa falida, ou seja, número de credores envolvidos; o terceiro é pertinente aos valores praticados no mercado para trabalho equivalente; e o quarto e último diz respeito ao limite de 5% sobre o valor de venda dos bens, estabelecido na legislação. O mesmo autor afirma que esses critérios devem ser utilizados também nos casos de recuperação judicial, sendo o limite do último critério mencionado de 5%, sobre o valor da dívida da recuperanda.

---

⁶ A quantia devida aos credores foi de R\$21.710.151,67; desse modo, a remuneração do administrador judicial foi calculada com base no arbitramento do juiz, alcançando, assim, o valor de R\$325.652,28.

O administrador judicial do caso Beta confirmou sua diligência afirmando sua atenção e celeridade na realização das atividades demandadas no processo até o momento em que requisitou o arbitramento de sua remuneração.

Quanto ao segundo quesito, existe uma peculiaridade no processo da Beta, pois o administrador judicial exigiu o auxílio do perito nas atividades relacionadas ao passivo da recuperanda e o juiz concordou com a necessidade da nomeação de um perito em função do número de credores e do passivo da empresa. Dessa forma, a importância da dívida e o número de credores é um critério para se estabelecer a remuneração do administrador judicial que, nesse caso, está condicionado ao auxílio requisitado por ele, de outro profissional, para as tarefas relacionadas ao passivo. Uma parcela das atividades é efetuada, assim, com o auxílio de um terceiro. Cabe a análise, então, dos critérios para se nomearem e estabelecerem honorários desse auxiliar.

Desse modo, considera-se, para a formulação do questionário aplicado para complementação da análise documental, a possibilidade de as tarefas propostas nesse estudo serem designadas ao administrador judicial, mas realizadas por um auxiliar, o perito contador.

4.2.2 Nomeação do perito contador

A nomeação do perito contador acontece por indicação e a pedido do administrador judicial, mas não necessariamente em todos os casos de recuperação judicial. Ela ocorre conforme a demanda de tarefas específicas realizadas somente um profissional capacitado da área contábil.

No caso da Beta, o administrador judicial requisitou a nomeação de um perito, em um primeiro momento, para auxiliá-lo com o controle das informações sobre o passivo da empresa. Posteriormente, esse mesmo perito foi reclamado para analisar os contratos existentes entre a Beta e alguns bancos, pois estes se apropriaram de recebíveis da empresa, ocasionando um fenômeno chamado de trava bancária⁷, que não é descrita com mais detalhes por não ser o foco desse estudo. Contudo, é importante ter conhecimento de sua existência,

---

⁷ Conforme o Superior Tribunal de Justiça (2013): “A cessão fiduciária de crédito, também chamada ‘trava bancária’, é garantia oferecida aos bancos para que empresas obtenham empréstimos para fomentação de suas atividades”.

por constituir uma movimentação que demanda a atuação de profissional contábil especializado para ser executada.

4.2.2.1 Remuneração do perito contador

Ao arbitrar os honorários do perito contador, o juiz reiterou a grande relevância do trabalho do perito contador no processo de recuperação judicial da empresa Beta, como um agente fundamental para a análise da documentação bancária referente a contratos firmados pela recuperanda (trava bancária). A liberação, ou não, dos valores apropriados pelos bancos depende da análise dessa documentação, contudo, o perito encontra algumas dificuldades em obter as informações dos contratos: os bancos tardam em fornecer a documentação requisitada pelo perito contador e, em alguns casos, apresentam-na somente de forma parcial.

A atribuição da atividade de análise de toda a documentação apresentada ao perito nomeado no processo evidenciou uma extensão da complexidade de sua atribuição inicial, de auxiliar o administrador judicial com o passivo da devedora. Esse fato pode explicar a cautela do perito no momento de requerer seus honorários. Em sua manifestação sobre sua remuneração, ele afirmou que o mais prudente seria avaliar a escrituração contábil da recuperanda e seus desdobramentos para então quantificar seus honorários.

O juiz então estabeleceu que, quanto aos honorários do perito, deveriam ser observados os princípios norteadores da fixação dessa remuneração: a capacidade econômica da recuperanda, o valor do passivo envolvido e a quantidade de credores.

Além disso, certificou que deveria ser respeitada a proporcionalidade entre os honorários do administrador judicial e dos demais auxiliares do juízo. O embasamento para esse último critério e o estabelecimento da proporcionalidade entre o honorário do administrador judicial e do perito estão contidos no Agravo Nº 1.0024.06.033244-2/001, apresentado no Anexo B e analisado em seguida.

Em consequência dos critérios mencionados, o juiz fixa o honorário do perito em 50% do valor fixado para o administrador judicial e sua remuneração mensal em R\$3.000,00, devidos a partir da nomeação. Apesar de não ter sido adotada a proporção, de um terço, sugerida no Agravo de Nº 1.0024.06.033244-2/001, foi utilizado o vínculo da remuneração do perito com a do administrador judicial.

Após a concessão da recuperação, o perito solicitou ao juiz que desvinculasse o pagamento dos honorários periciais em relação ao disposto no art.24, §2º, da Lei 11.101/05. Neste, fica estabelecido que 40% dos honorários do administrador judicial são pagos após a apresentação da prestação de contas e do relatório final, tendo sido aprovado pelo juiz. No entanto, o juiz indeferiu o pedido do perito por entender que, embora a legislação vigente, em seu art. 24, não fizesse menção acerca de auxiliares do administrador judicial, a eles devem aplicar-se as mesmas regras estabelecidas para o administrador judicial, da mesma forma que, no caso do perito contador, foi guardada a proporcionalidade de seus honorários com os honorários do administrador judicial.

4.2.2.2 Análise do agravo de instrumento nº 1.0024.06.033244-2/001

O Agravo Nº 1.0024.06.033244-2/001 é da Comarca de Belo Horizonte, foi julgado e publicado no ano de 2007 e seu tema principal é o arbitramento dos honorários do perito contador. A ementa do agravo (2007) apresenta que: “Na recuperação judicial, é razoável a fixação de honorários mensais do perito em valor próximo à terça parte dos honorários mensais do administrador judicial” (p. 1).

A primeira explicação para esclarecer o estabelecimento dessa proporcionalidade entre os honorários é a de que: “...o perito não possui funções estabelecidas na lei, sendo que somente irá auxiliar o administrador judicial, sendo que para este, a lei elenca muitas atribuições...” (Agravo Nº 1.0024.06.033244-2/001, 2007, p. 2, grifo da autora). As tarefas do perito contador não se estabelecem em lei e isso pode estar relacionado ao fato de não haver impedimento legal para que tarefas contábeis sejam atribuídas ao administrador judicial. Pressupõe-se que não há a necessidade de distinção entre as tarefas do perito e do administrador, pois, de acordo com a Lei 11.101/05, “o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada” (art. 21).

Dessa forma, as atividades de perito contador podem ser realizadas por um administrador com formação contábil, ou por uma empresa que tenha pessoa capacitada para exercício de tal atividade entre o seu rol de funcionários, por exemplo. Esse argumento retoma a questão abordada previamente sobre a formação do profissional que atua como administrador judicial, corroborando com a afirmação de Mendes (2010):

Indubitavelmente, quanto melhor qualificado o profissional engajado na função de administrador judicial, seja por sua formação acadêmica em áreas afeitas ao direito empresarial, seja por possuir conhecimentos em administração de empresas, economia e contabilidade, melhor este profissional poderá atuar como auxiliar-fiscal do Poder Judiciário no curso da lide (p.04).

Essas informações levam esse estudo a estabelecer um pressuposto de que não é necessária a distinção entre as tarefas do administrador judicial e do perito contador. O perito e demais auxiliares podem ser requisitados pelo administrador, seja ele pessoa física ou jurídica, para auxiliarem no exercício das suas atribuições, caso estas demandem um tipo de qualificação diferente da que ele possui.

A outra explicação retratada no acórdão para o estabelecimento da proporção entre os honorários do administrador e do perito é a de que: “...o administrador judicial possui mais atribuições previstas em lei do que o perito, o que enseja uma proporcionalidade entre os honorários dos mesmos” (Agravo Nº 1.0024.06.033244-2/001, 2007, p. 2, grifo da autora).

Ao quantificar o número de atividades, utilizando a palavra “mais” em seu discurso, foi estabelecido um critério, de quantidade de tarefas, para justificar a vinculação dos honorários periciais ao honorário do administrador. A análise das atribuições de cada agente limitou-se ao número de tarefas previstas, não se considerando outros quesitos, como a complexidade das tarefas, por exemplo.

Segundo Gell-Mann (1995), as medidas de complexidade dependem de um contexto e são subjetivas, contudo, uma medida de complexidade é útil quando o objetivo é fazer comparações. Dessa forma, pode-se inferir que a complexidade pode ser um critério utilizado para fins de comparação entre as tarefas do administrador judicial e as do perito.

Esse raciocínio está alinhado com os critérios estabelecidos pela Lei 11.101/05, a serem observados pelo juiz para a fixação dos honorários do administrador judicial: “a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes” (art. 24).

O primeiro critério deve ser respeitado para que a legislação brasileira atinja o seu objetivo de proporcionar a reestruturação econômico-financeira da empresa, independentemente dos demais critérios estabelecidos. Contudo, cabe a análise da aplicabilidade dos dois últimos critérios para o estabelecimento da remuneração do perito, pela subjetividade existente na comparação da complexidade do trabalho realizado e dos valores de mercado das atividades efetuadas pelo administrador e pelo perito.

Mesmo que não sejam determinados critérios específicos para o estabelecimento dos honorários dos auxiliares do administrador judicial, aqueles mencionados na Lei 11.101/05 são abrangentes e poderiam ser utilizados de forma similar para a definição dos honorários desses agentes.

O fato mencionado, de não se instituírem critérios na legislação para a fixação dos honorários dos auxiliares do administrador judicial, incentiva o surgimento de diversas opiniões sobre a melhor forma de estabelecê-los, permitindo, desse modo, que distintos raciocínios permeiem essa fixação na prática. Um exemplo é o estabelecimento de uma proporção entre os honorários do administrador e seus auxiliares, utilizado como critério para fixação do honorário do perito contador, no caso da empresa Beta.

4.3 Plano de recuperação judicial

No plano de recuperação, a empresa Beta apresentou o histórico da empresa e a sua contribuição para a sociedade através do quadro de evolução de vendas e sua geração de tributos. Muitas das informações foram as mesmas apresentadas no pedido inicial, descrito anteriormente. No plano, a Beta relatou informações sobre as vendas, tributos e número de colaboradores da empresa nos anos de 2005 a 2009, conforme a tabela 6. Percebe-se a redução das vendas e, conseqüentemente, dos tributos após 2006. Nesse período, também se nota uma diminuição do quadro de funcionários e colaboradores diretos. Contudo, o custo da mercadoria vendida expressa uma redução menor do que as vendas.

Tabela 6 - Dados processuais sobre a demonstração de resultado do exercício da Beta

Demonstração de Resultado do Exercício					
	2005	2006	2007	2008	2009
Vendas	R\$70.182.594,00	R\$73.325.290,00	R\$63.183.484,00	R\$61.853.016,00	R\$53.141.182,00
Dedução de vendas	R\$17.537.529,00	R\$16.590.199,00	R\$12.394.776,00	R\$10.262.023,00	R\$8.435.273,00
Devolução de vendas	R\$509.524,00	R\$726.391,00	R\$585.965,00	R\$907.095,00	R\$681.527,00
Tributos	R\$17.028.005,00	R\$15.863.808,00	R\$11.808.811,00	R\$9.354.928,00	R\$7.753.746,00
Custo da Mercadoria Vendida	R\$42.849.448,00	R\$45.438.355,00	R\$42.853.804,00	R\$42.810.087,00	R\$39.044.172,00
Lucro Bruto	R\$9.795.617,00	R\$11.296.736,00	R\$7.934.904,00	R\$8.780.906,00	R\$5.661.737,00
Colaboradores diretos	140	165	135	130	110

Fonte: Resultado de pesquisa.

No plano de recuperação, a Beta também expôs informações sobre a evolução do endividamento de 2005 a 2009, demonstrada na tabela 7.

Tabela 7 - Evolução da dívida

Quadro de endividamento					
	2005	2006	2007	2008	2009
Bancos e fornecedores	R\$18.743.869,00	R\$21.859.325,00	R\$22.000.408,00	R\$26.806.363,00	R\$23.390.595,00
Sócios			R\$150.000,00	R\$660.000,00	R\$666.456,00
Custo financeiro	R\$2.338.454,00	R\$2.288.687,00	R\$2.017.772,00	R\$3.416.046,00	R\$3.945.699,00
Total	R\$21.082.323,00	R\$24.148.012,00	R\$24.168.180,00	R\$30.882.409,00	R\$28.002.750,00

Fonte: Resultado da pesquisa.

Percebe-se que a dívida da Beta é maior em 2008 que nos demais anos. Um dos motivos para isso, já mencionado, é que a empresa alegou ter utilizado a quantia recebida na venda de um imóvel para quitar parte da dívida em 2009. Contudo, a redução da dívida de 2008 para 2009 não é suficiente para deixar a empresa na mesma situação de endividamento de 2007.

Sobre a composição da dívida, a Beta demonstrou, em 2010, o quadro de credores, adaptado para esse estudo conforme a tabela 8.

Tabela 8 – Quadro geral de credores em 2010

Natureza do crédito	Original	%
Trabalhista	-	0,0%
Garantia real (penhor, caução, hipoteca)	R\$5.101.778,25	23,5%
Bancos	R\$5.101.778,25	23,5%
Quirografários e outros	R\$16.600.917,42	76,5%
Fornecedores de crédito até R\$1.000,00	R\$6.306,13	0,0%
Fornecedores de crédito entre R\$1.001,00 e R\$5.000,00	R\$38.044,78	0,2%
Fornecedores de crédito entre R\$5.001,00 e R\$10.000,00	R\$61.196,76	0,3%
Fornecedores de crédito entre R\$10.001,00 e R\$20.000,00	R\$117.004,35	0,5%
Fornecedores de crédito acima de R\$20.000,00	R\$8.369.618,95	38,6%
Sócios/Mútuo	R\$660.000,00	3,0%
Bancos	R\$7.348.746,45	33,9%
TOTAL	R\$21.702.695,67	100,0%

Fonte: Resultado da pesquisa.

A Beta não assinalou nenhuma medida administrativa a ser tomada para a recuperação da empresa. Após a difusão desses dados e das informações sobre as causas da crise financeira,

já expostas no pedido inicial, a recuperanda apresentou uma proposta de pagamento aos credores, exposta no quadro 5.

Quadro 5 - Proposta inicial de pagamento aos credores

Credores	Recebimento	Início do pagamento	Ajustes
Bancários	0,60% da receita líquida até finalizar o pagamento dos credores fornecedores. Após a finalização, o percentual se elevará para 2,20%.	Após 24 meses a contar da aprovação do plano de recuperação.	Sem correção, juros ou encargos
Mútuo/Sócios	2,20% da receita líquida.	Após o pagamento de todos os credores da Recuperação judicial	Sem correção, juros ou encargos
Demais credores			
Fornecedores crédito até R\$1.000,00	1 parcela	Após 3 meses, contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito entre R\$1.001,00 e R\$5.000,00	6 parcelas iguais mensais	Após 3 meses, contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito entre R\$5.001,00 e R\$10.000,00	12 parcelas iguais mensais	Após 3 meses, contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito entre R\$10.001,00 e R\$20.000,00	24 parcelas iguais mensais	Após 6 meses, contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito acima de R\$20.000,00	Referente à diferença entre a soma das parcelas a pagar aos credores com créditos de até R\$20.000,00 e o valor correspondente a 1,60% da receita líquida. Parcelas mensais.	Após 12 meses, contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	TJLP (0,4867% a.m. ou 6,00% a.a.) referente ao período que suceder a aprovação do plano.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Somente 38,60% dos créditos foram classificados como fornecedores acima de R\$20.000,00 e foram os únicos a sofrer ajustes. Dessa forma, a maior parte dos créditos, 61,40%, não sofreu correção monetária ou qualquer ajuste. No plano apresentado, o tempo para execução de toda a proposta de pagamento dos credores é um ponto relevante, pois o tempo a ser dispendido para pagamento dos credores, além de condicionado à aprovação do plano de recuperação, no caso dos bancos, sócios e fornecedores com crédito acima de R\$20.000,00, esteve condicionado também à receita líquida futura da empresa Beta.

4.3.1 Assembleia geral de credores

Conforme o art. 56 da Lei 11.101/05, quando são apresentadas objeções dos credores ao plano de recuperação, o juiz convoca a assembleia geral de credores para deliberar sobre ele. Desse modo, foram apresentadas várias objeções ao plano de recuperação proposto pela empresa Beta tanto pelos bancos quanto pelos demais credores quirografários.

Os credores contestaram o fato da proposta de seu pagamento ser atrelada à receita líquida, mas não terem sido fornecidos os dados de projeção ou da média esperada para a receita líquida. Informaram que o plano não fornecera informações sobre quando começariam a receber seus créditos, pois o início do pagamento estava atrelado à aprovação do plano pelos credores. Além disso, contestaram o pagamento apenas do principal, sem a incidência de correção e encargos até a data da aprovação do plano.

Um desses credores foi mais incisivo em sua objeção, alegando que Beta não apresentou quaisquer números, valores, projeções, perspectivas de mercado, aspectos econômicos, premissas para que conseguisse atingir o resultado almejado, gráficos com estimativa de faturamento, receita ou lucros. Dessa forma, argumentou que o plano deixou de cumprir requisitos legais, que objetivassem demonstrar a perspectiva de recuperação da empresa, com projeção de números futuros considerando as alterações administrativas e organizacionais. Esses requisitos deveriam fazer parte do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscritos por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada, conforme o art. 53, inciso III, da Lei 11.101/05. Além disso, esse credor, classificado como fornecedor com crédito acima de R\$20.000,00, também contestou o prazo de pagamento dos créditos. A partir do histórico apresentado pela recuperanda, ele calculou a média de receita líquida de Beta e, portanto, o prazo em que seriam pagos os créditos. De

acordo com seus cálculos, o crédito da classe de R\$8.369.618,95 seria pago em 883 meses, ou 73 anos e 6 meses. Com a abstinência de 12 meses previstas no plano, após sua aprovação, levando até 150 dias para ser votado, o cálculo feito pela credora revelou que o pagamento seria feito em 75 anos.

O mesmo credor afirmou que os sócios da empresa são irmãos e por serem empresários e herdeiros de empresários possuidores de grandes negócios no ramo de papel e celulose, e no ramo imobiliário, possuem patrimônio que serviria para honrar os compromissos da recuperanda. Além disso, alegou haver uma confusão entre outra empresa, Alfa, a recuperanda, e os seus sócios. No mês de abril de 1996, a recuperanda adquiriu um imóvel revendido para a empresa Alfa em 2005, para que esta pudesse explorar os aluguéis do imóvel. O credor entendeu que se trata de uma operação de transferência de ativos de uma empresa em dificuldade, acarretando um agravamento de sua crise. Essa operação reduziu a capacidade da empresa de honrar suas obrigações, mas os sócios conseguiriam manter o patrimônio em sua posse, pois também são sócios de Alfa. Em junho de 2009, meses antes do pedido de recuperação, foi feita uma cisão entre Beta e Alfa, na qual foi vertido o patrimônio cindido para a recuperanda, representando R\$3.000,00 o montante de ativos e passivos transferidos da parceira para a recuperanda.

Finalmente, o credor ainda atestou que o Superior Tribunal de Justiça reconheceria a possibilidade de a empresa, sob a mesma administração e com nítida confusão patrimonial, dispor de seu patrimônio para quitar as obrigações da outra sociedade dos mesmos sócios, com a qual mantinha íntima relação. Solicitou, portanto, a desconsideração da personalidade jurídica e requisitou informações sobre a empresa parceira - declarações de renda e relação de imóveis - e o bloqueio das transferências de ativos financeiros entre as empresas pelo Banco Central.

A desconsideração da personalidade jurídica não aconteceu e as requisições desse credor não foram acatadas no processo. Contudo, são uma evidência da tentativa desse credor em obter condições melhores de recebimento do seu crédito do que as propostas no plano de recuperação.

Além de todas as afirmações e requisições já expostas, esse credor juntamente com outro credor quirografário elaboraram e expuseram um novo plano de recuperação e a empresa Beta comprometeu-se com a ação de avaliá-lo. Em seguida, a companhia manifestou-se sobre a proposta do plano afirmando que esta não era compatível com a sua realidade, com

perspectivas de faturamento e com o reduzido *mark-up* próprios do mercado de distribuição de papéis.

O fato descrito faz parte da negociação entre credores e a recuperanda sobre as condições de pagamento da dívida. A apresentação de propostas pelos credores nesse processo é uma particularidade que talvez não ocorra nos demais processos, mas deve ser levada em consideração por ser uma tentativa dos credores em obter uma proposta melhor de pagamento. Apesar disso, os credores não tiveram êxito, pois a empresa Beta rejeitou o plano exposto por eles, sendo que tal rejeição foi aceita no processo sem maiores justificativas pautadas em laudos econômico-financeiros que comprovassem sua inviabilidade. Isso mostra que, mesmo com suas tentativas, os credores lidaram com situações que não corroboraram para o seu poder de barganha na negociação do plano.

Diante de todas as objeções citadas, o juiz convocou a Assembleia Geral de Credores. A primeira Assembleia ocorreu no dia 04 de outubro de 2010. Apesar do quórum necessário para a instauração da Assembleia, não foi possível sua realização em razão de irregularidades de sua convocação: a empresa Beta não providenciou a publicação do Edital de Convocação nos jornais de grande circulação, como determina a Lei 11.101/05.

A recuperanda admitiu o erro cometido ao não atentar para o art. 36 da Lei 11.101/05, o qual designa a ela a obrigação de publicação de editais de convocação para assembleia geral de credores. Não foi executada nenhuma medida com relação ao equívoco, demonstrando certa flexibilidade do judiciário. O presente estudo não se aprofunda nessa questão específica, e sim nos efeitos do ato para o processo de negociação do plano, sendo que, quanto a esse quesito, houve um atraso para a realização da assembleia, pois na primeira data estipulada pelo juiz não foi possível a sua consumação.

Segundo o modelo de Chang e Bebchuk (1992), uma das maneiras de a empresa em recuperação obter um resultado melhor é aumentar o tempo em que a empresa permanece em recuperação e essa forma pode ser atrasando a aprovação do plano. Com esse atraso, a recuperanda aumenta o seu poder de barganha na negociação do plano (Chang & Bebchuk, 1992). Assim, a situação revelou a possibilidade de o devedor agir em benefício próprio, ao postergar a assembleia geral de credores.

A segunda assembleia geral de credores foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2011, quatro meses após a primeira. O valor total dos créditos presentes foi de R\$19.470.609,24, sendo R\$8.270.825,19 de créditos quirografários; R\$10.320.197,39 de créditos

bancários/quiropgrafários e R\$879.586,66 de créditos com garantia real, atingindo-se quórum mínimo para instauração da assembleia.

A devedora apresentou o plano com modificações e os credores pleitearam prazo para conversarem entre si sobre a proposta apresentada. Para fins de comparação, são demonstrados, nos quadros 6, 7 e 8 respectivamente, as condições de recebimento do crédito, o prazo para início do pagamento e a atualização a ser feita nos valores devidos do plano de recuperação proposto inicialmente por Beta, do plano apresentado pelos credores e do plano aprovado. A divisão dos credores foi feita de forma diferente nos três planos, assim, são utilizadas as letras “N/A” nos casos em que não se aplicam condições àquela classe, por ela não existir no respectivo plano de recuperação.

Quadro 6 - Condições de recebimento do crédito

Recebimento			
Credores	RECUPERANDA	PROPOSTO PELOS CREDITORES	RECUPERANDA 2 (aprovado)
Com garantia hipotecária (BDMG)	N/A*	Crédito de R\$979.845,00, que será pago em 72 parcelas mensais e consecutivas pelo sistema SAC. As 24 primeiras parcelas amortizando o principal mensal de R\$12.132,91 e as 48 parcelas seguintes amortizando um principal mensal de R\$15.166,14.	Crédito de R\$979.845,00, que será pago em 72 parcelas mensais e consecutivas pelo sistema SAC. As 24 primeiras parcelas amortizando o principal mensal de R\$12.132,91, acrescidos dos juros, e as 48 parcelas seguintes amortizando um principal mensal de R\$15.166,14, acrescidos dos juros.
Bancários	0,60% da Receita líquida até finalizar o pagamento dos credores fornecedores. Após a finalização, o percentual eleva-se para 2,20%.	0,60% da Receita líquida. O valor será rateado entre os credores da classe proporcionalmente aos créditos de cada um. Será considerada Receita líquida o valor da receita bruta (total de vendas) menos devoluções ou cancelamentos e deduzidos PIS, CONFINS e ICMS.	Para definição do valor das parcelas 1 a 24 será aplicado o percentual de 0,44107% sobre o valor da dívida apontada na relação de credores já publicada. Para definição das parcelas 25 em diante será aplicado o percentual de 0,55134% sobre o valor da dívida apontada na relação de credores já publicada.
Mútuo/Sócios	2,20% da Receita líquida.	2,20% da Receita líquida.	2,20% da Receita líquida.
Demais credores			
Fornecedores crédito até R\$1.000,00	1 parcela	1 parcela	1 parcela
Fornecedores crédito entre R\$1.001,00 e R\$5.000,00	6 parcelas iguais mensais	6 parcelas iguais mensais sucessivas	6 parcelas iguais mensais sucessivas
Fornecedores crédito entre R\$5.001,00 e R\$10.000,00	12 parcelas iguais mensais	12 parcelas iguais mensais e sucessivas	12 parcelas iguais mensais e sucessivas
Fornecedores crédito entre R\$10.001,00 e R\$20.000,00	24 parcelas iguais mensais	24 parcelas iguais mensais e sucessivas	24 parcelas iguais mensais e sucessivas
Fornecedores crédito entre R\$20.001,00 e R\$100.000,00	N/A*	24 parcelas iguais mensais e sucessivas	N/A*
Fornecedores crédito acima de R\$20.000,00	Referente à diferença entre a soma das parcelas a pagar aos credores com créditos de até R\$20.000,00 e o valor correspondente a 1,60% da receita líquida. Parcelas mensais.	N/A*	Valor correspondente a 1,60% da receita líquida. Rateado proporcionalmente entre os credores dessa classe de acordo com seus créditos.

continua

conclusão

Recebimento			
Credores	RECUPERANDA	PROPOSTO PELOS CREDITORES	RECUPERANDA 2 (aprovado)
Fornecedores crédito acima de R\$100.000,00	N/A*	Destinada a quantia de R\$40.000,00 mensais rateada entre os credores na proporção do crédito de cada um. O pagamento será garantido pelo produto de venda do imóvel representado por um galpão pertencente à Alfa. A avaliação do imóvel é de R\$7.000.000,00 e a recuperanda se obriga a realizar sua venda no período máximo de 12 meses por valor líquido não inferior a R\$5.250.000,00. A recuperanda obriga-se a liberar todas as hipotecas que recaem sobre o imóvel em especial a do Banco BDMG e do Banco do Brasil em até 120 dias. Em caso de venda, Alfa ficará sub-rogada na condição desses credores, de receber o saldo remanescente, sendo o seu crédito pago somente após pagamento dos demais credores.	N/A*

* Não se aplica.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Quadro 7 - Início do pagamento dos créditos

Início do pagamento			
Credores	RECUPERANDA	PROPOSTO PELOS CREDITORES	RECUPERANDA 2 (aprovado)
Com garantia hipotecária (BDMG)	N/A*	A se iniciar no dia 28 do mês em que se aprovar o plano de recuperação. Vencimento das parcelas alterado para os dias 28.	A se iniciar em 28/02/2011.
Bancários	Após 24 meses a contar da aprovação do plano de recuperação.	Parcelas mensais, vencendo a primeira parcela no 24º mês após 01/01/2011.	Mensal, todo dia 23, vencendo a primeira parcela no dia 23/03/2011, desde que aprovado o plano de recuperação.
Mútuo/Sócios	Após o pagamento de todos os credores da Recuperação judicial.	Após o pagamento de todos os credores da Recuperação judicial.	Após o pagamento de todos os credores da Recuperação judicial.

continua

conclusão

Início do pagamento			
Credores	RECUPERANDA	PROPOSTO PELOS CREDITORES	RECUPERANDA 2 (aprovado)
Demais credores			
Fornecedores crédito até R\$1.000,00	Após 3 meses contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	No terceiro mês seguinte a 01/01/2011.	Primeira parcela com vencimento no terceiro mês seguinte a aprovação do plano.
Fornecedores crédito entre R\$1.001,00 e R\$5.000,00	Após 3 meses contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Primeira parcela com vencimento no terceiro mês seguinte a 01/01/2011.	Primeira parcela com vencimento no terceiro mês seguinte a aprovação do plano.
Fornecedores crédito entre R\$5.001,00 e R\$10.000,00	Após 3 meses contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Primeira parcela com vencimento no terceiro mês seguinte a 01/01/2011.	Primeira parcela com vencimento no terceiro mês seguinte a aprovação do plano.
Fornecedores crédito entre R\$10.001,00 e R\$20.000,00	Após 6 meses contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	Primeira parcela com vencimento no sexto mês seguinte a 01/01/2011.	Primeira parcela com vencimento no sexto mês seguinte a aprovação do plano.
Fornecedores crédito entre R\$20.001,00 e R\$100.000,00	N/A*	Primeira parcela com vencimento no décimo segundo mês seguinte a 01/01/2011.	N/A*
Fornecedores crédito acima de R\$20.000,00	Após 12 meses contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.	N/A*	Parcelas mensais vencendo a primeira após 12 meses contados a partir do mês subsequente à aprovação do plano de recuperação.
Fornecedores crédito acima de R\$100.000,00	N/A*	Primeira parcela com vencimento no décimo segundo mês seguinte a 01/01/2011.	N/A*

*Não se aplica

Fonte: Resultado da pesquisa.

Quadro 8 - Ajustes e correções dos créditos

Ajustes			
Credores	RECUPERANDA	PROPOSTO PELOS CREDITORES	RECUPERANDA 2 (aprovado)
Com garantia hipotecária (BDMG)	N/A *	Correção desde a data de distribuição do pedido de recuperação (28/04/2010), até a data da aprovação do plano, pela taxa Selic, sem incidência de multa nem taxa de permanência. A recuperanda fará com que seja assinado um termo pelos avalistas que inclui cláusulas determinando que sobre os créditos incidirão os encargos do inadimplemento previstos na cédula de crédito comercial BDMG/BF 120.977/03. E caso o plano não seja cumprindo a dívida será calculada nas condições inicialmente estipuladas, deduzidos os valores eventualmente pagos.	Correção do saldo devedor desde a data de distribuição do pedido de recuperação (28/04/2010), até a data da aprovação do plano, pela taxa Selic, sem incidência de multa nem taxa de permanência. Alteração da data do vencimento das parcelas para o dia 28. A recuperanda fará com que seja assinado um termo pelos avalistas que inclui cláusulas determinando que sobre os créditos incidirão os encargos do inadimplemento previstos na cédula de crédito comercial BDMG/BF 120.977/03. E caso o plano não seja cumprindo a dívida será calculada nas condições inicialmente estipuladas, deduzidos os valores eventualmente pagos.
Bancários	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos	Sem acréscimo até a data de aprovação do plano. A partir da aprovação, incidirá sobre o saldo devedor, juros correspondentes a 2,5% ao ano mais taxa referencial (TR) do período. Não haverá correção, multa ou acréscimo de qualquer natureza, exceto em caso de atraso no pagamento. O valor da diferença entre a parcela e os juros será correspondente ao valor da amortização da dívida. Juros pro rata de 15/02/2011 a 23/03/2011. Em caso de inadimplência, será acrescido ao valor da parcela, a partir do seu vencimento, juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%, além dos encargos financeiros.
Mútuo/Sócios	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos	N/A *
Demais credores			
Fornecedores crédito até R\$1.000,00	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito entre R\$1.001,00 e R\$5.000,00	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos

continua

conclusão

Ajustes			
Credores	RECUPERANDA	PROPOSTO PELOS CREDORES	RECUPERANDA 2 (aprovado)
Demais credores			
Fornecedores crédito entre R\$5.001,00 e R\$10.000,00	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito entre R\$10.001,00 e R\$20.000,00	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos	Sem correção, juros ou encargos
Fornecedores crédito entre R\$20.001,00 e R\$100.000,00	N/A*	TJLP (0,4867% a.m. ou 6,00% a.a.) a partir de 01/11/2011.	N/A*
Fornecedores crédito acima de R\$20.000,00	TJLP (0,4867% a.m. ou 6,00% a.a.) referente ao período que suceder a aprovação do plano.	N/A*	TJLP (0,4867% a.m. ou 6,00% a.a.) referente ao período que suceder a aprovação do plano. Até a data da aprovação o crédito não sofrerá acréscimo.
Fornecedores crédito acima de R\$100.000,00	N/A*	TJLP (0,4867% a.m. ou 6,00% a.a.) a partir de 01/11/2011.	N/A*

* Não se aplica.

Fonte: Resultado da pesquisa.

Após o término do prazo, a proposta foi colocada em votação e o plano foi aprovado, com ressalvas, pelos credores.

Nas ressalvas, os credores atestaram a existência de muitas alterações no plano aprovado com relação ao apresentado pelos credores no que se refere ao prazo e às condições de pagamento dos credores quirografários com crédito superior a R\$20.000,00. Alegaram que a recuperanda realizara as alterações sem que os credores tivessem tomado conhecimento de seus termos com antecedência. Assim, afirmaram ter ocorrido a violação do direito de discutir e propor sugestões ao plano apresentado no dia 08/11/2010, conforme art. 56, §3º, da Lei 11.101/05.

Além disso, também identificaram tratamento diferenciado entre credores da mesma classe, pois para os credores quirografários bancários foram oferecidos prazo fixo e correção mais vantajosa e para outros da mesma classe (quirografários) e com créditos semelhantes foi feita uma proposta com base na receita líquida, acarretando o pagamento, para alguns, em um prazo não inferior a 45 anos, considerando a média de receita líquida dos períodos anteriores apresentada pela recuperanda. Como já mencionado previamente, um dos credores apresentou seus cálculos, considerando a média das receitas líquidas da recuperanda de 2005 a 2009, de R\$7.107.000,00, e a porcentagem de 1,60% sobre essa receita, como pagamento aos credores quirografários com créditos acima de R\$20.000,00. Sendo assim, eles teriam que compartilhar a quantia de R\$113.712,00, ou R\$9.476,00 mensal. O valor apresentado como crédito dessa classe é de R\$8.369.618,95 e seria então pago em aproximadamente 883 meses ou 73 anos e 6 meses. Nesse cálculo ele não considera o rateio proporcional entre os credores dessa classe de acordo com seus créditos, constante no plano aprovado.

Ainda segundo os credores, os fatos demonstraram que, certamente, no período entre as duas assembleias (08/11/2010 e 15/02/2011), foi feita uma proposta previamente aceita pelos bancos, com condições de pagamento vantajosas para estes.

Por isso, com base nos argumentos da ressalva, solicitaram a anulação da assembleia e intimação da recuperanda para apresentar um novo plano de pagamento com direitos iguais entre os credores de uma mesma classe e com abertura de prazo para novas objeções, com possibilidade de designação de nova assembleia. Contudo, o juiz atestou que os fundamentos utilizados não se mostraram substanciosos para o fim pretendido de anulação da assembleia.

Diante disso, os credores que apresentaram as ressalvas tentaram conseguir a formação do comitê de credores, mas não conseguiram aprovação, pois apenas 32,38% dos créditos quirografários votaram a favor da formação.

O fracasso das diversas tentativas dos credores quirografários com créditos acima de R\$20.000,00 em obter melhores condições de pagamento do plano mostra que o poder de barganha desse tipo de credor é fraco durante o processo de negociação do plano. Contudo, as melhores condições oferecidas aos bancos no plano aprovado evidenciam que esse credor, especificamente, tem poder de barganha suficiente para obter um retorno melhor do que os demais.

Durante todo o processo de negociação, destaca-se a falta de uma análise das alegações tanto dos credores, em relação às transações feitas pela recuperanda, quanto da empresa Beta, que conseguiu rejeitar a proposta dos credores sem pautar suas afirmações em dados concretos e utilizou-se da flexibilidade do judiciário para postergar a assembleia de credores.

4.4 Concessão da recuperação

Em 11 de março de 2011, o juiz homologou o plano aprovado e concedeu a recuperação judicial com base no art. 58 da Lei 11.101/05. Após a concessão, a empresa permaneceu em recuperação judicial por dois anos. Durante esse período coube ao administrador judicial fiscalizar o cumprimento do plano pelo devedor.

4.5 Cumprimento das obrigações

Em relatório apresentado pelo administrador judicial é afirmado que, após o deferimento da recuperação judicial, a recuperanda iniciou o pagamento dos credores e que, até a data, 25 de março de 2012, não havia atraso ou falha no cumprimento de suas obrigações. Beta efetuou o pagamento de 24 parcelas e a recuperação ultrapassou o período disposto no art. 61 da Lei 11.101/05, segundo a qual após a concessão da recuperação, a empresa permanece em recuperação judicial até que se cumpram suas obrigações previstas no prazo de dois anos. Desse modo, decorrido esse prazo, o administrador requisitou o encerramento da recuperação judicial e o pedido foi reiterado pela recuperanda que também solicitou o encerramento do processo.

4.6 Encerramento da recuperação

O juiz afirma que a empresa Beta cumprira todas as obrigações previstas no plano de recuperação aprovado e, decorridos mais de dois anos da concessão da recuperação judicial, não houve nenhum impedimento para o seu encerramento. Sendo assim, em 12 de maio de 2013, o juiz decretou o encerramento da recuperação judicial e determinou: o pagamento do saldo remanescente dos honorários do administrador judicial; o cálculo das custas judiciais e intimação da requerente para pagamento destas; a apresentação do relatório circunstanciado do administrador judicial, a sua exoneração e a comunicação ao registro público de empresas para as providências relativas a seu cargo. Em 21 de junho de 2013, o juiz determinou a exclusão da designação "em recuperação judicial" da denominação da empresa.

No relatório final apresentado pelo administrador judicial em 13 de novembro de 2013, apresentou-se a evolução da receita líquida da empresa Beta no período da recuperação judicial, conforme a figura 4.

Figura 4 - Evolução da receita líquida em 2012 e 2013

Fonte: Resultado da pesquisa.

A média da receita líquida foi de R\$1.998.975,73 e do faturamento, de R\$2.088.865,83. É possível perceber, pela figura 4, o aumento da receita em setembro de 2013, principalmente quando comparada ao mesmo período do ano anterior. No relatório também se relacionam os créditos remanescentes, expostos na tabela 9.

Tabela 9 - Saldo de créditos remanescentes decorridos 2 (dois) anos de recuperação judicial

Saldo remanescente de créditos		
Credor	Crédito inicial (prestação 0)	Saldo remanescente em novembro/2013
Banco BDMG	R\$1.063.073,20	R\$616.962,19
Banco do Brasil	R\$5.441.342,03	R\$4.008.200,35
Banco Itaú	R\$1.593.957,00	R\$1.484.175,18
Mercantil do Brasil	R\$886.000,64	R\$824.978,44
Credores quirografários acima de R\$20.000,00	R\$8.369.618,95	R\$9.153.250,97
Total	R\$17.353.991,82	R\$16.087.567,13

Fonte: Resultado da pesquisa.

Conforme o relatório final da administração judicial, os saldos remanescentes correspondem a 92% do crédito inicial. Dessa maneira, a empresa Beta, apesar de ter sua recuperação judicial encerrada, ainda permaneceu com grande parte de sua dívida.

Diante da situação, ressaltam-se duas questões que podem ter levado a empresa Beta a ter sua recuperação encerrada e ainda permanecer com a grande maioria (92%) do seu crédito ainda a ser pago. A primeira é o fato de que o prazo estipulado em lei pode não ter sido adequado para a empresa, de forma a garantir o acompanhamento em juízo do pagamento do total de créditos. É importante mencionar a possibilidade de esse não ser um objetivo da legislação e, assim, não se pode considerá-lo, de imediato, como passível de melhoria, e sim como um aspecto para reflexão. A segunda questão refere-se ao plano de recuperação aprovado. Os credores apresentaram, na ressalva do plano aprovado, sua insatisfação com relação ao tempo do plano, sendo muito longo para pagamento dos credores quirografários acima de R\$20.000. No entanto, em nenhum momento, houve uma manifestação da recuperanda sobre esse prazo. Quanto a isso, a atividade proposta nesse estudo, a ser feita pelo administrador judicial, de análise da capacidade da recuperanda de cumprir o plano de recuperação, poderia ter ajudado na emissão de um parecer neutro sobre a capacidade, ou não, da Beta de realizar os pagamentos em prazo menor.

5 ENTREVISTAS

Com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre os benefícios e impactos que poderiam ser gerados com a inclusão das atividades estudadas no processo de recuperação e de confirmar as expectativas geradas durante a análise documental, foram realizadas entrevistas com os principais agentes envolvidos nos processos de recuperação judicial, como juízes, representantes de credores e administradores judiciais. Um dos administradores judiciais entrevistados atuou no processo de recuperação judicial da empresa Beta.

O primeiro contato com os potenciais participantes ocorreu por *e-mail* ou telefonema, com o propósito de explicar a pesquisa, verificar a disponibilidade de participação de cada um e agendar a entrevista com os interessados em fazer parte do estudo.

Dessa forma, uma das entrevistas foi realizada por telefone, devido a limitações de tempo do entrevistado e territoriais entre esse e a pesquisadora. Duas das entrevistas foram agendadas inicialmente com somente um participante, contudo, no momento da reunião, foi comunicado à pesquisadora que outro profissional, atuante na mesma área e da mesma empresa, também participaria da entrevista. Neste caso, a entrevista foi realizada com a presença e participação dos dois profissionais. Foram realizadas entrevistas nos meses de setembro e outubro de 2015.

5.1 Entrevista 1 – Administrador judicial 1

O administrador judicial 1 atuou no caso da empresa Beta e também atua em outros processos de falência e recuperação judicial. É bacharel em direito e possui mestrado em direito empresarial, atuando na área desde 1998, quando ainda estava em vigência a legislação anterior, o Decreto Lei nº 7.661, de 1945.

Sob o ponto de vista do administrador 1, o juiz confere a documentação do pedido inicial e se toda ela estiver apresentada, ele deve deferir o processamento, não cabendo a ele a averiguação da documentação exposta ou da viabilidade da empresa.

Afirma que não seria possível realizar a atividade de análise das condições de continuidade da empresa, a partir da documentação apresentada no pedido inicial pela devedora, devido à existência de decisão judicial esclarecendo que não caberia ao juízo fazer análise de

viabilidade técnica, a qual seria verificada pelos credores através da aprovação ou não do plano de recuperação.

Sendo assim, para o administrador judicial 1, de modo geral, essa atividade não proporciona maiores benefícios, pois, nesse momento do processo, ainda não se conhecem as condições em que o plano de recuperação será aprovado, sendo possível a aprovação de planos com deságios de 60%, 70%, por exemplo. Ele afirma que, segundo seu entendimento, essa atividade não pode ser feita, pois não se conhece o acordo que a recuperanda fará com os credores. Ao se fazer uma análise da empresa sem essas informações, corre-se o risco de tirar da empresa a oportunidade de renegociar suas dívidas com os credores, ou de passar pela recuperação para se tornar mais interessante para um potencial comprador.

Caso essa atividade tivesse que ser realizada, o administrador 1 esclarece que necessitaria de um profissional ou empresa especializada e que, tanto esta como qualquer outra atividade ao ser acrescentada ao processo, aumentaria significativamente a sua remuneração. Ao acrescentar atividades com demanda de outros profissionais, o processo pode vir a se tornar caro demais para a recuperanda ou fazer com que o cargo de administrador judicial se torne desinteressante para os profissionais do direito.

Sobre a atividade de análise das condições da empresa de cumprir o plano de recuperação, o administrador 1 afirma que esta não traria benefícios para o processo pois o primeiro plano apresentado pode não ser aquele realmente aprovado, podendo o mesmo ser modificado em assembleia.

O profissional ainda cita a cessão de créditos como limitadora dos potenciais benefícios dessa análise, juntamente com a prática de utilização da primeira assembleia de credores como fonte de informação pela recuperanda para conhecer os credores realmente interessados, com os quais deve “efetivamente” negociar o plano. Após isso, geralmente, a empresa disponibiliza outro plano e requer uma nova assembleia na qual é discutido o plano que a empresa de fato espera aprovar. É comum que os credores apresentem considerações nos planos, mas cabe à recuperanda aceitar ou não o pedido dos credores.

A negociação informal deve acontecer entre credores e devedor após a apresentação do plano, e não antes, como é dado a entender no caso da empresa Beta.

5.2 Entrevista 2 – Administradores judiciais 2 e 3

Os administradores judiciais 2 e 3 são bacharéis em direito e trabalham na mesma empresa de advocacia em Belo Horizonte. O administrador 3 já atuou como juiz de direito, desembargador e foi professor universitário, possuindo vasta experiência em vários ramos do direito.

O administrador judicial 2 esclarece que a Lei 11.101/05 é taxativa quando estabelece que a empresa terá o processamento deferido pelo juiz caso cumpra o art. 51, apresentando a relação da documentação descrita. Se fosse possível a atividade de análise dessa documentação, o entrevistado infere que ela viria acompanhada de um parecer pelo deferimento ou indeferimento do processamento e questiona se isso não se configuraria como uma terceirização da competência do juiz, uma vez que cabe unicamente a ele a decisão de deferir ou indeferir o processamento.

O administrador 3 concorda com o ponto ressaltado pelo administrador 2, complementando que a interpretação da lei é tarefa do magistrado, embora onde a lei não diga, não cabe ao magistrado dizer. Afirma que a análise da viabilidade da empresa já é estabelecida na lei no momento da apresentação do plano de recuperação. Dessa forma, a inclusão dessa análise no início do processo trocaria a ordem topológica prevista na norma legal e, assim, sob o seu ponto de vista, não seria possível a previsão dessa atividade da forma proposta; ela só seria factível se fosse inclusa no art.51. Também, para ele, os responsáveis por avaliar as condições da empresa de se recuperar são os credores, no momento da apresentação do plano de recuperação. No entanto, salienta que a lei, apesar de ter dez anos, já está ultrapassada e não acompanhou as mudanças dos cenários micro e macroeconômicos mundiais e do Brasil, e que consequentemente, existe a necessidade de adequação da norma.

Para o administrador 2, um laudo de viabilidade econômica nem sempre consegue atestar se a empresa conseguirá recuperar-se ou não, pois o cenário econômico muda constantemente, podendo viabilizar ou inviabilizar um negócio e, desse modo, em qualquer laudo haverá a limitação da incerteza sobre o cenário futuro. Ele afirma que os laudos existentes no momento de apresentação do plano são elaborados por empresas competentes, contudo, nem sempre a recuperanda tem condições de pagar uma empresa especializada para tal tarefa, pois grande parte das empresas perde o “*timing*” de entrar em recuperação e não se prepara adequadamente. Em sua opinião, esse laudo deveria ser feito pela própria empresa, no

momento em que a mesma está se preparando para pedir a recuperação. Caso isso seja feito, dentro do processo, por um perito, por exemplo, é provável a ocorrência de um impacto nos custos do processo que esclarece já serem muitos.

Além disso, os dois administradores ressaltam que não são estabelecidos critérios para o arbitramento dos honorários do perito e nem limites para esse, e que a atividade de análise da documentação inicial oneraria o processo e poderia, eventualmente, prejudicar a empresa a se recuperar. Ademais, ao atribuir especificamente a atividade de análise da documentação inicial a um terceiro, se correria o risco de coloca-lo na condição de credor da empresa, caso esta venha a falir. Assim, a incerteza do recebimento da remuneração pelo administrador ou pelo profissional que realizará essa atividade pode torna-la desinteressante.

De acordo com o administrador 3, existem quadros facilitadores para se auferirem as condições em que a empresa se encontra, como uma combinação de uma boa estrutura contábil e auditorias interna e externa, por exemplo, demonstrando que nem sempre essa análise da documentação inicial traria benefícios significativos.

Sobre a atribuição das tarefas propostas ao administrador judicial, o administrador 3 resalta que essas seriam atividades conflitantes. Apesar de a lei estabelecer que um administrador judicial possa ser um profissional de várias áreas, mesmo que seja contador e tenha condições de elaborar o laudo, ele não poderia fazê-lo devido ao conflito de interesses entre as atividades. Cita o exemplo de um processo no qual ele pediu a falência da empresa em recuperação por descumprimento do plano e, decretada a falência, ele passou a ser responsável por mais de 70 processos trabalhistas. Como resultado, a remuneração que ele recebeu na recuperação foi utilizada para pagar os advogados trabalhistas. Dessa forma, mesmo em relação a qualquer uma das atividades propostas, haveria conflito de interesse.

Além disso, a pena de responsabilidade é mencionada pelo administrador 2 que, particularmente, alega não estar disposto a dar um parecer no processo afirmando se a empresa vai ou não se recuperar, pois pode, por exemplo, afirmar que ela tem condições de se recuperar e ela falir, consequentemente ele correria o risco de ser responsabilizado pelo parecer emitido anteriormente. Além disso, também existem empresas que já tiveram sua falência decretada, mas ainda assim conseguiram reverter a crise e voltar para a recuperação e se recuperar.

Para o administrador 2, a atividade de análise das condições da empresa de cumprir o plano seria complexa, devido à realidade atual, na qual os planos abarcam um horizonte de tempo

muito grande. O administrador 3 ainda acrescenta que a incerteza sobre o cenário econômico é muito grande, limitando os benefícios dessa análise para os envolvidos no processo.

5.3 Entrevista 3 – Juiz 1

O juiz 1 é bacharel em direito e possui mestrado em direito processual civil e, além de atuar na área de direito empresarial, é professor assistente em uma universidade brasileira.

O juiz 1 esclarece que foi o responsável por iniciar a demanda pela atividade de análise das condições de continuidade da empresa a partir da documentação apresentada no pedido inicial pela devedora, embora essa não deva ser confundida com uma análise da viabilidade da empresa ou do plano. De acordo com ele, houve discussões sobre a realização dessa tarefa nos processos e aqueles com posicionamento oposto ao dele apontavam como impedimento o fato de não haver previsão legal para a realização dessa tarefa na legislação. Contudo, o juiz 1 esclarece que, nesse caso, não há jurisdição contenciosa (situação em que o juiz é responsável por solucionar um conflito entre as partes) e, no direito, o que não é vetado é permitido. Para ele, o juiz tem a força probatória conferida pelo art.130 do Código de Processo Civil⁸ e a obrigação de pesquisar a situação da empresa para ter assim condições de deferir o processamento cuja blindagem pode causar um prejuízo enorme para sociedade. A necessidade dessa análise é ainda maior no Brasil, pois existem empresas que pedem a recuperação judicial, mas não têm condições de se recuperar, diferentemente dos Estados Unidos, onde existe a figura do *deepening insolvency*⁹.

Ainda sobre a mesma atividade, afirma que prefere referir-se a ela como avaliação prévia e não perícia prévia. Nos processos em que atua, estabelece um prazo muito curto, 5 a 7 dias, para que seja feita a avaliação prévia, pois a empresa enferma é sensível às eventuais demoras dos pronunciamentos judiciais. Em sua opinião, essa avaliação deve ser simplória por não ter o propósito de exaurir as informações prestadas, mas permitir que se tenha consciência das condições da empresa de continuar operando no futuro e de suas perspectivas futuras.

---

⁸ De acordo com a Lei n. 5.869 (1973), “caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias” (art. 130).

⁹ Segundo Reis (2011), “a *deepening insolvency* se traduz numa causa específica de imputação de responsabilidade aos administradores por agravamento do estado de insolvência da sociedade, tendo em vista o prolongamento artificial da atividade empresarial” (p. 10).

O responsável pela avaliação ingressa nas dependências da empresa e examina os livros com a finalidade de verificar a existência de indícios de que a empresa vai continuar operando no futuro e quais são suas perspectivas. Dessa forma, é possível identificar as empresas que pedem a recuperação com intenção de dilapidar o patrimônio e não de se recuperar.

Para o juiz 1, o profissional responsável pela análise não se confunde com o administrador judicial, pois, quando ele pensou em requerer essa atividade, também pensou na possibilidade de antecipação da nomeação do administrador judicial, para que este fosse o responsável pela execução. Contudo, considerou a possibilidade de falta de confiabilidade de alguma das partes com relação à imparcialidade desse agente nesse momento, uma vez que estaria opinando indiretamente sobre a sua futura atuação, ou não, no processo. Assim, para haver uma total imparcialidade, neutralidade e confiabilidade de quaisquer partes na avaliação, ele opta por nomear outro profissional, economista, financista ou com conhecimento em áreas afins e apto para realizar a atividade, que não seja o administrador judicial.

Sobre a atividade complementar de recomendação para que o processo seja extinto, prossiga ou seja convolado em falência, ele explica que também já é demandado algo similar, pois solicita que, ao final da análise, seja apontada a conclusão de forma clara e seja estabelecido um direcionamento para que mesmo aqueles sem formação multidisciplinar possam compreender e desfrutar desse trabalho.

O juiz 1 esclarece que a remuneração do responsável por fazer a avaliação é baixa, variando entre R\$3.000,00 reais e R\$7.000,00. Esclarece que opta, sempre que possível, por nomear um administrador judicial – pessoa jurídica – para que as tarefas multidisciplinares possam ser realizadas com um custo mais baixo. Além disso, como parâmetro para o quesito grau de complexidade, ele considera os trabalhos a serem desenvolvidos pelo administrador, as horas dispendidas e o número de pessoas envolvidas.

Sobre a atividade de análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação, o juiz 1 discorda de sua necessidade e de seus benefícios para o processo por entender que essa é uma tarefa dos credores e, ao se fazer essa análise no processo, arrisca-se a prejudicar o direito subjetivo dos credores de examinar previamente a viabilidade. Além disso, qualquer manifesto do judiciário, por meio do administrador judicial, do juiz ou do ministério público, por exemplo, tem o poder de influenciar e até mesmo de induzir os credores a tomar certas decisões, desvirtuando o propósito da legislação de propiciar um debate e negociação entre credores e devedor. Contudo, o juízo pode, após a manifestação dos credores, apreciar a

legalidade ou eventual ilegalidade do plano ou de alguma cláusula do plano, mas não a viabilidade do plano.

5.4 Entrevista 4 – Juiz 2

O juiz 2 é bacharel e pós-graduado em direito, atuante em casos de falência e recuperação judicial há seis meses.

O juiz 2 afirma que, na legislação, a análise da documentação não é exigida e para deferir um pedido de recuperação judicial, ele se restringe à conferência da documentação exigida. Não é feita uma análise, pois ele não possui a formação técnica para realizá-la e nem para distinguir com segurança quais empresas têm condições de se recuperar ou não, afinal todas elas se encontram em crise financeira. Ele esclarece que há uma responsabilidade social muito grande envolvida nessa decisão e, não havendo respaldo técnico para um indeferimento do processamento, a avaliação da empresa e a decisão se ela deve ou não seguir na recuperação permanece basicamente a cargo dos credores. De acordo com ele, diante de um indeferimento, mesmo que não existindo convolação em falência imediata, a empresa é fadada à falência.

Para ele, o ideal seria a análise da capacidade da empresa de se recuperar no momento anterior ao deferimento do processamento, podendo, então o juiz utilizá-la como respaldo para um eventual indeferimento do processamento. Contudo, atualmente não há condições dessa tarefa ser realizada, pois não existem funcionários na vara empresarial capacitados para tal. Em sua opinião, seria menos custoso se houvesse funcionários nas varas empresariais para realizar essa atividade, pois a contratação de uma perícia, no geral, é bastante onerosa. Sob seu ponto de vista, nem todas as informações demandadas no caso da tarefa de análise das condições de continuidade da empresa são apresentadas no pedido inicial.

Ele afirma que seria complicado atribuir essa tarefa tanto ao administrador judicial como ao perito, pois ambos correm o risco de trabalhar “de graça” nessa avaliação, caso a empresa não tenha condições de arcar com esse custo.

O juiz 2 cita também a possibilidade de agravo da decisão judicial como uma limitação de haver uma iniciativa própria do juiz para pedir essa análise no processo de recuperação, fato que impediria a concretização da atividade proposta. Por isso, para ele, o ideal seria que a legislação fosse modificada no sentido de facultar essa atividade ao juiz, para que ele pudesse

usar o laudo para respaldo do deferimento ou não do processamento. Contudo, somente a modificação da legislação (art. 51, Lei 11.101/05) não seria suficiente; é indispensável que haja uma estrutura adequada nas varas empresariais a fim de permitir sua realização de forma satisfatória.

Ele ainda esclarece que não utiliza os mesmos critérios para arbitramento do honorário do administrador judicial e para o perito, uma vez que este pode apresentar uma proposta de honorários e as partes aceitam ou não o valor.

Sobre a emissão da recomendação, diz que interpretações de laudos podem ser diferentes, sendo necessária muita neutralidade para que essa tarefa seja realizada.

Sobre a análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação, esclarece que seria ótima uma análise neutra, principalmente, quando os planos são muito complexos. No entanto, aponta que, geralmente, os planos abrangem um horizonte de tempo muito grande, envolvendo assim muita incerteza, tornando complicada a efetuação dessa atividade. Além disso, existem relações entre credores e devedora não conhecidas por terceiros e os credores podem ter o interesse maior na continuidade da devedora do que no recebimento do seu crédito. A legislação deixa a cargo do credor a avaliação do plano, contudo, para o juiz 2, caso essa análise fosse prevista em lei e tivesse que ser feita pelo administrador judicial ou perito, o custo do processo poderia aumentar, mas em uma proporção não muito grande, pois, já existem casos em que esses agentes precisam avaliar o plano mediante impugnações de credores. Sobre a possível responsabilização de quem fizesse essa análise e emitisse uma recomendação, o juiz 2 atesta que isso não seria um problema, desde que a averiguação fosse bem feita, pois é preciso haver ciência dos envolvidos sobre as limitações dessa análise perante as incertezas sobre o futuro.

5.5 Entrevista 5 – Representantes dos credores 1 e 2

A entrevista 5 foi realizada com dois profissionais, o representante de credores 1 e o 2. Ambos são graduados em direito e atuam como representantes de credores em processos de recuperação judicial, extrajudicial e em falências.

Ambos entrevistados mostram conhecer a prática adotada de se requerer a análise das condições da empresa de se recuperar, a partir das informações do pedido inicial de

recuperação. Manifestam-se favoravelmente à prática dessa atividade, desde que seja realizada como resultado de uma iniciativa do juiz de requerê-la. Dessa forma, o juiz demanda a atividade quando entender que é necessária.

O representante 2 esclarece que, em sua opinião, o juiz deve se sentir confortável para, a partir do entendimento sobre as condições da empresa de se recuperar, deferir o processamento ou não. Se, para isso, o juiz precisar de uma análise, que ela seja feita, mas, caso contrário, que ele possa deferir ou indeferir o processamento sem essa averiguação.

Sobre a proposta desse estudo de se incluírem tarefas ao administrador judicial, o representante 1 esclarece que, a princípio, é contra a adição de qualquer outra regra na legislação. Ambos os entrevistados compartilham da opinião de que as atividades não deveriam constar na legislação.

O representante 2 afirma que haveria uma alteração na remuneração do perito ou do responsável pela realização da análise da documentação inicial, pois esse agente deve ser remunerado por essa atividade, mas não opina sobre a magnitude desse impacto.

Para o representante 1, a negociação do plano deve acontecer entre os credores e o devedor e, por isso, não há a necessidade de o administrador judicial opinar, nesse caso. Além disso, ele afirma que essa seria uma atividade pouco eficiente se atribuída ao administrador judicial, considerando que o prazo para realizá-la teria que ser muito curto, demandando um esforço muito grande de conhecer a realidade da empresa e todo o seu contexto.

O representante 2 esclarece que o ônus de mostrar a viabilidade do negócio e de se fazer entender por todos os credores no plano de recuperação é da recuperanda. No entanto, as informações apresentadas nos planos, às vezes, podem não ser ideais para que seja feita uma análise aprofundada. Em parte, isso é decorrente do entendimento, por parte de alguns credores, de que a recuperação é um estágio pré-falimentar. Desse modo, esses credores se interessam mais em saber o quanto receberão do que em analisar realmente a viabilidade da empresa.

O representante 1 complementa essa questão, apontando o fato das empresas e credores, muitas vezes, não tomarem as decisões que deveriam ser tomadas no momento ideal: o devedor não tem a iniciativa de reconhecer a crise no momento em que esta deveria ser reconhecida, e o credor não tem a iniciativa de cobrar sua dívida no momento em que a empresa deveria ser cobrada. Em sua opinião, o ideal é que os planos sejam feitos para o entendimento de qualquer credor, evidenciando os pressupostos considerados para as suas

projeções e elaboração, fornecendo melhores condições para os credores avaliarem a viabilidade da empresa.

O representante 1 expõe que planos com propostas de pagamento dos credores em períodos extremamente longos, de 18 anos, por exemplo, evidenciam uma possível inviabilidade dessa empresa, dado o contexto brasileiro e o fato de a maioria das empresas não trabalhar com projeções para períodos superiores a 5 anos. Contudo, em sua opinião, de qualquer forma, não cabe ao judiciário interferir na decisão de aprovação, ou não, desse plano pelos credores.

Sobre o impacto na remuneração, o representante 2 esclarece que, certamente, caso a análise do plano tenha que ser feita pelo perito ou outro profissional, por exemplo, ele irá reclamar uma quantia para realizar essa atividade. Os dois entrevistados ainda comentam que o tempo necessário para efetuar essa análise provavelmente seria muito moroso.

5.6 Análise das entrevistas

Nas entrevistas, nota-se certa dificuldade de alguns entrevistados em entender as tarefas propostas, o que é compreensível, considerando que a maioria não tem formação em contabilidade ou em áreas afins. Esse fato configura-se como um limitador da presente pesquisa, pois alguns entrevistados se preocuparam muito em refletir sobre como ocorreria a operacionalização das tarefas e nem tanto sobre os potenciais benefícios ou impactos ocasionados por elas. A proposta inicial, de atribuir as tarefas ao administrador judicial, pode ter direcionado esses agentes a se preocuparem mais com essa execução. O entendimento das tarefas pelos juízes e pelos representantes de credores ocorreu de forma menos confusa, proporcionando uma reflexão sobre como a formação profissional e experiência dos entrevistados podem influenciar no entendimento das tarefas propostas.

Pelos depoimentos dos entrevistados, percebe-se que, para a tarefa de análise da documentação inicial e das condições da empresa de continuar operando ser colocada em prática, ela deve vencer algumas barreiras dos órgãos do judiciário e dos próprios envolvidos no processo, como exposto pelos administradores judiciais. No entanto, o juiz 1 demonstra já praticá-la, o que é de grande relevância para essa pesquisa, por ser uma evidência de que a atividade proposta pode vencer as barreiras existentes, sendo importante para o processo, com um impacto possivelmente factível nos custos processuais.

Constata-se que, para a maioria dos entrevistados, o agente responsável pela atividade de análise da documentação inicial e das condições de continuidade da empresa não deve ser o administrador judicial. Os entrevistados mencionam, primeiramente, a falta de especialização desse agente que, na maioria dos casos, tem formação em direito. Além disso, o administrador judicial é um profissional com participação nos processos de falência e de recuperação, caso ele seja deferido. Contudo, o valor da remuneração do administrador judicial na recuperação está atrelado à dívida de uma empresa em crise financeira, o que, no geral, é mais interessante do que a remuneração na falência, que é atrelada ao valor dos bens da empresa.

Dessa forma, ao realizar especificamente as atividades propostas de análise do pedido inicial e de averiguação da viabilidade do plano da recuperanda, o administrador judicial pode não ser totalmente neutro e imparcial em sua avaliação e recomendação. Esse conflito de interesse é ressaltado pelos entrevistados e também pode existir na atuação do perito ou qualquer outro agente que possa vir a desempenhar atividades no processo de recuperação após o deferimento do processamento ou da aprovação do plano. Assim, constata-se que as atividades propostas devem ser executadas por um profissional que não venha a participar do processo caso o processamento da recuperação seja deferido ou o plano seja aprovado, pois esse poderia estar mais isento de qualquer interesse em desenvolver outras atividades no processo.

Também é possível afirmar que a tarefa de análise da documentação inicial e das condições de continuidade da empresa impactaria a remuneração do administrador judicial ou do perito, caso estes a executassem. De todas as maneiras, os custos do processo aumentariam, pois, independentemente do agente responsável por executar a atividade, ela deve ser remunerada. Assim, não é possível seu acréscimo nas tarefas já previstas do administrador judicial, como proposto inicialmente nessa pesquisa, sem que haja algum impacto na sua remuneração. No entanto, há divergências sobre a possível magnitude do impacto; os administradores judiciais e os representantes dos credores alegam que essa atividade poderia, em alguns casos, vir a prejudicar a empresa e até mesmo inviabilizar o processo, mas, para o juiz 1, que contrata peritos em seus processos para realizá-la, esse custo não é tão alto e não chega a prejudicar a empresa.

Nota-se ainda que o impacto nos custos diretos do processo decorrentes da atividade de análise da documentação inicial e das condições da empresa de continuar operando pode depender da existência da previsão legal dessa atividade, de quem será o responsável por realizá-la e do entendimento da profundidade necessária na sua elaboração.

Os representantes de credores declaram que a previsão legal da atividade não é ideal, pois há o risco de criar mais burocracias no processo, fazendo com que a atividade não atinja seu objetivo de informar juiz e credores em um momento adequado e a um custo praticável. O juiz 2 aponta a limitação de estrutura da sua comarca como sendo não ideal para realizar tal atividade, o que também poderia impedir a atividade de atingir seu objetivo. O juiz 1, ao praticar a atividade, sem previsão legal, pode ter maior flexibilidade para negociar com um possível interessado em executá-la e assim garantir tempo e custo viáveis.

Existem divergências de opiniões quanto ao custo da atividade de análise da documentação inicial e das condições da empresa de continuar operando. Os juízes afirmam que o impacto não seria grande a ponto de inviabilizar o procedimento, contudo, os demais entrevistados atestam que esse custo poderia sim atrapalhar o processo, em alguns casos. Ao ponderar sobre a contratação de uma empresa ou profissional especializado para cada caso, o juiz 2 percebe a possibilidade de esse ser um custo maior do que se houvesse, como sugerido por ele, um funcionário público responsável por essa averiguação, em todos os casos.

Para o juiz 1, o entendimento de que a análise da documentação inicial deve ser feita de forma simplória, mas suficiente para identificar as empresas com mínimas condições de se reorganizar, pode ser determinante para que se consiga realizar a tarefa a um custo mais acessível. Desse modo, primeiramente deve haver o consenso de todos os profissionais da área sobre a profundidade desse relatório e a importância dele como informação auxiliar do juízo, podendo, ou não, ser respaldo para o deferimento ou indeferimento do processamento.

Sobre a análise das condições da empresa de cumprir o plano de recuperação, identifica-se um consenso de que tal verificação não deve ferir o direito dos credores de avaliar por si mesmos o plano e negociarem com o devedor. A maioria dos entrevistados não acredita em que essa atividade deva existir na legislação, dentro dos moldes em que se encontra no momento; para eles, a tarefa de auferir a viabilidade do plano é exclusiva dos credores, não devendo o judiciário intervir de forma a influenciar as suas decisões.

Os administradores judiciais e o juiz 2 apontam o horizonte temporal muito extenso dos planos como limitador dos benefícios da análise do plano de recuperação. Quanto aos impactos causados por essa atividade na remuneração do administrador judicial, não há um consenso; o juiz 2 acredita que ele não seria muito significativo, contudo, a complexidade da tarefa destacada pelos administradores judiciais leva à inferência do contrário.

A maioria das opiniões dos entrevistados permanece a mesma ao se adicionar a atividade complementar de emissão de uma recomendação para que o processo seja extinto, prossiga ou seja convolado em falência, às outras duas atividades.

Foi feita uma ressalva sobre a adição dessa atividade à análise da capacidade da empresa de continuar operando a partir da documentação inicial pelo juiz 2, segundo o qual, mesmo que se opte pela extinção do processo, e não pela falência, a empresa está fadada a falir, pois, também de acordo com os representantes de credores e o administrador judicial 2, as empresas não entram com os pedidos de recuperação judicial no momento adequado, esperam a crise agravar-se demais, dificultando assim a sua reestruturação e, conseqüentemente, a superação da crise sem a ajuda do mecanismo judicial.

Outro ponto, também mencionado pelo administrador judicial 2, referente à complementação da atividade de análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação, consiste no aumento da responsabilização do emissor de opinião sobre a continuação ou não do processo. No entanto, o juiz 2 discorda dessa afirmação, considerando não haver aumento da responsabilização, pois é necessário que todos os envolvidos no processo tenham ciência das limitações da análise.

6 TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

A triangulação dos dados é realizada pela análise conjunta da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e das entrevistas, destacando-se os principais pontos de convergência ou divergência dos dados.

Em conformidade com o pensamento de Santos (2009), o juiz 1 e os representantes de credores atestam que o juiz deve ter autonomia para nomear um profissional especializado para analisar a documentação do pedido inicial no momento que antecede a nomeação do administrador judicial.

Confirmando que a atuação do perito pode se dar de forma independente do administrador judicial (Santos, 2009), o juiz 1 e o administrador judicial 3 apontam a existência de conflito de interesses na realização da análise da documentação do pedido pelo administrador judicial, ou por qualquer profissional especializado que venha a atuar no processo em decorrência do deferimento do processamento, pois esse estaria deliberando sobre a existência, ou não da demanda futura pelo seu trabalho.

A inferência de que a análise da documentação inicial e da capacidade da empresa de continuar operando já poderia ter sido realizada em alguns processos, feita a partir da pesquisa de Moro Junior (2011), confirma-se na entrevista com o juiz 1, que iniciou a discussão sobre a importância dessa atividade, e solicita que essa atividade seja realizada nos seus processos.

O deferimento do processamento da recuperação judicial da empresa Beta mesmo mediante apresentação parcial e não total da documentação exigida pela legislação é um indício de que é procedente a afirmação do juiz 2, de que ele não tem condições de fazer qualquer análise para basear um deferimento ou indeferimento. Essa mesma situação pode ter direcionado o juiz responsável pelo caso Beta a ser mais flexível ao deferir o processamento.

Desse modo, as entrevistas com os juízes confirmam a expectativa desse estudo de que a análise da documentação inicial da empresa e de suas condições de continuidade poderia ajudar o juiz a decidir sobre o deferimento do processamento, pois é um profissional do direito e nem sempre tem a formação técnica necessária para realizar essa verificação.

A expectativa de diminuição do erro tipo II, com a realização da análise no início do processo, é confirmada pelo juiz 1, que afirma requerer essa atividade com o intuito de evitar que

empresas já falidas utilizem-se do mecanismo da recuperação para outra finalidade que não a reorganização.

Dessa forma, a atividade de análise das condições de continuidade da empresa a partir da documentação do pedido inicial é abordada nos três momentos dessa pesquisa: nos trabalhos de Santos (2009) e Moro Junior (2011), que conferem essa tarefa ao perito contador; na descrição do processo da empresa Beta, quando sua necessidade pode ser inferida, pois o juiz não expõe embasamento contábil ou econômico na sua decisão pelo deferimento do processamento; e nas entrevistas, nas quais a maioria dos entrevistados acredita em que essa atribuição traria benefícios para o processo.

Considerando os valores mencionados pelo juiz 1 sobre os custos da atividade de análise da documentação inicial e das condições de continuidade da empresa, percebe-se que o valor praticado corresponde a um a dois meses da remuneração do administrador judicial do processo da empresa Beta, ou de dois a quatro meses da remuneração do perito contador. Considerando esses dados, haveria aumento de custos diretos do processo, no entanto, conforme percebido nas entrevistas, o valor pago pela análise depende do responsável por realizá-la. O juiz 2 cita a possibilidade de haver um funcionário público, nas comarcas empresariais, responsável por realizar a análise da documentação inicial de todos os processos, constituindo uma possível forma de viabilizar a execução da atividade. Também se percebe que o custo da atividade pode depender de sua previsão legal ou não; por não estar prevista em lei, os representantes de credores afirmam que o juiz tem mais liberdade para negociar com o profissional que irá realizá-la.

A proporção entre honorários periciais e do administrador judicial abordada no Agravo Nº 1.0024.06.033244-2/001 não é seguida pelo juiz 1, segundo o qual são observadas as horas e os profissionais demandados pelo trabalho a ser feito.

Quanto à atividade de análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação, existem pontos divergentes. Os entrevistados discordam de Santos (2009), que considera a possibilidade de existência dessa atividade. Os entrevistados afirmam que esse papel é reservado somente aos credores e, assim, é preciso prezar pelo direito deles de aceitar ou rejeitar o plano, por serem eles os maiores interessados em receber seus créditos em condições mais favoráveis. Atestam também que nem mesmo o juiz poderia deliberar que a análise do plano fosse feita por um terceiro.

No entanto, em contraponto à questão, exposta pela maioria dos entrevistados, de que a análise do plano é responsabilidade do credor, pois ele é responsável por aprovar o plano ou não, a análise documental mostra que os credores podem ser prejudicados diante dessa falta de análise neutra, pois agem por si mesmos e não em conjunto, verificando as condições de pagamento do plano referentes a eles individualmente e não aos demais. Assim, são aprovados planos satisfatórios somente para alguns credores. Os entrevistados não mencionam a possibilidade de isso acontecer e não acreditam em que a atividade de análise ajudaria a negociação.

Dessa forma, quanto à atividade de elaboração de uma análise sobre a capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação, não se obtêm resultados condizentes que permitam afirmar se ela deve acontecer ou não. O mesmo acontece sobre os seus possíveis impactos, pois o juiz 2 atesta que não haveria impacto significativo na remuneração do administrador ou perito, pois indiretamente essa análise já é feita por eles, em alguns casos, para terem condições de intermediar a negociação. Contudo, alguns entrevistados afirmam que essa atividade é muito complexa, o que permite inferir que seria uma atividade que exigiria um aumento nos custos processuais para ser realizada.

Quanto ao horizonte temporal dos planos de recuperação, os administradores judiciais e o juiz 2 alertam que ele pode ser muito amplo. O plano aprovado pela empresa Beta confirma esse fato, uma vez que, ao final de dois anos, a Beta ainda não havia pago 92% do valor devido aos credores, e, assim, o plano aprovado contempla um horizonte temporal de aproximadamente 25 anos. Desse modo, a questão do tempo dos planos pode ser um limitador dos benefícios que seriam gerados pela atividade de análise do plano de recuperação e das condições da empresa de cumpri-lo.

A necessidade da atividade de elaboração de uma recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência não pode ser identificada na pesquisa documental ou bibliográfica, mas é apontada como importante pelos entrevistados, no sentido de tornar esclarecedoras as duas análises propostas, deixando a informação compreensível a todos os envolvidos, inclusive àqueles que não possuem formação contábil. Não é possível identificar um impacto na remuneração do administrador ou perito decorrente dessa atividade em específico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Esse estudo objetiva estudar a inclusão de três atividades contábeis nas recuperações judiciais e verificar se haveria impacto na remuneração do administrador judicial e/ou na remuneração de seu auxiliar, o perito contador, a partir dessa inserção. As tarefas em questão são: a análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa; a verificação do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo; e, de forma complementar às outras duas, a elaboração de uma recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência.

Para se alcançar esse propósito, efetuou-se a pesquisa bibliográfica, que contemplou estudos a respeito das atividades propostas; a pesquisa documental, segundo a qual foi feita a descrição do processo de recuperação da empresa Beta; e o levantamento de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas, com administradores judiciais, juízes e representantes de credores envolvidos nos processos de recuperação judicial.

Para o desenvolvimento do trabalho, as atividades foram atribuídas, inicialmente, ao administrador judicial e foi assumido o pressuposto de que não seria necessária a distinção entre as atividades dele e as do perito judicial. Contudo, observou-se, nos estudos de Santos (2009) e Moro Junior (2011), a atribuição de atividades similares ao perito, agente que pode atuar no processo quando requerido pelo administrador judicial e, assim, os objetivos da pesquisa foram adequados de forma a contemplar também a verificação do possível impacto na remuneração do perito.

Nas entrevistas, constatou-se que as atividades do administrador judicial e as tarefas propostas são conflitantes. O administrador judicial pode ser tendencioso ao realizar as análises, uma vez que a demanda pelo seu trabalho e também a remuneração decorrente dele dependem da continuação do processo de recuperação. O mesmo raciocínio é válido para todos os que possam ter interesse na continuação do processo de recuperação, o que envolve também o perito contador. Portanto, verificou-se que as atividades propostas devem ser atribuídas a um profissional qualificado para tal tarefa, de maneira a ser alguém que não venha a atuar no processo no momento posterior a elas.

Sobre a primeira atividade, de análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa, identificou-se que ela pode atingir a expectativa de diminuição do

erro tipo II, pois essa tarefa tem o potencial de fornecer informação para o juiz e auxiliá-lo no deferimento ou não do processamento da recuperação.

Propõe-se que essa análise seja incluída na legislação como componente da documentação exigida à empresa no momento em que se protocola o seu pedido de recuperação. No entanto, a inclusão dessa atividade na Lei 11.101/05 deve ser feita com cautela, pois, mesmo com previsão legal, ela pode vir a não atingir o seu principal benefício de fornecer informação para o juiz, uma vez que ela deve ser entendida da mesma maneira por todos os envolvidos no processo e o juiz deve ter a estrutura necessária para garantir sua realização em tempo e custo factíveis.

Verificou-se que essa atividade deveria ser remunerada de forma independente das demais já existentes na legislação, e, independentemente do responsável por sua efetuação. Assim, a inclusão dessa atividade na legislação aumentaria o custo direto dos processos de recuperação judicial. Uma possível alternativa para minimização desse impacto foi apontada nas entrevistas e consiste na contratação de um funcionário público para realizar essa atividade nas comarcas empresariais, no entanto, nesse caso, a empresa já não seria responsável por arcar com esse custo, o que não condiz com o proposto nessa pesquisa. Sugere-se, como pesquisa futura, o estudo do custo desse funcionário e das consequências de se atribuir esse custo ao governo.

Foram mantidas todas as constatações sobre a atividade de análise da documentação do pedido inicial e das condições de continuidade da empresa, quando adicionada a atividade complementar de recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência. Portanto, confirmou-se a expectativa desse estudo, de que ela seria importante, pois, nem todos os envolvidos no processo possuem a formação interdisciplinar necessária para fazer constatações a partir da interpretação de um relatório econômico-financeiro.

A segunda atividade proposta é a de análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo. Apesar de a pesquisa bibliográfica e documental apontarem a necessidade dessa atividade para a melhoria do processo de recuperação judicial, as entrevistas indicaram o contrário, pois os entrevistados afirmaram que essa é uma tarefa exclusiva dos credores, não devendo ser atribuída a outro agente.

Não foi identificada a falta de informação como responsável pela aprovação de planos desvantajosos pelos credores, no entanto, é importante observar que a ação dos credores nos

processos pode ocorrer de forma individual, o que limita o poder de negociação da classe como um todo.

Apesar de os processos de recuperação judicial, estudados por Jupetipe (2014), durarem, em média, 4 anos, notou-se que os planos podem contemplar um horizonte de tempo muito maior, configurando-se como principal limitador dos possíveis benefícios que poderiam ser gerados com a atividade de análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo, dadas as incertezas dos cenários micro e macroeconômicos.

Não há um consenso sobre o impacto dessa atividade na remuneração do administrador judicial ou do perito, mas a maioria dos entrevistados afirmou que esse impacto existiria.

A terceira atividade, de recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência, é estudada como complementar à primeira e, da mesma maneira, a maioria das constatações permaneceu a mesma na verificação da terceira atividade de forma complementar à segunda, de análise do plano de recuperação e da capacidade da recuperanda de cumpri-lo. Somente uma ressalva foi destacada por um dos entrevistados, sobre a possibilidade de haver um aumento da responsabilização do administrador judicial, caso ele faça ambas atividades.

Os envolvidos nos processos de recuperação judicial não acreditam em que a análise da capacidade da empresa de cumprir o plano de recuperação deva existir, portanto a contribuição da pesquisa, de fornecer subsídio informacional para que os credores tenham melhores condições de aprovar a reorganização, não pôde ser alcançada da forma esperada.

A principal contribuição desse trabalho é a identificação da importância da atividade de análise da documentação inicial e das condições da empresa de continuar operando, juntamente com a atividade complementar de recomendação para que o processo prossiga, seja extinto ou convolado em falência. Constatou-se um potencial de melhorar o fornecimento de informações para a tomada de decisão do juiz no deferimento do processamento da recuperação e que deve prioritariamente ser realizada por um profissional que não venha a realizar outras atividades no processo, caso ele seja deferido.

A falta de estudos empíricos sobre o tema é um limitador da presente pesquisa, pois são assumidos pressupostos construídos a partir da bibliografia que são desconstruídos na pesquisa empírica.

Outra limitação desse estudo é o tamanho da amostra da pesquisa documental e do levantamento de campo, ambos insuficientes para possibilitar qualquer generalização dos resultados.

O presente trabalho limita-se a identificar se haveria ou não impacto nos custos diretos do processo caso as atividades fossem realizadas. Sugere-se, como pesquisa futura, que seja mensurado o impacto da atividade de análise da documentação inicial e das condições da empresa de continuar operando.

REFERÊNCIAS¹⁰

- 8ª Reunião de 2015 do Centro de Estudos e Debates do TJRJ. (2015). Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Recuperado em 28 de setembro de 2015, de <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/956577/ata-8>.
- 18ª Reunião de 2015 do Centro de Estudos e Debates do TJRJ. (2015). Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Recuperado em 29 de fevereiro de 2016, de <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/956577/ata-18-reuniao-cesdes.pdf?v23>.
- Aguiar, A. B. (2009). *Sistemas de remuneração gerencial e orientação temporal dos gestores*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 07 de abril de 2014, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-11092009-093820/pt-br.php>.
- Aguilar, D. Z., Mário, P. C. & Jupetipe, F. K. N. (2014). Uma análise da estrutura patrimonial de empresas falidas. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, 12(24).
- Alves, L. (2001). Governança e cidadania empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, 41(4), 78-86.
- Alves, L. A. C. (2015). *Parâmetros para a nomeação do Administrador Judicial e fixação dos seus honorários na Recuperação Judicial*. Rio de Janeiro. Recuperado em 28 de setembro de 2015, de <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/parametros-remuneracao.pdf>.
- Araujo, A. & Lundberg, E. (2003). *A nova lei de falências: uma avaliação. Economia Bancária e Crédito - Avaliação de 4 anos do projeto Juros e Spread Bancário*. Banco Central do Brasil, p. 44-57. Recuperado em 02 de março de 2015, de https://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf.
- Araujo, A. & Funchal, B. (2006). A nova lei de falências brasileira e seu papel no desenvolvimento do mercado de crédito. *Pesquisa e planejamento econômico*, 36(2).
- Araujo, A. & Funchal, B. (2009). A nova lei de falências brasileira: primeiros impactos. *Brazilian Journal of political Economy*, 29(3), 191-212.
- Araujo, A. P., Ferreira, R. V. X., Funchal, B., Campos L. F., Lavourinha, A. R., Tavares, E. N. & Inácio T. O. (2010). Análise da nova lei de falências. *Série Pensando Direito*. 22.

---

¹⁰ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Bautzer, T. (2013). Poucas empresas em recuperação judicial se salvam no Brasil. *Revista Exame*, dez. 2013. Recuperado em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1056/noticias/a-intencao-era-boa>
- Bris, A., Welch, I. & Zhu, N. (2006). The cost of bankruptcy: chapter 7 liquidation vs. chapter 11 reorganization. *The Journal of Finance*, LXI, n.3, 1253-1303.
- Bonner, S. E. & Sprinkle G. B. (2002). The effects of monetary incentives on effort and task performance: theories, evidence, and a framework for research Original Research Article. *Accounting, Organizations and Society*, 27, 303-345.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2011, 6 de setembro). Normas Reguladoras do Produto BNDES Automático. Recuperado em 05 de maio de 2015, de http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html.
- Brasil. Superior Tribunal de Justiça. (2013). STJ exclui do plano de recuperação crédito garantido por cessão fiduciária de títulos. *Notícias do STJ*. Recuperado em 25 de maio de 2015, de http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/%C3%9Altimas/STJ-exclui-do-plano-de-recupera%C3%A7%C3%A3o-cr%C3%A9dito-garantido-por-cess%C3%A3o-fiduci%C3%A1ria-de-t%C3%ADtulos.
- Campbel, S. V. (1997). An Investigation of the direct costs of bankruptcy reorganization for closely held firms. *Journal of small business management*, jul. 1997, 21-29.
- Canário, P. (2012). Juiz da recuperação judicial pode determinar perícia. *Consultor Jurídico*. Recuperado em 21 de julho de 2015, de <http://www.conjur.com.br/2012-out-03/juiz-determinar-pericia-antes-aprovar-recuperacao-empresa>.
- Chang, H. F. & Bebchuk, L. A. (1992). Bargaining and the division of the value in corporate reorganization. *Faculty Scholarship*, Paper 971.
- Decreto-Lei n. 7.661. (1945, 21 de junho). Lei de falências. Recuperado em 09 de março de 2014, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7661-21-junho-1945-449981-publicacaooriginal-36829-pe.html>.

- Dillman, D.A. (2006). *Mail and internet surveys*. New York: John Wiley Professional.
- Eeckhoudt, L. & Gollier, C. (1995). *Risk: Evaluation, management and sharing*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Füher, M. C. A. (2008). *Roteiro das falências e concordatas e recuperações: Lei 11.101/05 – Dec. Lei 7661/1945*. 2ed. rev. e atual. São Paulo: Editora dos Tribunais.
- Gell-Mann, M. (1995). What is complexity? *Remarks on simplicity and complexity by the Nobel Prize-winning author of The Quark and the Jaguar*. Complexity, 1: 16–19.
- Hillegeist, S. A., Keating, E. K., Cram, D. P. & Lundstedt, K. G. (2004). Assessing the probability of bankruptcy. *Review of Accounting Studies*, 9 (1), 5-34.
- Jupetipe, F. K. (2014). *Custos de falência da legislação falimentar brasileira*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Kerkman, J. R. (1987). The Debtor in Full Control: A Case for Adoption of the Trustee System. *Marquette Law Review*, 70 (2).
- Latham, G. P. & Locke, E. A. (1991). Self-regulation through goal setting. *Organizational Behavior and Human Processes*, 50, 212-247.
- Lazzarini, A. A. (2009). Reflexões sobre a recuperação judicial de empresas. In: De Lucca, N., Domingues, A. A. & Antonio, N. M. L. (Orgs.). *Direito recuperacional: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: Quantier Latin, cap.10, pp. 337 – 364.
- Lawler, E. E. (1994). *Motivation in work organizations*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Lei n. 5.869*. (1973, 11 de janeiro). Institui o código de processo civil. Recuperado em 12 de agosto de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm
- Lei n. 11.101*. (2005, 09 de fevereiro). Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Recuperado em 09 de março de 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm#art200.

- Levin, R. B. (1979). An Introduction to the Trustee's Avoiding Powers. *American Bankruptcy Law Journal*, 53.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mário, P. C. (2002). *Contribuição ao estudo da solvência empresarial: Uma análise de modelos de previsão – Estudo exploratório aplicado em empresas mineiras*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 09 de março de 2014, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06012006-152208/pt-br.php>.
- Mário, P. C. & Aquino, A. C. B. (2004). Falências. In: Iudicibus, S. & Lopes, A. B. (Coords). *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas. p. 186 - 232.
- Mário, P. C. (2005). *O fenômeno da falência: análise das causas*. Tese de doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Martins, G. A. (2008). Estudo De Caso: Uma Reflexão Sobre A Aplicabilidade Em Pesquisas No Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 2 (2) p. 8 – 18.
- Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2007). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- Matarazzo, D. C. (2003). *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mendes, B. B. A. (2010). A importância do administrador judicial como órgão auxiliar ao juízo falimentar na busca da eficácia dos processos falimentares e de recuperação judicial de empresas. *Revista Pensar Direito*. 3 (1).
- Miller, H. R. (1995). The Changing Face of Chapter 11: A Reemergence of the Bankruptcy Judge as Producer, Director, and Sometimes Star of the Reorganization Passion Play. *American Bankruptcy Law Journal*, 69.
- Minas Gerais. Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento Nº 1.0024.06.033244-2/001- Belo Horizonte. Agravante: Socila Alimentos Ind Com Ltda. Relator: José Domingues Ferreira Esteves. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Acórdão, 27 de fevereiro de 2007. Recuperado em 29 de julho de 2015, de <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/7813441/pg->

100-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-minas-gerais-doemg-de-16-03-2007. Votaram de acordo com o relator os desembargadores Ernane Fidélis e Edilson Fernandes.

Minas Gerais. Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento Nº 1.0024.07.463651- 5/001- Belo Horizonte. Agravante: S/A Tubonal. Relator: Des. Alberto Vilas Boas. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Acórdão, 08 de agosto de 2008. Recuperado em 29 de julho de 2015, de <http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6022199/100240746365150021mg1002407463651-5-002-1-tjmg>. Rejeitada a preliminar, provimento parcial ao recurso.

Moro Junior, S. (2011). *A contabilidade nos processos de recuperação judicial – Análise na comarca de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo.

Murray, H. A. (1951). Toward a classification of interaction. In: Parsons, T. & Shils, E. A. (Eds.) *Toward a general theory of action*. Cambridge: Harvard University. Press, pp. 434-464.

Pereira, C. B. (2005). Principais mudanças na nova lei de falência. *Revista Jus Navegandi – Doutrina e Peças*. Recuperado em 2 de agosto de 2014, de <http://jus.com.br/artigos/6747/principais-mudancas-na-nova-lei-de-falencia>.

Reis, J. F. (2011). *Deepening Insolvency: a obrigatoriedade do pedido de autofalência*. Artigo científico de pós-graduação, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça. Deferimento do processamento da recuperação judicial. Relator: Juiz Luiz Roberto Ayoub. *Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2015. Recuperado em 28 de setembro de 2015, de <http://cgj.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/deferim-process-recup-jud.pdf>.

Santos, J. V. M. (2009). Da atuação do perito contador na nova lei de falências e recuperação de empresas. In: De Lucca, N., Domingues, A. A. & Antonio, N. M. L. (Orgs.). *Direito recuperacional: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: Quantier Latin, cap.10, p. 337 – 364.

São Paulo (Estado). Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento Nº 0194436-42.2012.8.26.0000 - São Paulo. Agravante: Intervia Tecnologia Ltda Me - Agravado: O Juízo. Relator: Magistrado Teixeira Leite. *Diário de Justiça do Estado de São Paulo*, Acórdão, 19 setembro 2012. Recuperado em 21 de julho de 2015, de <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/40659127/djsp-judicial-2a-instancia-19-09-2012-pg-289>. Dispensadas as informações, com o voto nº 16599, à mesa.

Serasa Experian (2015). *Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações*. Recuperado em 24 de agosto de 2015, de http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Atividade em estudo	Informação a ser fornecida	Questões		Fonte:
N/A*	Formação e experiência do profissional entrevistado	Questão nº 01	Qual é a sua formação acadêmica?	Moro Junior (2011, p.74) questão nº01 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 02	Como atua nos processos de Recuperação Judicial? Qual foi a sua experiência profissional antes dessa atuação?	Moro Junior (2011, p.74) questão nº02 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 03	Além de atuar nos processos de Recuperação Judicial quais outras atividades você realiza?	Elaborado pela autora
		Questão nº 04	Há quanto tempo atua em processos de recuperação judicial? Em quantos processos de recuperação já atuou?	Elaborado pela autora
Atividade 1: Análise das condições de continuidade da empresa	Introdução da atividade 1 e as condições para sua realização	Questão nº 05	Como é feita a análise da documentação contábil apresentada pelo devedor no pedido inicial de recuperação?	Adaptada de Moro Junior (2011, p.74) questão nº6 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 06	Qual é a sua opinião sobre as informações apresentadas no pedido inicial de recuperação? (São adequadas para que seja feita a análise da capacidade de continuidade da empresa?)	Moro Junior (2011, p.74) questão nº7 direcionada aos administradores judiciais
		Questão nº 07	Essa atividade demandaria a atuação de quais profissionais para ser realizada?	Adaptada do estudo de Moro Junior (2011, p.74) questão nº11 direcionada aos administradores judiciais
	Os benefícios que poderiam ser gerados com a atividade 1	Questão nº 08	Quais são os benefícios e/ou melhorias processuais de haver a análise das condições de continuidade da empresa a partir da documentação do pedido inicial?	Elaborado pela autora
Atividade 3: Emissão de uma recomendação para que o processo de recuperação prossiga, seja extinto ou seja convolado em falência	Os benefícios que poderiam ser gerados com as atividades 2 e 3	Questão nº 09	Quais seriam os benefícios e/ou melhorias processuais se, na análise, o administrador judicial/ perito também tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora
Atividade 1: Análise das condições de continuidade da empresa	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão da atividade 1 na legislação	Questão nº 10	Qual seria o impacto no grau de complexidade do trabalho do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade desse agente? E no grau de complexidade das tarefas realizadas pelo perito contador?	Elaborado pela autora baseado nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 11	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade desse agente? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora

continua

conclusão

Atividade 3: Emissão de uma recomendação para que o processo de recuperação prossiga, seja extinto ou seja convolado em falência	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão das atividades 2 e 3 na legislação	Questão nº 12	Qual seria o impacto no grau de complexidade se, além de fazer essa análise, o administrador judicial/perito, tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora baseado nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 13	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial se, além de fazer essa análise, ele tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora
Atividade 2: Análise da capacidade de cumprimento do plano de recuperação pela devedora	Introdução da atividade 2 e as condições para sua realização	Questão nº 14	Qual é a sua opinião sobre as informações apresentadas pelas empresas nos planos de recuperação? (São suficientes para que seja feita a análise da capacidade da recuperanda em cumpri-lo?)	Elaborado pela autora
		Questão nº 15	Essa atividade demandaria a atuação de quais profissionais para ser realizada?	Elaborado pela autora
		Questão nº 16	No processo de recuperação estudado nessa pesquisa, os credores apresentaram uma proposta de plano que não foi aceita pela recuperanda. A recuperanda alegou que esse não era adequado às suas condições econômico-financeiras. Quão recorrente é o fato de os credores apresentarem planos alternativos nos processos de recuperação?	Elaborado pela autora
	Os benefícios que poderiam ser gerados com a atividade 2	Questão nº 17	Quais são os benefícios e/ou melhorias processuais de haver a análise da capacidade da devedora em cumprir o plano de recuperação?	Elaborado pela autora
Atividade 3: Emissão de uma recomendação para que o processo de recuperação prossiga, seja extinto ou seja convolado em falência	Os benefícios que poderiam ser gerados com as atividades 2 e 3	Questão nº 18	Quais seriam os benefícios e/ou melhorias processuais se, na análise, o administrador judicial/perito também tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora
Atividade 2: Análise da capacidade de cumprimento do plano de recuperação pela devedora	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão da atividade 2 na legislação	Questão nº 19	Qual seria o impacto o grau de complexidade do trabalho do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade do administrador judicial? E no grau de complexidade das tarefas realizadas pelo perito contador?	Elaborado pela autora baseado nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 20	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial, se a tarefa de analisar a capacidade de continuidade da empresa fosse acrescentada às tarefas previstas em lei como de responsabilidade desse agente? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora
Atividade 3: Emissão de uma recomendação para que o processo de recuperação prossiga, seja extinto ou seja convolado em falência	Os impactos na remuneração do administrador judicial e do perito contador gerados com a inclusão das atividades 2 e 3 na legislação	Questão nº 21	Qual seria o impacto no grau de complexidade se, além de fazer essa análise, o administrador judicial/perito, tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência?	Elaborado pela autora baseado nos critérios para fixação da remuneração do administrador judicial contidos no art. 24 da Lei 11.101/05.
		Questão nº 22	Qual seria o impacto na remuneração do administrador judicial se, além de fazer essa análise, ele tivesse que recomendar que o processo prosseguisse, fosse extinto ou convolado em falência? E na remuneração do perito contador?	Elaborado pela autora

*Não se aplica

Fonte: Resultado de pesquisa.

ANEXOS

ANEXO A - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0024.07.463651- 5/001

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/ImprimirEspelho.do

Espelho do Acórdão

Processo

Agravado de Instrumento 1.0024.07.463651-5/001 4636515-61.2007.8.13.0024 (1)

Relator(a)

Des.(a) Alberto Vilas Boas

Órgão Julgador / Câmara

Câmaras Cíveis Isoladas / 1ª CÂMARA CÍVEL

Súmula

REJEITARAM PRELIMINAR E DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO

Comarca de Origem

Belo Horizonte

Data de Julgamento

12/02/2008

Data da publicação da súmula

15/04/2008

Divulgação

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO de 08/08/2008

Ementa

COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADMINISTRADOR JUDICIAL E PERITO. REMUNERAÇÃO. CRITÉRIOS. - A remuneração do administrador no âmbito da recuperação judicial deverá ser feita de forma equilibrada e levando-se em conta a situação econômica da empresa, o número de credores e o grau de dificuldade no desempenho de suas atribuições, especialmente quando não tem a função de gerir a empresa.

Indexação / Palavras de resgate

Recuperação judicial - Nova Lei de Falências - Administrador judicial - Remuneração - Honorários - Limite - Percentual sobre valor devido aos credores submetidos à recuperação - Remuneração mensal - Critério de fixação - Situação econômica da empresa - Número de credores - Grau de dificuldade da atribuição - Perito - Valor devido - Pagamento antecipado - Parcelas mensais

Referência Legislativa

Lei 11,101 / 2005 - Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial e de Falência
Art.(s) 24, §§ 1º, 2º

Inteiro Teor

EMENTA: COMERCIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADMINISTRADOR JUDICIAL E PERITO. REMUNERAÇÃO. CRITÉRIOS. - A remuneração do administrador no âmbito da recuperação judicial deverá ser feita de forma equilibrada e levando-se em conta a situação econômica da empresa, o número de credores e o grau de dificuldade no desempenho de suas atribuições, especialmente quando não tem a função de gerir a empresa.

continua

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do

AGRAVO N° 1.0024.07.463651-5/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - AGRAVANTE(S): S/A TUBONAL - RELATOR: EXMO. SR. DES. ALBERTO VILAS BOAS

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM REJEITAR PRELIMINAR E DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2008.

DES. ALBERTO VILAS BOAS - Relator

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Assistiram ao julgamento, pela Agravante, o Doutor José Anchieta da Silva e, pelo interessado, o Doutor Alano Otaviano Dantas Meira.

O SR. DES. ALBERTO VILAS BOAS

VOTO

- QUESTÃO PRELIMINAR: ausência de interesse recursal

No âmbito das contra-razões, invoca o agravado a ausência superveniente do interesse processual, na medida em que um dos argumentos para obter-se a redução dos honorários do administrador e do perito residiria no fato de, na época da interposição do recurso, ainda não haver sido realizada a assembléia-geral de credores.

Assim, como a aludida reunião ocorreu, seria possível presumir que a agravante tem condições de arcar com os aludidos encargos.

Não comungo do aludido entendimento, data venia, porquanto a atribuição de definir os honorários a serem percebidos pelos aludidos auxiliares é da autoridade judiciária, independentemente de haver ou não ocorrido a assembléia-geral de credores.

Outrossim, existem outros argumentos deduzidos na petição recursal que devem ser considerados de forma homogênea, e não isolada como pretende o recorrido, e, ainda há utilidade no exame do recurso, pois, é possível cogitar da redução da remuneração dos citados auxiliares judiciais.

Rejeito a preliminar e conheço do recurso.

- MÉRITO

No âmbito da lei anterior e na hipótese de falência, a remuneração do síndico observava um sistema de alíquotas progressivas vinculadas ao valor do passivo, e, no caso da concordata, a taxa não poderia ser superior à metade praticada na falência (arts. 67 e 170 do Dec.-lei 7.661/45).

No entanto, a nova lei de falências e de recuperação de empresas passou a estabelecer que "o juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes" - (art. 24 da Lei nº 11.101/2005).

Estabeleceu-se, ainda, que o total a ser pago ao administrador judicial não pode exceder a 5% do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial (§ 1º), devendo-se reservar 40% do montante devido ao administrador judicial para pagamento após o atendimento do previsto no arts. 154 e 155 da citada lei (§ 2º).

Ao discorrer sobre os critérios da remuneração do administrador judicial, quer na falência, quer na recuperação judicial, enfatiza Fábio Ulhoa Coelho que:

continuação

continuação

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do

"A remuneração deve refletir, na falência, a ponderação de quatro fatores. O primeiro é pertinente à diligência demonstrada pelo administrador judicial e pela qualidade do trabalho devotado ao processo (o mais diligente e competente merecer proporcionalmente mais). O segundo atenta à importância da massa, isto é, o valor do passivo envolvido, inclusive quantidade de credor (o administrador judicial de uma falência com passivo elevado, distribuído entre poucos credores, merece proporcionalmente menos do que outra com passivo mais baixo, com muitos credores). O terceiro diz respeito aos valores praticados no mercado para trabalho equivalente. O derradeiro fator ponderável pelo juiz é o limite máximo da lei, fixado em percentual de 5% sobre o valor de venda dos bens." - (Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas. 4a ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 68).

No que concerne à recuperação judicial, argumenta o citado autor que nesta

"(...) os parâmetros para o juiz fixar a remuneração do administrador judicial são os mesmos, havendo uma só especificidade a considerar. Trata-se da inexistência de expressa previsão de parcelamento. Mas, destaque, o administrador judicial não pode ser remunerado mediante pagamento integral à vista também na recuperação judicial.

(...)

A remuneração do administrador judicial será paga pelo empresário individual ou pela sociedade empresária em processo de recuperação, segundo os parâmetros fixados pelo juiz. Claro que, na definição da remuneração, o juiz deve levar em conta principalmente a extensão das atribuições cometidas ao administrador. Se a atuação dele restringir-se à verificação dos créditos, ela deve ser menor - consideravelmente menor - à atribuída àquele profissional temporariamente investido do poder de direção e representação legal da sociedade empresária em recuperação, por exemplo." - (Obra citada, p. 69).

Com efeito, incumbe ao administrador na recuperação judicial a atribuição de proceder à verificação dos créditos, presidir a assembléia-geral de credores e fiscalizar a empresa e o cumprimento do plano de recuperação judicial, sendo certo que, na espécie em exame, não exerce o agravado nenhuma função de gestor da pessoa jurídica que requereu o benefício legal.

A designação do administrador judicial recaiu sobre pessoa idônea e profissionalmente habilitada para o encargo, circunstância que fica evidenciada pelo fato de haver conseguido reunir todos os credores em auditório situado na Unidade Francisco Sales do Tribunal de Justiça.

Feito o exame dos autos deste recurso, percebe-se que o administrador tem revelado diligência na condução das atribuições inerentes ao seu múnus, e, certamente, deve destacar parte de seu tempo profissional para manter contato com os gestores da empresa, os credores e seus representantes.

Dentro deste contexto, observa-se do quadro geral de credores apresentado na assembléia-geral ocorrida em 2 de outubro de 2007 que o passivo da empresa em recuperação é superior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais, f. 159) e não é equivalente a R\$ 15.000.000,00 como enfatizado na petição recursal.

Por outro lado, existem 223 credores quirografários (f. 52/55) e 14 credores com garantia real, além dos créditos de natureza trabalhista e fiscal que necessitam ser equacionados pela empresa, sendo certo que alguns litígios relativos à posse de imóveis dados em pagamento encontram-se em tramitação na comarca de Belo Horizonte e devem merecer especial atenção quantos aos efeitos que a decisão judicial poderá gerar sobre o ativo da empresa.

Não desconheço que o administrador judicial deve dispor de uma estrutura mínima para desempenhar, de forma segura, o encargo judicial que lhe foi atribuído, especialmente a assistência de perito contábil. Os honorários percebidos pelo administrador devem ser suficientes para que esta estrutura administrativa funcione adequadamente, e, certamente, não é a ele somente destinado o aludido montante.

Feitas estas considerações, considero que o percentual arbitrado pela autoridade judiciária para remunerar o administrador - 3% sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial - deve ser mantido em razão do grau de dificuldade da atribuição cometida ao administrador.

Malgrado não se insira no papel do recorrido a gestão administrativa diária da empresa, certo é que a

<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do>

3/5

continuação

continuação

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do

remuneração fixada somente será exigível, nos termos da lei, quando houver êxito completo na recuperação e fique obstada a decretação da falência.

A situação econômico-financeira da recorrente exigirá esforços relevantes no acompanhamento da gestão que ora remanesce com os sócios, a fim de que os interesses dos credores possam ser afinados com a estratégia que se deseja dar à empresa para o seu futuro restabelecimento.

Dentro desta perspectiva e como não se obteve êxito na primeira assembléia de credores, antevê-se que o processo de recuperação poderá perdurar por um lapso de tempo considerável, e, desta forma, o percentual arbitrado na sentença deverá ser conservado.

No entanto, reputo excessivo o valor de R\$ 10.000,00 estabelecido como remuneração do administrador, na medida em que não se lhe incumbiu de gerir a empresa em substituição aos sócios, é possível concluir que a fração de tempo a ser dedicada a tal mister será menor, não obstante permaneça relevante e essencial para a correta entrega da prestação jurisdicional.

Por certo, a dívida da empresa é de valor mais relevante junto aos credores com privilégio e garantia e que são em menor número que os quirografários, situação que poderá permitir um controle mais eficaz da fiscalização a ser exercida.

Enfatizo, ainda, que a circunstância de o serviço prestado pelo administrador implicar o concurso do auxílio administrativo de outras pessoas não justifica o valor da remuneração estimada na decisão.

Com efeito, remunera-se o trabalho pessoal do agravado e não de seu staff consolidado ao longo dos anos em importante escritório de advocacia mantido nesta capital. Se houver necessidade de serem contratados auxiliares, deverá o administrador submeter o tema ao Juiz e demonstrar a necessidade desta modalidade de auxílio para que o encargo seja desempenhado a contento.

Dentro deste contexto, arbitro a remuneração mensal do administrador judicial em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.

A quantia arbitrada em favor do perito deve ser mantida em R\$ 50.000,00, mesmo porque a recorrente não apresentou dados objetivos que pudessem desmerecer o valor estimado na decisão recorrida.

Mas, é preciso garantir que o serviço será prestado com eficiência durante todo o processo de duração da recuperação, que poderá ser longa; desta forma, a recorrente pagará, antecipadamente e em parcelas mensais de R\$ 2.000,00, o valor de R\$ 30.000,00 e o restante será desembolsado, ao final, caso a recuperação tenha êxito.

As eventuais diferenças de remuneração em face do provimento parcial do recurso serão apuradas na primeira instância e deverão ser pagas em três parcelas mensais a contar da data deste julgamento.

Fundado nestas considerações, dou provimento parcial ao recurso para manter o percentual devido ao administrador judicial e reduzir a sua remuneração mensal para R\$ 6.000,00 e conservar o valor de R\$ 2.000,00 em relação ao perito, observada a restrição acima especificada.

O SR. DES. EDUARDO ANDRADE

VOTO

Acompanho o eminente Desembargador Relator, fazendo, apenas, uma pequena observação, muito bem colocada por Sua Excelência, porque houve, data venia, um pequeno equívoco do agravado, quando sustenta que a remuneração de dez mil seria, também, para pagar eventuais auxiliares.

Ora, como se sabe, tanto na falência, como, antigamente, na concordata, e, também, aqui, o administrador pode, perfeitamente, solicitar ao juiz a contratação de auxiliares com remuneração da Agravante, no caso a SA TUBONAL. Caberá ao juiz deferir ou não esse pedido, considerando a necessidade da perfeita administração da agravante, daí por que acompanho integralmente o voto do eminente Desembargador Relator para rejeitar preliminar e dar provimento parcial ao recurso.

O SR. DES. GERALDO AUGUSTO

<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do>

4/5

continuação

conclusão

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do

Senhor Presidente.

Estou inteiramente de acordo com as razões e conclusões contidas no voto do eminente Desembargador Relator.

SÚMULA : REJEITARAM PRELIMINAR E DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AGRAVO Nº 1.0024.07.463651-5/001

ANEXO B - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0024.06.033244-2/001

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do **Espelho do Acórdão****Processo**

Agravado de Instrumento 1.0024.06.033244-2/001 0332442-27.2006.8.13.0024 (1)

Relator(a)

Des.(a) José Domingues Ferreira Esteves

Órgão Julgador / Câmara

Câmaras Cíveis Isoladas / 6ª CÂMARA CÍVEL

Súmula

DERAM PROVIMENTO

Comarca de Origem

Belo Horizonte

Data de Julgamento

27/02/2007

Data da publicação da súmula

16/03/2007

Ementa

PERITO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. Na recuperação judicial, é razoável a fixação dos honorários mensais de perito em valor próximo à terça parte dos honorários mensais do administrador judicial.

Inteiro Teor

EMENTA: PERITO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. Na recuperação judicial, é razoável a fixação dos honorários mensais de perito em valor próximo à terça parte dos honorários mensais do administrador judicial.

AGRAVO Nº 1.0024.06.033244-2/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - AGRAVANTE(S): SOCILA ALIMENTOS IND COM LTDA - RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ DOMINGUES FERREIRA ESTEVES

ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 6ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, incorporando neste o relatório de fls., na conformidade da ata dos julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, EM DAR PROVIMENTO.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2007.

DES. JOSÉ DOMINGUES FERREIRA ESTEVES - Relator

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. DES. JOSÉ DOMINGUES FERREIRA ESTEVES:

<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do>

1/2

continua

conclusão

21/03/2015

www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/imprimirEspelho.do

VOTO

Cuida-se de agravo de instrumento, distribuído neste eg. Tribunal de Justiça em 18/07/2006, interposto por Socila Alimentos Indústria e Comércio Ltda visando ao enfrentamento da r. decisão de primeiro grau que, nos autos da recuperação judicial, arbitrou os honorários do perito, que irá auxiliar o administrador judicial, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

Nas razões recursais, a agravante sustenta, em suma, que os honorários devem ser arbitrados em patamar menos elevado, já que está tentando se recuperar e o pagamento desta alta quantia poderá dificultar esse intuito.

Argüi, ainda, que o perito não possui funções estabelecidas na lei, sendo que somente irá auxiliar o administrador judicial, sendo que para este, a lei elenca muitas atribuições e seus honorários foram fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais.

O agravo foi recebido também no efeito suspensivo.

Informações prestadas pelo MM. Juiz "a quo" às fls. 35/36.

Conheço do recurso, pois presentes seus pressupostos de admissibilidade.

O valor fixado por mim, em sede de despacho inicial, de de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), que equivale, mais ou menos, à terça parte dos honorários fixados para o administrador judicial, entendo ser mais razoável no presente caso.

Até porque, o administrador judicial possui mais atribuições previstas em lei do que o perito, o que enseja uma proporcionalidade entre os honorários dos mesmos.

Além disso, nas informações prestadas pelo MM. Juiz de Direito "a quo" constou a concordância do perito com o novo valor mensal dos honorários, tendo, inclusive, já recebido algumas parcelas.

Por tais fundamentos, dou provimento ao recurso para fixar os honorários mensais do perito em R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Custas na forma da lei.

Votaram de acordo com o(a) Relator(a) os Desembargador(es): ERNANE FIDÉLIS e EDILSON FERNANDES.

SÚMULA : DERAM PROVIMENTO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AGRAVO Nº 1.0024.06.033244-2/001